

Revista de cultura trasmontana e duriense

Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real



No. 23 -- S. Domingos.

Tellus
58

Tellus, n.º 58

Revista de cultura trasmontana e duriense

Director: A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real
Vila Real, Junho de 2013

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Composto e impresso: Minerva Trasmontana, Tip., Lda. — Vila Real

Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.

Embora dispensando-lhes a melhor atenção, TELLUS não se obriga a publicar quaisquer originais.

Autoriza-se a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

TELLUS encara favoravelmente quaisquer modalidades de permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.

TELLUS faculta aos seus colaboradores a tiragem de separatas dos seus artigos, correndo as despesas por conta daqueles.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus
58

Evocação do P.^e José Rafael Rodrigues

António Rodrigues

Bom dia. Sejam bem-vindos a casa da família Rafael!

Sou António Rodrigues e respondo positivamente a um repto lançado pelos Drs. Pires Cabral, Elísio Neves e Borges Machado, acompanhando-vos hoje no papel de cicerone em casa dos meus avós.

Confesso que o faço com marcado constrangimento, quer pela manifesta falta de jeito, quer pelo estado de degradação que o património evidencia, que entristece quem o conheceu e que poderá ser uma frustração para quem teve a ilusão de visitar obra de maior vulto.

De facto, este espaço semiabandonado, onde as ruínas vão substituindo a grandeza e o bulício de outrora, consubstancia na perfeição o sentimento expressado pelo Dr. Pires Cabral, quando escreveu:

“Entretanto o tempo foi cumprindo
a tarefa que lhe está confiada
de obliterar o brilho que há nas coisas,
ainda as mais baças

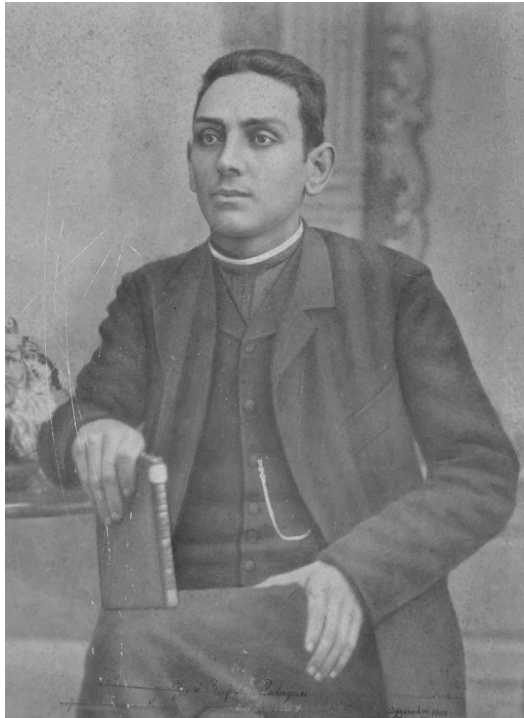
(antes de acabar por devorar tudo
e desse modo ele próprio perder de vez
o único préstimo que tem:
utensílio de medir a duração das coisas).”

De facto, nesta casa quase tudo se perdeu!
Nesta casa, que foi um museu,
Quase só resta “um arado ferido de desuso,
encostado a um canto”

Estamos no espaço do Museu Raphael Rodrigues em Telões.
Muitos se perguntarão quem terá sido Raphael Rodrigues.

Porque a fidelidade do relato da vivência é maior no testemunho de quem a vivenciou, farei uma breve evocação tendo por base o relato vívido de uma familiar que conviveu com José Joaquim da Costa Rafael Rodrigues e fez questão de o caracterizar em carta remetida da Alemanha na década de 60.

José Joaquim nasceu em Telões a 5 de agosto de 1861, no seio de uma família de camponeses. Aprendeu cedo os segredos da rudeza rural e foi precoce nas artes do amanhã dos campos. Fez-se mestre na selecção de espécies, no agendamento de sementeiras e plantações, na enxertia e na poda. Incitado pelo tio Pe. Manuel, seu mestre no Latim e nas engenhocas, começou a usar a forja e automatizou o moinho. Não imaginava o tio que haveria de ver as próprias libras deslassadas por corrente eléctrica quando o jovem lhas começou a surripiar para soldar os fios que ligava a pilhas de Volta, com as



quais conseguia iluminar a casa. Mas, apesar de repreender o desaforo, dizem que lhe dava muito gozo ter um sobrinho assim. A perspicácia do jovem permitiu-lhe iniciar as funções de professor primário em Tresminas aos 18 anos (1879). Aí terão começado outras vicissitudes, porque as noites de inverno eram longas e as mantas seriam poucas!... Apaixonou-se pelo mundo romano em terras aguiarenenses! Diz-se que trouxe pedras e moedas e terá deixado descendência. Dos seus achados e das suas ideias passou a dar conhecimento ao mundo através de artigos publicados regularmente no Comércio do Porto.

Em 1882 era professor em Telões mas, inconformado com o seu pouco saber, rumou a Lamego onde se fez aluno do colégio para melhorar os conhecimentos de Física, Química e Ciências, mantendo as funções de professor e aluno de 1883 a 1885. Consta que cada regresso ao vale de Aguiar se cifrava num desassossego para uns quantos pais que acabariam por se ver a contas com mais alguns netos, mas isto não reza a carta da Alemanha. O seu exame de Física, relatam-no cheio de picardias entre professor e aluno e ter-lhe-á valido a intervenção do professor António Roseira para que não houvesse desaforos a exigir desagravos.

Em 1887 foi acometido por doença tão grave que o deixou às portas de S. Pedro e a sua cura foi considerada um milagre. Esta visão, suportou-a o jovem com uma inusitada entrada no Seminário da Arquidiocese de Braga onde estudou e leccionou, concluindo o curso de Teologia em 1889. A convivência com ilustres arqueólogos da região (Pereira Caldas, José Teixeira e Albano Benino) reacendeu-lhe a paixão pela arqueologia.

Já na condição de sacerdote, fez uma curta substituição do pároco de Tresminas e foi professor no colégio do Pe. Joaquim Fontoura em Chaves. Interessou-se pelas ruínas do castelo de Aguiar e áreas envolventes, que investigou com o pormenor e a emoção que o levariam a fundar a liga dos amigos do Castelo de Aguiar.

Em 1894 foi colocado na paróquia de Soutelo e deparou com a progressiva delapidação das antas do Alvão e das tropelias que envolviam a profanação desses espaços. Com o apoio do colega Pe. José Brenha empenhou-se na selecção e prospecção de 56 das 200 mamoas que se erguiam numa área de 10 Km quadrados do planalto. As primeiras contrariedades por tal atitude chegaram-lhe quase de imediato, da parte do senhor Governador civil, Dr. Luís Teixeira Lobato, e só o seu relacionamento com o Dr. Leite de Vasconcelos e com o Conselheiro Castelo Branco o livraram de uma hipotética pena e lhe permitiram a prossecução da empreitada. Os frutos não tardariam a surgir e do Alvão saíram para a luz do mundo exemplares ímpares da expressão cultural do neolítico cujo expoente máximo foram as polémicas pedras insculpidas com caracteres alfabetiformes ou com número sequencial de covinhas, consideradas escrita e aritmética elementares. O Museu José Raphael Rodrigues passou a ser uma referência em publicações como o Archeólogo Português, o Comércio do Porto, o Aguiarense, a Encyclopédia das Famílias, e outras, e o Alvão passou a ser notícia diária na comunidade científica nacional e internacional.

As vicissitudes de um mal-entendido laicismo não foram bem aceites na cúria da arquidiocese de Braga, o que acabaria por decretar o afastamento do Pe. Rafael da paróquia de Soutelo em 1897, relegando-o para funções eclesiásticas menores tal como a de coadjutor do pároco de Bornes.

Sentindo-se filho abandonado, equacionou a sua própria capela numa pequena sala desta casa e aqui rezava as orações diárias para si e para os seus amigos. Passou

a dedicar-se mais à escrita, sendo múltiplas as cartas trocadas com os Drs. Leite de Vasconcelos, Martins Sarmiento, Mendes Correia, Hubner, e vários outros onde se incluem nomes da Real Academia de Ciências de Paris. Dedicou-se também à fotografia, à caça e à pesca, aproveitando os melhores exemplares cinegéticos para expor, embalsamados, no próprio museu. Apaixonou-se pela música, aprendeu a tocar vários instrumentos, e tornou-se colaborador da banda musical do Pontido dando lições de formação musical em casa da família Pomar.

Apoiante incondicional do Dr. Martiniano Ferreira Botelho, acompanhou-o nas suas lides políticas e ocupou temporariamente o cargo de administrador na Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar onde o amigo assumiu a presidência em cinco mandatos interpolados.

Os Jornais Aguiarense e Aurora do Corgo, no qual assumiu a condição de Director em 1907, tornaram-se mensageiros das suas ferroadas políticas e verdadeiros aguilhões aos olhos dos seus opositores.

No dia 15 de Julho de 1907, aquando da inauguração do troço da linha férrea do Corgo – Vila Real / Pedras Salgadas - reuniu 11 elementos da banda musical do Pontido e recebeu entusiasticamente o Rei D. Carlos e a rainha D Amélia. Desde então, passou a fazer parte da comitiva real nas múltiplas caçadas que o monarca programou em Trás-os-Montes e, após uma manhã de caça na serra da Padrela, acabaria por agraciar o rei e o seu séquito com um almoço regional cuja ementa incluía canja de perdiz, trutas recheadas (do rio Poio), arroz de lebre, e javali com castanhas. O almoço foi servido na eira da casa Rafael e foi tão apreciado pelo rei que o levou a oferecer ao sacerdote uma arma de uso pessoal. Em contrapartida, José Rafael, que lhe conhecia a paixão por ornitologia, ofereceu-lhe duas águias embalsamadas e comprometeu-se a enviar-lhe um carrapito e uma folecra embalsamados - aves exclusivas da fauna transmontana.

A morte do rei viria a ensombrar a chama vivencial monárquica do sacerdote e de pouco lhe valeram os reportados apelos e expressos desagravos pois que, em 5 de Outubro de 1910, haveria de sofrer a machadada final com a implantação da República.

Passou a fazer acérrimos artigos de crítica à instabilidade política e social vivida na primeira república e acabaria perseguido, usando frequentemente o casebre do Marques para se refugiar. Viu confiscados alguns bens, entre os quais a bicicleta e chegou a ser alvejado, passando a expor na sala do museu, como troféu, o seu chapéu perfurado por uma bala. Felizmente o seu museu nunca foi vandalizado. Usou então o pseudónimo Laefar para continuar a assinar os artigos.

Após a guerra dos trauliteiros assumiu uma vida mais recatada, só acicatada quando, após 1924, começou a ter notícias de Glozel e a constatar a reprodução nas tábuas francesas de uma parte significativa dos caracteres do Alvão (14 caracteres, para ser mais preciso). Achou-se reabilitado com afirmações de arqueólogos como Bosch Gimpera e Salomon Reinach mas remetia-se cada vez mais a expressões como: “tive

quase tudo e quase tudo perdi!”. No desalento, conseguiu ainda uma réstia de forças e suficiente coragem para reinstalar uma imprensa em Vila Pouca e passar a editar o jornal Transmontano, cuja direcção assumiu e onde continuou a expor os seus ideais e as suas frustrações. Servia-lhe de bálsamo coligir os poemas que o irmão publicava com regularidade, recortando-os e colando-os em blocos para reter no museu como exemplar primário da sua obra literária.

Em Outubro de 1939 adoeceu gravemente com doença cardiopulmonar. Na última semana desse mês, após ter sido observado por 3 médicos – um dos quais, o próprio irmão – olhou-os e tartamudeou: “adeus, rapazes! Obrigado pelo vosso carinho e dedicação! *Dies mei Transierunt.*” — Acabara de ditar o seu próprio epitáfio.

A ocorrência seria relatada, dias mais tarde, pelo Dr. Fonte, com o reparo: “A um homem da ciência não é possível enganar!”

Acabaria por falecer a 30 de Outubro de 1939.

Aspectos da gestão municipal em Vila Real na primeira fase da regeneração (1851 — 1861)

Pedro Abreu Peixoto

Arquivo Municipal de Vila Real
(ppeixoto@cm-vilareal.pt)

Introdução

O Decreto-Lei de 27 de Julho de 1822 e, posteriormente, a constituição de 23 de Setembro, iniciarão a mudança que o Liberalismo introduzirá na gestão municipal portuguesa.¹

Os ideais vintistas de defesa da liberdade e participação dos cidadãos, se bem que nem sempre tidos como universais, levavam à criação de um sentimento de autonomia municipal participativa, que acompanhava o sentimento nacional.

A solidificação destes ideais e destes sentimentos, não teve, no entanto, um percurso linear durante o período que se estende até à Convenção de Évora-Monte, em 1834. Desde logo com a reposição das instituições absolutistas trazidas pela Vilafrancada, em Maio de 1823 que, embora não tenham bloqueado completamente a tendência para a participação dos cidadãos e para a autonomia da gestão municipal, cerceou a sua marcha, iniciada com os primeiros textos constitucionais emanados da revolução liberal.

A Carta Constitucional de 1826, muito embora admitisse a implantação de câmaras em todas as vilas e cidades, não alterou de forma especial o quadro vigente, que só verá uma expressiva aceitação após o início da consolidação da revolução

¹ (SILVA, 1993).

liberal com as primeiras vitórias da causa liberal em 1832.²

Todo o processo de reforço da autonomia municipal e de início da participação dos cidadãos fará, afinal, parte do atribulado quotidiano político que se viverá até ao pronunciamento saldanhista de 1851, período que corresponderá à institucionalização da ordem liberal.³

Todo o processo de afirmação da gestão municipal durante o séc. XIX português será, afinal como em todas as instituições, uma caminhada pontuada por sinais do Antigo Regime e pela introdução de novidades. Disto mesmo dá conta a continuidade do Procurador do Concelho enquanto garante dos direitos e privilégios concelhios e, igualmente, como sinal de renovação substancial, a institucionalização da figura do Presidente da Câmara, sobrepondo-se à figura do Juiz-de-Fora, remetido para as suas atribuições judiciais.

Acometia-se assim às câmaras municipais as competências em termos de gestão económica e administrativa, separando-se o poder judicial das mesmas, tal como afirmado na base das novas ideias liberais.

O sufrágio alargado será a expressão maior da mudança introduzida pelo vintismo na gestão municipal, muito embora devamos considerar as condicionantes que a lei faria respeitar para acesso dos cidadãos aos órgãos municipais.

Com os primeiros passos de consolidação do regime liberal, as câmaras municipais ganham, em relação ao regime anterior, um conjunto de competências claramente definidas que balizarão no futuro a sua acção política e administrativa.

Ao contrário da enorme subjectividade na atribuição de funções aos municípios durante o Antigo Regime, o surgimento da nova ordem liberal com a publicação da Lei de 27 de Julho de 1822, torna parte integrante das atribuições da gestão municipal a elaboração de legislação de carácter local, a promoção das actividades económicas, as infra-estruturas de saúde e instrução, o fomento das obras públicas, a gestão dos bens concelhios, a gestão da fiscalidade e a gestão do processo eleitoral no contexto da liberalização política que se seguirá no país.

O vintismo defendeu desde o início a restituição às câmaras da sua “antiga dignidade”.⁴ Essa dignidade residia na eleição livre dos órgãos municipais por parte dos cidadãos e na consolidação da autonomia e do poder de decisão municipal. Se a primeira só atingirá a sua dimensão mais expressiva na década de sessenta, permitindo a verdadeira mobilização dos cidadãos⁵, a segunda navegará ao sabor do movimento centralizador e descentralizador do poder central, vivido ao longo dos anos de oitocentos em Portugal.

Não podemos, no entanto, deixar de compreender que as mudanças operadas

² Ibidem.

³ (SARDICA,1997).

⁴ Preâmbulo à lei de 27 de Julho de 1822.

⁵ (CRUZ, 2006).

pelas novas ideias liberais não terão uma consequência imediata no Portugal ruralizado, pobre e desinstruído de então.

Veja-se que, no tempo que medeia entre 1841 e 1869, a maior parte dos vereadores da Câmara Municipal de Vila Real continuaram a ser oriundos das famílias abastadas de proprietários, sendo que só extemporaneamente veremos os bacharéis, negociantes ou funcionários públicos, acederem aos mais altos cargos da gestão municipal.⁶

O período cronológico da Regeneração, apesar das diferentes propostas apresentadas por vários autores, aparece-nos hoje razoavelmente fixado. É um período compreendido entre 1851 e 1910, durante o qual Portugal conheceu algum equilíbrio institucional e político e sensíveis melhoramentos materiais (1851 – 1890), seguido de duas décadas de retorno a uma crise de contornos materiais, institucionais e morais —1890 – 1910.⁷

Neste estudo, porém, adoptámos as razões de José Manuel Sardica (SARDICA, 2001), quando refere um período entre 1851 e 1861, que denomina como “A Regeneração sob o Signo do Consenso”, que assume como charneira política no Portugal de oitocentos, seja porque mostra uma identidade própria, não só pela fisionomia do próprio consenso político existente, como pela substância das mais-valias para as alterações institucionais, políticas e materiais do país.⁸

Assim, balizaremos este estudo nesse período político e institucional, que se inicia em 1851 com o golpe saldanhista — o qual faz terminar o período de consolidação do liberalismo — e termina em 1861, ano da morte de D. Pedro V.

Durante este período, em que se dá um aumento continuado da população portuguesa (3. 863. 000 em 1850 para 4. 125. 000 em 1861), iremos assistir a um decréscimo do peso da agricultura na economia portuguesa (4. 314 milhares de contos em 1850 e 3. 944 milhares de contos em 1861), a um aumento do peso da indústria (1. 210 milhares de contos em 1851 para 1. 777 milhares de contos em 1861) e dos serviços (4. 213 milhares de contos em 1851 para 4. 487 milhares de contos em 1861).⁹ No fundo, são valores identificativos dos ideais presentes na política dos governos regeneradores, essencialmente nos presididos ou inspirados por Fontes Pereira de Melo.

António Maria Fontes Pereira de Melo, entre 1850 e 1880, estará no governo, entre a presidência e os ministérios, durante 21 anos, influenciando fortemente toda a acção política regeneradora. Em 30 de Agosto de 1852, num decreto da sua autoria, descrevia Portugal como um «...país de povoações que se não comunicam, de habitantes que não convivem, de produtos que não circulam, de manufacturas que se não transportam, e até de riquezas e de maravilhas que se não conhecem».

Será com esta ideia subjacente à sua acção, que os governos regeneradores e, por

⁶ Ibidem.

⁷ (SARDICA, 2001).

⁸ Ibidem.

⁹ (LAINS, 2003).

vezes também os governos cabralistas assumirão uma postura de mudança baseada na necessidade imperiosa de melhoramentos materiais.

Entre 1856 e 1890 serão construídos em Portugal 1689 Km de linhas férreas, cujo desenvolvimento passará a ser enquadrado, em 1877, num plano de conjunto mais vasto consubstanciado pela “Carta Corográfica de Portugal” de Filipe Folque.

Reduzia-se assim o tempo de viagem entre Lisboa e Porto a oito horas, ficando longe os sete dias em carros de tração animal ou os dois dias de barco, ficando Paris a dois dias de viagem, com as consequentes mais – valias em termos económicos e culturais.

As estradas macadamizadas passaram de 218 Km em 1852 para 8696 Km em 1890, sendo construídos grandes empreendimentos como um novo porto em Leixões, a ponte ferroviária D. Maria Pia ou a linha da Beira Alta.

As comunicações serão ainda incrementadas com uma rede de telégrafo eléctrico, e cabos submarinos ligarão Portugal à Inglaterra em 1870, e ao Brasil em 1873.

O valor das exportações portuguesas aumentará de forma contínua, de 8 500 contos em 1842-1843, para 15 600 contos em 1854-1856 e 18 900 contos em 1865-1867.

A nova filosofia que comandava a criação de novas infra-estruturas de comunicação, ao mesmo tempo que desenvolvia a economia — ainda que não de forma estrutural — levava os portugueses a engrossar a fila da emigração, com a saída de cerca de 4000 emigrantes entre 1855 e 1865, não sem a contrapartida do crescimento das remessas de capital enviado para Portugal.

O solo útil utilizado pela agricultura aumenta, a indústria substitui importações, as instituições de crédito multiplicam-se, o consumo subiu, o rendimento declarado de todos os grupos profissionais subiu igualmente.

Equacionam-se, no entanto, os resultados de uma mudança que não foi estrutural, como se depreende dos 67,8% da população ainda na agricultura em 1862, apesar do aumento verificado do peso da indústria, e dos elevados índices de analfabetismo que, em 1878, raiavam os 79% na população de maiores de seis anos.

Apesar dos dados evidentes de desenvolvimento, o território nacional não usufruiu de igual forma dos novos ventos. Mais de metade das estradas e vias-férreas situava-se no litoral, entre Lisboa e Braga.¹⁰

Qual será, afinal, a influência do pensamento e acção regeneradores no desenvolvimento de Vila Real? É esta a questão a que tentaremos responder neste estudo, durante o período em apreço.

Aspectos políticos e institucionais

A Constituição de 23 de Setembro de 1822 inclui no seu articulado matéria

¹⁰ (RAMOS, SOUSA e MONTEIRO, 2009).

relativa aos concelhos, englobada num campo mais vasto que apelida de “Governo Administrativo e Económico”.

As modificações que o texto constitucional de 1822 introduz, mostram com clareza a mistura de inovação e tradição, que estará presente nas instituições em todo o séc. XIX Português.

Os novos órgãos autárquicos consagram como órgão dirigente por excelência o corpo de vereadores, elegendo para presidente o vereador mais votado, se bem que, em caso de empate ou impedimento, recorria a métodos mais tradicionais como a sorte ou a idade.¹¹

Para além de, pela primeira vez, introduzir a figura do vereador suplente, que substituíria imediatamente o elemento efectivo nos seus impedimentos, a câmara municipal perderá o concurso do representante permanente da “Casa dos Vinte e Quatro”, para além do já referido afastamento do Juíz-de-Fora da gestão administrativa e económica do município.

Estava assim presente a ideia que perpassa todo o liberalismo português, que o povo se encontrava devidamente representado pelos vereadores, para a eleição dos quais concorria.¹²

Mas a gestão municipal tinha que conviver com outros cargos e instituições que representavam a divisão do reino em províncias — o Administrador-Geral e a Junta Geral do Distrito —, numa dependência quase hierárquica, já que àqueles competia conhecer todas as matérias da competência do governo municipal, bem como inspeccionar a aplicação das leis administrativas e superintender quanto ao recrutamento militar e às matérias fiscais.

Tanto mais que, no artº 218º do texto constitucional, expressava-se a obrigatoriedade de o governo municipal ser desenvolvido na conformidade com as leis, agora emanadas das Cortes, após discussão pública.

A gestão municipal teria ainda que contar com a presença, já tradicional, do Procurador do Concelho, o qual asseguraria a defesa dos direitos e dos privilégios concelhios.

Ao longo de todo o séc. XIX veremos, no que respeita ao normal desenvolvimento da gestão municipal em Vila Real, a constante troca de correspondência entre os órgãos municipais e os órgãos distritais, por vezes com alguma tensão sensível, que tendia normalmente para uma sobreposição das decisões do Administrador-Geral — depois Governador Civil — e da Junta Geral do Distrito sobre as do município.

Desenvolver-se-á, por isso, com estes órgãos distritais, uma relação normal e corrente quanto ao que respeita ao governo dos assuntos locais, razão que levará às poucas alusões directas ao governo do reino, para além das menções protocolarmente

¹¹ (SILVA, 1993).

¹² Ibidem.

exigíveis, feitas nas representações e pedidos dirigidos àquele órgão de governo dos assuntos nacionais.

O mesmo não se passará com os assuntos relativos à Casa Real, que merecerão da parte dos executivos municipais não só uma análise atenta, mas igualmente uma expressiva e dinâmica atitude de reconhecimento.

Em 1851, depois do golpe de Estado comandado por Saldanha e de vários momentos de oposição por parte das hostes cabralistas, inicia-se o período regenerador com a formação de um governo presidido pelo marechal duque, com a participação, entre outros, de António Maria Fontes Pereira de Melo.

Em Novembro desse mesmo ano, realizar-se-ão as primeiras eleições do período da regeneração, com a vitória dos regeneradores históricos, que apoiavam o governo, derrotando os cartistas que apenas conseguiram 34 deputados num total de 159.

Em Vila Real, logo no dia 3 de Maio de 1851, o executivo municipal delibera aderir ao pronunciamento do Marechal Saldanha, após a recepção de um ofício do Governador-Civil para o efeito.¹³ Logo a 24 do mesmo mês envia felicitações ao marechal duque pelo triunfo que acabara de alcançar, proclamando a causa da justiça, liberdade, ordem e “moderalidade”.¹⁴

Ao felicitar o novo presidente do governo, a vereação aproveitará o ensejo para pedir a manutenção em Vila Real do Batalhão de Caçadores nº3. Aliás, a tentativa de aqui estacionar definitivamente um corpo de tropas será recorrente nas representações feitas aos monarcas e nos pedidos a sucessivos governos durante as próximas décadas.

Em Julho do mesmo ano iniciar-se-á a revisão do recenseamento dos eleitores e elegíveis para cargos municipais e paroquiais, de acordo com as formalidades do artº 20º e seguintes do Código Administrativo¹⁵, para que, no dia 12 do mesmo mês o Administrador do Concelho desse conhecimento à Câmara dum ofício do Governador-Civil, em que este lhe ordenava que intimasse a Câmara Municipal da sua dissolução, de acordo com o decreto real de 12 de Julho, devendo proceder à eleição da nova câmara no prazo de trinta dias.¹⁶

Em cumprimento de todas as formalidades, o Conselho de Distrito marcará as eleições para a Câmara Municipal para 10 de Agosto de 1851, dividindo para o efeito o concelho em três assembleias: A primeira com sede na Igreja Paroquial de S. Dinis — para as freguesias de S. Dinis, S. Pedro, Mondrões, Parada de Cunhos, S. Miguel da Pena e Torgueda —, a segunda com sede na Paróquia de S. Martinho — para as paróquias de S. Martinho, Aباças, Andrães, Arroios, Ermida, Folhadela, Guiães, Mouços, S. Tomé do Castelo e Valnogueiras —, e a terceira com sede na Paroquial de Stª Maria de Adoufe — para as freguesias de Adoufe, Borbela, Constantim, Lamares,

¹³ Acta da vereação (A.v.) 3/5/1852.

¹⁴ A.v. 24/5/1851.

¹⁵ A.v. 1/7/1851.

¹⁶ A.v. 12/7/1851.

Lordelo, Nogueira, Vila Marim e Vilarinho da Samardã.¹⁷

Até Dezembro de 1851 manter-se-á em funções a câmara municipal presidida por Pedro Leopoldo Duarte Bragança Almeida¹⁸, tomando posse em 2 de Janeiro de 1852 a nova vereação para o biénio 1852-1853, presidida por Manuel Inácio Pinto Saraiva, tendo o anterior presidente da câmara a presidir à Comissão Municipal.¹⁹

O ano de 1852 será rico em acontecimentos políticos nacionais. Em Janeiro será apresentada na Câmara dos Deputados uma proposta de reforma da Carta Constitucional, cuja discussão apenas terminará em Julho desse ano, depois de, pelo caminho, ter ficado uma remodelação governamental, que nomeará Almeida Garrett como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, permanecendo no cargo apenas até 17 de Agosto.

A promulgação do Ato Adicional à Carta Constitucional de 1826, em Julho de 1851, pretendia aliviar a divisão existente entre cartistas e setembristas, procurando um ambiente propício à aplicação da política desenvolvimentista que os regeneradores tentavam impor, mas que redundaria na dissolução das câmaras em 24 de Julho, com o início de um novo período de ditadura.

Das questões políticas nacionais não haverá eco nas reuniões da vereação da Câmara Municipal de Vila Real, que se focará na gestão dos negócios correntes locais e nas comemorações das datas importantes relacionadas com a Casa Real, como ficará patente na deliberação em comemorar “na forma do costume” o aniversário de Sua Majestade a Rainha²⁰ e de manifestar o regozijo pelo aniversário de El Rei com luminárias e foguetes.²¹

Pouco depois de, a 29 de Outubro de 1853, comemorar a câmara o aniversário natalício do Rei D. Fernando, receberá a notícia, através de ofício do Governador-Civil, da morte da Rainha D. Maria II.²² Desde logo a câmara deliberou que se adoptassem as medidas e solenidades próprias de “tão infausto acontecimento”, mas transferirá as exéquias sucessivamente para o dia 19 de Janeiro e, depois, para o dia 31 de Janeiro de 1854, a fim de que então se praticasse a quebra dos escudos”, levantando para tal os estrados no Cabo da Vila e na Praça e Cimo do Tabolado.²³

A cerimónia da quebra dos escudos — solenidades públicas de pesar por ocasião da morte dos monarcas — terá sido praticada desde a morte de D. João I até à morte de D. Pedro V, em 1861. Consistia numa cerimónia em que estavam presentes todos os funcionários do Estado e o povo era convidado a participar através de editais.

¹⁷ A.v. 6/8/1851.

¹⁸ (PEIXOTO e GONÇALVES, 2010).

¹⁹ Ibidem.

²⁰ A.v. 24/3/1852.

²¹ A.v. 27/10/1852.

²² A.v. 20/11/1853.

²³ A.v. 8/12/1853 e 2/1/1854.

Seguindo um cerimonial próprio, que terá sido alvo de regulamentação, pelo menos no *Regimento do Senado*, durante o reinado de D. Manuel II, quebravam-se os escudos de armas do rei morto e substituíam-se pelos do novo monarca.

Ao contrário da suposição de muitos autores, que situavam esta solenidade apenas em Lisboa e Porto, também em Vila Real a quebra dos escudos assumiu-se como forma de manifestar o público pesar pela morte dos soberanos, como se comprova adiante num impressionante relato quando da morte de D. Pedro V.

Em 1854, a nova câmara presidida novamente por Manuel Inácio Pinto Saraiva, procede ao auto de juramento e posse no dia 2 de Janeiro, jurando sobre os Santos Evangelhos fidelidade ao rei e obediência à Carta Constitucional e às leis do reino.

A 26 de Agosto desse mesmo ano, deliberará a câmara que se festejasse o aniversário do rei D. Pedro V, a 16 de Setembro, com um solene *Te Deum*, dirigindo ao monarca uma manifestação de regozijo pelo seu regresso a Portugal, juntamente com o seu irmão, o infante D. Luís, Duque do Porto e futuro Rei de Portugal, que efectuaram uma longa viagem pela Europa.²⁴

A 16 de Setembro de 1855, D. Pedro completa dezoito anos e entra no exercício do poder real, por meio de uma celebração de juramento e aclamação, para a qual se efectuou uma sessão extraordinária das Cortes. Para “prestígio e aclamação de Sua Majestade El Rei o Senhor D. Pedro V”, a Câmara Municipal de Vila Real promove a construção de um edifício que deve iluminar-se no Cimo do Tabolado, convidando para efectuar o projecto o Padre José Justino de Carvalho e dando a incumbência a Luís de Assumpção para diligenciar a representação de um drama.²⁵

O programa das solenidades da aclamação de D. Pedro V pelo Concelho de Vila Real é apresentado em reunião de câmara a 25 de Agosto de 1855, devendo decorrer entre 15 e 17 de Setembro, sendo o auto de publicação da inauguração do “esperançoso” reinado do novo monarca datado de 16 de Setembro desse mesmo ano.

Em Janeiro de 1856, José Camilo Ferreira Botelho de Sampaio assume a presidência da câmara, num mandato de interregno de Manuel Inácio Pinto Saraiva, que voltará ao cargo em 1858.²⁶ Durante o mandato da nova vereação, até Dezembro de 1857, apesar da demissão do governo de Saldanha em Junho de 1856, após ver recusada por D. Pedro V a nomeação de vinte novos pares sob proposta do marechal duque, com a preocupação real de manter a capacidade representativa dos governos, e de, após as eleições de 9 de Novembro desse ano, que dão a vitória aos progressistas históricos de Rodrigues Sampaio, não se dará eco da política nacional nas preocupações da gestão municipal vila-realense.

Apesar de neste caso em concreto se manifestar a vitória do partido no governo, as alterações ao nível dos sucessivos governos não terá grande *feedback* ao nível

²⁴ A.v. 26/8/1854.

²⁵ A.v. 14/7.

²⁶ (PEIXOTO e GONÇALVES, 2010).

das preocupações expressas das vereações. Menos normal será o facto de, durante este mandato, não se expressarem em reunião de câmara, motivos de regozijo pelas comemorações de aniversários do monarca ou de qualquer membro da família real e eventos a eles ligados.

Só após a tomada de posse da nova vereação, em 2 de Janeiro de 1858, presidida de novo por José Inácio Pinto Saraiva²⁷, retomarão às reuniões da vereação as preocupações em comemorar eventos ligados à Casa Real, como o relacionado com a notícia do casamento de D. Pedro V com a Rainha D. Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen, que leva o Presidente a propor que “...a Câmara...como intérprete dos povos que administra, levasse a Sua Majestade Fidelíssima El Rei o Senhor D. Pedro V os inefáveis sentimentos e evidentes provas do mais sincero regozijo, amor e dedicação manifestados pelos cidadãos deste Concelho, pelo feliz consórcio do mesmo Real Senhor”²⁸, tendo sido a proposta aprovada.

Até ao final de 1858, a câmara regozijar-se-á ainda pela chegada da rainha D. Estefânia a Portugal, em 17 de Maio²⁹ e pelo seu aniversário.³⁰ Em 20 de Julho de 1859 a câmara tomará conhecimento da morte da rainha a 17 do corrente mês, e delibera que se adoptem todas as demonstrações de sentimento que costumam ter lugar em semelhantes ocasiões.³¹

O mandato do último biénio do período em análise inicia-se em 2 de Janeiro de 1860 com a renovação da presidência de José Inácio Pinto Saraiva. Logo a 1 de Janeiro desse ano, novas eleições a nível nacional darão a vitória ao Partido Regenerador, que apoiava o governo. Os “históricos” apenas elegem 15 deputados, sendo eleitos dois deputados miguelistas.

A 26 de Abril, com a morte do Duque da Terceira, o governo fica fortemente enfraquecido, assumindo a presidência Joaquim António de Aguiar. Em inícios de Julho, o governo regenerador de Aguiar pede a demissão, após a discussão sobre o crédito hipotecário.

Suceder-lhe-á na presidência do governo o Duque de Loulé, que formará um governo de Cartistas e Cabralistas.

Na Câmara Municipal de Vila Real, o reeleito presidente clama pelo muito que foi feito no mandato anterior, tendo em conta os “diminutos rendimentos” do município, principalmente no ano de 1858, sendo mais elevados no ano seguinte por causa do lançamento de contribuições indirectas, que se tornaram indispensáveis, mesmo que não tenham, ainda assim, chegado para cobrir as despesas orçamentadas.³²

²⁷ A.v. 2/1/1858.

²⁸ A.v. 5/6/1858.

²⁹ A.v. 20/5/1858.

³⁰ A.v. 16/7/1858.

³¹ A.v. 20/7/1859.

³² A.v. 2/1/1860.

Será um ano em que se fará eco do primeiro aniversário da morte da Rainha D. Estefânia, deliberando pela realização de uma missa de requiem na Igreja Paroquial de S. Dinis, com responsórios no final, “pelo eterno descanso da mesma Augusta Senhora”,³³ cujos sentimentos de pesar só serão ultrapassados, em 18 de Dezembro de 1861, ao receber a notícia da morte do Rei D. Pedro V. As manifestações de pesar pela morte do monarca demonstram bem a forma como era estimado pelas populações.

A Câmara Municipal de Vila Real assinalou o dia com as solenidades devidas, pedindo a todos os cidadãos que guardassem o luto determinado pelo Rei Regente, D. Fernando, fazendo cobrir de baeta preta todas as armas reais e deliberando que se façam exéquias e preces religiosas pelo eterno descanso do Rei nos dias 15 e 16 de Dezembro, celebrando igualmente a “mui respeitável e antiquíssima cerimónia do quebra escudos levantando-se três tablados nas ruas mais públicas desta vila tendo cada um deles no centro um estrado e em cima dele um pontalete tudo coberto de baetas pretas com guardas de tropa...para fazer conservar em distância as pessoas que concorressem a presenciar a cerimónia e que se convidassem o Governador Civil e Militar e todas as mais autoridades e pessoas notáveis e empregados de todas as repartições públicas para no dia 14 às 11 horas se reunissem na Porta dos Paços do Concelho para assistirem à primeira cerimónia que ali se há-de praticar e acompanharem o presteto para as mais que se hão-de praticar nos pontos indicados, seguindo o presteto em ordem pelas ruas da Amargura, Espírito Santo, Piedade, Aljube, Cadeia, Praça, Ferraria, Direita, Cabo da Vila, Jogo da Bola, Carreira, Casas Novas, São Pedro, São Jacinto, Flores e Tabolado até aos Paços do Concelho onde há-de terminar a cerimónia”.³⁴

A câmara municipal, deliberara que as exéquias e preces religiosas fossem efectuadas na Igreja de S. Dinis no extinto Convento de S. Domingos, e deveriam constar de vésperas, matinas, laudes, missa, oração fúnebre e absolvições, convidando o reverendo Vigário-Geral da comarca para officiar como celebrante.³⁵

Rei morto, rei posto. Depois de ter recebido a notícia da chegada do rei D. Luís I e de seu irmão, o infante D. João a Lisboa no dia 14 de Novembro, tendo imediatamente assumido os “governos destes reinos”³⁶ e de prestar ao novo monarca os sentimentos pela morte de D. Pedro V³⁷, logo se apressa a câmara municipal a dar conhecimento, em sessão de 18 de Dezembro, do “Auto de publicação da inauguração do reinado de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Luís I”, para que se lhe dê cumprimento.

Ao findar o mandato da vereação presidida por José Inácio Pinto Saraiva (1860-1861), finda também aquele que foi considerado por José Manuel Sardica, o período de consenso regenerador que adoptámos para balizar este estudo.

³³ A.v. 14/7/1860

³⁴ A.v. 18/11/1861.

³⁵ *idem*.

³⁶ A.v. 18/11/1861.

³⁷ A.v. 10/12/1861.

Ao iniciar o novo mandato municipal, a vereação presidida por Manuel António de Carvalho, viverá já sinais evidentes de um período que então se iniciava, de uma conjuntura política menos pacífica, embora sempre sob o signo efectivo da regeneração até 1890, antes de iniciar o seu ocaso durante as duas décadas seguintes, que desaguarão no 5 de Outubro de 1910.

As finanças municipais

No limiar de 1851, pacificada que estava a questão política e militar, para que se pudesse concretizar o impulso regenerador faltava resolver a questão financeira.

Ao fomento regenerador não serviria o esquema financeiro do cabralismo, baseado no recurso aos capitais internos e à amortização da dívida, sendo necessário desenvolver uma política financeira que recorresse aos capitais externos e à capitalização da dívida.

Iniciava-se assim a caminhada de um modelo que vigoraria até à grave crise dos anos 90, a qual corresponderia à derrocada do modelo financeiro regenerador, baseado nos empréstimos como meio de financiamento do progresso material, baseado no pressuposto que a dívida contraída seria paga com a criação de riqueza e o consequente aumento dos impostos subjacentes ao dito progresso.

Compreendeu-se então que a aposta no endividamento externo não levou Portugal próximo dos países europeus mais desenvolvidos, nem garantiu o seu futuro, apesar dos anos de prosperidade que a regeneração havia conseguido.³⁸

Mas os regeneradores haviam saneado a situação financeira, controlado a dívida externa e restaurado a credibilidade junto dos potenciais investidores estrangeiros.

Em Fevereiro de 1853, na apresentação do Orçamento Geral do Estado, Fontes Pereira de Melo dizia que a organização da fazenda não consistia no equilíbrio entre a receita e a despesa do Estado, mas sim nas estradas, nos caminhos-de-ferro, no melhoramento do comércio e das indústrias, no melhoramento das colónias e nas reformas de muitos ramos da administração pública.³⁹

No fundo, durante o liberalismo, viveram-se épocas de crescimento e estagnação económica que terão correspondido aos períodos de tranquilidade e de agitação políticas, e que colocam o período que ora analisamos (1851-1861) como período de estagnação, apesar de todos os melhoramentos materiais conhecidos.⁴⁰

Em termos financeiros, a gestão municipal vila-realense iniciou o primeiro período da regeneração reconhecendo que os rendimentos não eram suficientes para ocorrer a toda a despesa e deliberando que, no orçamento para o ano económico de 1850 a 1851, se manteriam as contribuições indirectas de 2 réis em cada quartilho de vinho

³⁸ (SARDICA, 2001).

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ (MATA, 1991).

e jeropiga, subindo para 3 réis em conformidade com os artigos 142 e 143 do Código Administrativo e de 6 réis em cada arrátel de carne e 360 réis em cada cabeça de vitela.⁴¹

As contribuições indirectas serão uma constante em crescimento na gestão financeira municipal vila-realense durante este período.

Se até ao ano de 1857 se lançam contribuições indirectas sobre o vinho, jeropiga e vitela, no ano de 1858 irão igualmente lançar-se sobre o gado vacum (60 réis por cabeça) e sobre o carneiro ou chibarro (20 réis por cabeça)⁴², sardinha e peixe, cambos de arraia, sáveis e lampreias, polvo, cal, queijo nacional e azeite doce, que se consumirem desde o início de 1859⁴³ e ainda sobre o consumo de melão, centeio, cevada, milho alvo e painço, trigo seródio ou barbela, feijão ou gravanço, tremoço, castanhas secas e verdes, batatas e sal.⁴⁴

Em reunião de 6 de Junho de 1859, a câmara municipal ao discutir um orçamento suplementar para o ano corrente e o orçamento geral da receita e despesa para o ano de 1859/60, reconhece que os rendimentos do concelho continuam a ser insuficientes, pelo que terá que continuar a lançar as contribuições indirectas, anexando para tal um desenvolvido rol das mesmas que se manterá até ao final do período em análise (1861).

Os indícios das dificuldades financeiras na gestão municipal vila-realense foram, aliás, muito para além do lançamento de contribuições indirectas. Se por um lado há sinais claros do pagamento às amas dos expostos de forma fraccionada⁴⁵, existem também dificuldades de pagamento aos funcionários municipais, por vezes supridas com recurso a empréstimos a três e seis meses à razão de 6% ao ano.⁴⁶

Entre 1851 e 1861 a Câmara Municipal de Vila Real recorrerá de forma sistemática à elaboração de orçamentos suplementares aos orçamentos gerais da receita e despesa anuais. Logo em sessão extraordinária de 15 de Dezembro de 1851, será aprovado o primeiro orçamento suplementar da década, ao abrigo do artº 171 do Código Administrativo, por terem comparecido uma minoria de vogais nas sessões para a sua aprovação, para prover os cofres municipais com os valores necessários para pagamento a funcionários da Câmara, da Administração do Concelho e para reparações em infra-estruturas viárias.

Os pagamentos a funcionários e despesas não orçamentadas com a reparação de infra-estruturas serão, ao longo desta década, os principais motivos para a elaboração destes orçamentos suplementares, não sendo igualmente despiciendo os valores que terão que ser orçamentados suplementarmente para suprir despesas com os recenseamentos e com os actos eleitorais.

⁴¹ A.v. 1/7/1850.

⁴² A.v. 29 e 30/6/1858.

⁴³ A.v. 23/12/1858.

⁴⁴ A.v. 26/12

⁴⁵ cf. A.v. 15/1/1851 em que a Câmara perante um aumento substancial do número de expostos não consegue prover ao pagamento de mais que dois meses do vencimento às amas.

⁴⁶ A.v. 10/4/1858.

A gestão municipal e a questão agrária e fluvial

Os sucessivos governos durante a regeneração tinham três principais problemas com que se debater, no que há agricultura dizia respeito: a insuficiência cerealífera, o atraso nas inovações técnicas e a falta de mão-de-obra rural.

Não podemos deixar de considerar o benefício que a política de comunicações e transportes trouxe à economia agrária, principalmente na ajuda ao escoamento da produção. Mas outras ajudas como a marcação de pautas aduaneiras contra a importação de cereais, o fomento da rotação de culturas e da adubagem, a mecanização, a especialização regional e o incentivo à comercialização agro-pecuária serão determinantes para o mundo rural.

Apesar dos esforços para o desenvolvimento do mercado interno, será difícil resistir às consequências da política livre cambista que, com o regime de comércio livre se assumirá mais forte que as medidas proteccionistas tomadas.

Portugal viverá um período em que o mercado interno terá dificuldades em absorver o aumento da produção, num contexto de grande aumento demográfico e de difícil absorção da mão-de-obra disponível, principalmente na agricultura.

Tudo se complicará no final do século com a filoxera e com a abertura dos mercados britânicos ao vinho de França, abrindo um novo ciclo de emigração.⁴⁷

Apesar de tudo, as dificuldades do crescimento económico em Portugal durante a segunda metade do séc. XIX terão uma origem mais significativa no atraso do sector industrial e nas condições que esse atraso não gerou para o desenvolvimento do sector agrário, o qual, apesar das dificuldades estruturais, contribuiu, pelo menos até ao fim da década de 1890, de forma positiva, para o crescimento económico nacional.⁴⁸

Três problemas se afirmaram então na ordem económica nacional, com especial relevância na região do Douro e em Trás-os-Montes e que merecerão da Câmara Municipal de Vila Real uma especial atenção durante o período em análise: A navegabilidade do rio Douro, a viticultura duriense e a produção cerealífera.

A questão da navegabilidade do rio Douro insere-se na política de concertação económica com Espanha, desenvolvida com muitos avanços e recuos ao longo do séc. XIX, e ao qual não será estranho o desenvolvimento dos tratados comerciais com a Inglaterra e a mentalidade proteccionista portuguesa.

Os aspectos económicos da navegabilidade do rio Douro começam a ser discutidos em 1821, mais pela pressão espanhola do que portuguesa, já que do lado de cá da fronteira existia uma forte desconfiança pelos negócios sugeridos por Madrid.⁴⁹

Apesar de os comerciantes portugueses demonstrarem alguma abertura para as negociações, a procura de uma convenção de navegação no Douro teve sempre maior

⁴⁷ (REIS, 1999).

⁴⁸ (LAINS, 2003).

⁴⁹ (PEREIRA, 1996).

empenho por parte de Espanha, razão porque só em 1835 se celebrará a primeira convenção e que a sua regulamentação date apenas de 1840, com actualizações várias que tentaram ultrapassar as suas óbvias dificuldades, que redundou na sua actualização na convenção luso-espanhola de 1866.⁵⁰

Neste ritmo de protelamento de um texto final para uma convenção de navegação no Douro, parece enquadrar-se a nomeação de uma comissão para a análise às alterações que o governo espanhol queria introduzir no regulamento, nomeada pela Câmara Municipal de Vila Real na sessão de 18 de Fevereiro de 1851, a qual apresentará um parecer ao referido “Regulamento de Livre Navegação do Douro”, na sessão de Março de 1851, sendo o mesmo parecer unanimemente aprovado.

A economia portuguesa da segunda metade do Séc. XIX foi marcada pela luta entre as teorias proteccionistas e livre-cambistas.

Esta luta, na qual mereceu especial destaque a questão do vinho do porto, ligado que estava à dependência das exportações para Inglaterra e à sobrevivência dos agricultores durienses, que dele dependiam quase exclusivamente, merecerá da Câmara Municipal de Vila Real um especial cuidado e reflexão, jogando desde logo do lado dos que reclamavam a necessidade da continuidade de uma política restritiva.

Em sessão de 30 de Julho de 1852, ao analisar a representação da câmara municipal na reunião da Associação Agrícola do Alto Douro, a realizar no Peso da Régua, para «...analisar as reclamações estrangeiras sobre que o governo decidiu, em prejuízo do Douro», marcava uma posição que manterá ao longo da próxima década e que analisará igualmente na sessão de 14 de Agosto desse ano.

Em Setembro de 1852, a Associação Comercial do Porto envia uma representação à Rainha «sobre os melhoramentos de que carece o comércio dos vinhos do Douro», a qual, segundo Carla Sequeira Ferreira, defendia que «...a forma de harmonizar todos os interesses opostos consistia na adopção da liberdade de comércio»⁵¹, a qual merecerá imediata contestação regional, seja de vários municípios, seja da Associação Agrícola do Alto Douro.

Será no desenvolvimento desta reacção, que a Câmara Municipal de Vila Real, na sessão de 11 de Setembro de 1852, procederá à eleição de novo representante à Associação Agrícola do Alto Douro «para que possa a Câmara ser presente na Casa da Associação, na Régua, para acordar nas providências a tomar na circunstância actual do governo ter resolvido mandar comissários ao Douro, informar-se dos negócios da vinha».⁵²

A enorme influência das teorias livre-cambistas levará a que, através do decreto de 11 de Outubro de 1852, extinguisse a Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ (FERREIRA, 2010).

⁵² A.v. 11/9/1852.

do Alto Douro, fundada em 1756, reduzindo igualmente os direitos de exportação do vinho do porto.

A nova legislação não foi bem acolhida pelos viticultores nem pela maioria das câmaras municipais, que a achavam uma cedência aos interesses e às exigências inglesas e dos comerciantes, em prejuízo dos agricultores.⁵³

Em sessão de 20 de Novembro de 1852, a Câmara Municipal de Vila Real toma a decisão peremptória de elaborar uma representação ao governo: «...para que mandasse suster os efeitos do decreto de 11 de Outubro que extinguiu a Companhia de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, porque desta extinção resultam inumeráveis prejuízos aos lavradores, que ficam sem garantia para os vinhos de segunda e terceira qualidade».⁵⁴

A Câmara Municipal de Vila Real alinhará durante este período sempre do lado das teses proteccionistas, que defendiam a manutenção de um sistema restritivo, a par com os deputados regionais.

Em 18 de Fevereiro de 1860, o deputado por Lamego, António Pinheiro da Fonseca Osório, mobiliza os lavradores para uma reunião na Régua, a fim de «...em conjunto, se decidir a melhor forma de enfrentar a crise que a região atravessava».⁵⁵ Dos dois projectos aí apresentados, a Câmara Municipal dá conta a 11 de Abril⁵⁶ da discussão com os principais agricultores do projecto de Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, aliás já apresentado pelo mesmo à edilidade no dia 9 de Abril⁵⁷, o qual refere ser tendente a melhorar as circunstâncias do país vinhateiro do Douro, dando conta de se terem ao mesmo introduzido algumas alterações, apesar de a comissão formada na reunião da Régua não se ter comprometido com nenhum dos projectos apresentados, um por defender uma ampla liberdade de comércio, o outro porque continha medidas demasiado restritivas.⁵⁸

Caso não fosse já clara a posição da autarquia vilarealense, no que concerne à disputa entre livre-cambistas e proteccionistas, a resposta seria dada definitivamente na sessão de 14 de Fevereiro de 1861, ao analisar a elaboração de uma representação a enviar aos dignos pares do reino, acerca da proposta de lei segundo a qual se pretendia estabelecer a liberdade de livre comércio na indústria dos vinhos, rogando-lhes a não adopção da dita proposta.

No início do ano de 1856, a câmara municipal dará pela primeira vez conta da introdução daquela que será, a par da filoxera, uma das grandes provações do Douro na segunda metade do Séc. XIX: o oídio.⁵⁹

⁵³ (FERREIRA, 2010).

⁵⁴ A.v. 20/11/1852

⁵⁵ (FERREIRA, 2010).

⁵⁶ A.v. 11/4/1860.

⁵⁷ A.v. 9/4/1860.

⁵⁸ (FERREIRA, 2010).

⁵⁹ A.v. 12/1/1856.

Analizou a vereação nessa sessão, um ofício circular do Delegado Distrital do Tesouro, com data de 2 de Janeiro desse mês, dando conta de uma portaria do Ministério da Fazenda, com data de 10 de Dezembro de 1855 — em resposta a várias representações das câmaras municipais para que nas verbas da contribuição predial se abatesse o que compreendesse ao rendimento das vinhas, em atenção à sua quase nenhuma produção por efeito do “Oidium Tuheri” — determinando que, não podendo ter lugar semelhantes reclamações se não quando estas situações fossem comuns a um concelho ou freguesia, produzindo o mesmo dano a todos os proprietários, e não se verificando essa circunstância, não se atendessem mais tais reclamações.

Apesar de não estar ainda generalizado ao concelho de Vila Real e, supostamente ainda em nenhuma freguesia, mas apenas em algumas propriedades, o oídio tinha já iniciado a sua marcha.

O oídio, «...originando quebras drásticas e prolongadas na produção, de modo particular no Baixo e Cima Corgo, marcou um momento de viragem na viticultura portuguesa. Como refere David Justino, o oídio reduziu para cerca de metade a produção vinícola entre as décadas de 1850-1870...». ⁶⁰ Em 4 de Outubro de 1856, a câmara municipal decide apresentar uma representação ao governo, pedindo para estacionar em Vila Real um corpo militar. Apesar de ser uma reivindicação antiga, que muito tinha de razões económicas, assume aqui um carácter de urgência, em virtude de ser «...muito para recear que em consequência dos flagelos que jazem sobre nós pela escassez de cereais e batatas e pela moléstia das vinhas, fossem resultar alterações na tranquilidade pública». ⁶¹

Cedo a Câmara Municipal deixou expressa a sua preocupação no combate à praga do oídio, principalmente no que respeitava à ajuda a dar aos agricultores, já que o tratamento, feito à base de enxofre, aumentava consideravelmente os custos de produção, provocando a ruína de muitos lavradores, com o conseqüente abandono das vinhas.

Logo em 7 de Março de 1857, a vereação decide afixar editais em todas as freguesias do concelho, com a experiência que lhe havia sido proposta por um cidadão do lugar de Povoação, Manuel Joaquim Martins, indicando experiências que fizera sobre o combate ao oídio, com a seguinte receita:

«A vinte e cinco almudes de água lançar duas arrobas de raízes de trovisco bem pisadas e seis rasas de cinza bem peneirada, e estando em infusão pelo menos seis dias se pincele com esta água, mexendo-se, toda a cepa uma só vez quando os pampos tiverem meio palmo de grandeza». ⁶²

É certo que, em sessão de 29 de Agosto desse ano, a câmara municipal decidida pelo método mais científico, pede ao governo que forneça enxofre aos viticultores,

⁶⁰ (FERREIRA, 2010).

⁶¹ A.v. 4/10/1856.

⁶² A.v. 7/3/1857.

gratuitamente, para «...reabilitação do país vinhateiro, evitando a especulação que já se viu este ano», ao mesmo tempo, nessa mesma sessão, dá testemunho do agradecimento à direcção da antiga (sic) Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, pelo fornecimento de milhares de arrobas de flor de enxofre ao preço de custo, pedindo à Aferição Comercial da Cidade do Porto que lhe seguisse o exemplo.

A questão eclesiástica

Durante a regeneração, o poder político apoiado na teoria regalista que advogava a subalternização da igreja em relação ao Estado, procurará conseguir uma maior integração da igreja no sistema constitucional, governamentalizando a instituição religiosa e utilizando o seu aparelho em tarefas administrativas.

O liberalismo conferirá igualmente à igreja um papel de coesão e harmonização social, no quadro de uma relação em que a hierarquia católica e o clero se subalternizavam ao poder político, numa realidade que, efectivamente, nunca viria a ser plenamente conseguida, mormente pela adesão imperfeita da hierarquia e do clero ao regime constitucional, ao não aceitarem o papel de simples instrumentos do Estado que a elite dominante lhes pretendia atribuir.⁶³

A dependência material da hierarquia eclesiástica em relação ao poder civil iria criar condições para o desenvolvimento do processo de estatização da igreja e do controlo do clero por parte do poder político, muito embora a forte reacção havida por parte significativa da classe paroquial que, ao politizar as suas acções religiosas, recusou claramente a funcionarização.

A necessidade que o liberalismo demonstrou da instituição eclesiástica, como aglutinadora da coesão social, promoverá o Estado de religião única, constitucionalmente expressa, e levará em muitas ocasiões os poderes públicos a demonstrarem publicamente a sua ligação à Igreja Católica.

A ligação de mútuo interesse e de continuação das tradições, levará a que a posse das câmaras municipais se fizesse jurando sobre os Santos Evangelhos a fidelidade ao rei e a obediência constitucional e às leis do reino, como aconteceu na sessão de 2 de Janeiro de 1854 com a vereação em Vila Real.

Mas existirão momentos de mais profunda ligação dos poderes políticos com a igreja católica, como os expressos na sessão de câmara de 16 de Abril de 1853, onde a vereação deliberará concorrer quanto possa para «...a conservação das nossas crenças religiosas...», determinando que se continuasse nesse ano o antigo costume da câmara ir no dia de S. Marcos, 25 de Abril, com a ladainha à Sr^a de Guadalupe, acompanhando igualmente as ladainhas nos dias 2, 3 e 4 de Maio, dando dessa deliberação conhecimento aos párocos.

⁶³ História de Portugal coord. por José Mattoso, “A política eclesiástica liberal durante a Regeneração”, p. 272.

Será no entanto evidente a relação de dependência hierárquica e económica do clero em relação ao poder político, seja pela sua integração nas actividades administrativas, pela atribuição de lugares remunerados aos seus membros ou pelo reconhecimento por parte do poder autárquico do bom comportamento moral, civil, político e religioso de membros do clero, profusamente expresso nas actas da vereação.

Assim, para as eleições municipais de 10 de Agosto de 1851, a câmara municipal divide o concelho em três assembleias, tendo por cabeça a Igreja Paroquial de S. Diniz (para as freguesias de S. Pedro, Mondrões, Parada de Cunhos, S. Miguel da Pena e Torgueda), a Igreja Paroquial de S. Martinho (para as freguesias de Aباças, Andrães, Arroios, Ermida, Folhadela, Guiães, Mouços, S. Tomé do Castelo e Valnogueiras) e a Igreja Paroquial de Stª Maria de Adoufe (para as freguesias de Borbela, Constantim, Lamares, Lordelo, Nogueira, Vila Marim e Vilarinho da Samardã), num registo de actividade que será muito comum aos membros do clero, durante o liberalismo, com a sua inclusão na organização do processo eleitoral.⁶⁴

Para além de outorgar lugares remunerados a membros do clero, como é exemplo o de Bibliotecário da Biblioteca Pública de Vila Real ao Pe. António de Sousa Vilela por morte do Pe. António Cardoso de Figueiredo,⁶⁵ competirá à Câmara Municipal passar-lhes os atestados de bom comportamento moral, civil, político e religioso, que precisavam para aceder aos lugares eclesiásticos — de nomeação pelos poderes públicos —, bem como a lugares na administração pública.⁶⁶

Também em Vila Real, a dependência da instituição eclesiástica em relação ao poder político terá sido algo profunda, como o atestam vários pedidos de certidão de verdade, solicitados à câmara municipal, sobre a veracidade e tradição de eventos religiosos, como é exemplo o pedido de certidão de verdade sobre o costume da Procissão do Jesus Ressuscitado ser acompanhado pela imagem de Nª. Srª. do Rosário, solicitado pela Irmandade de Nª. Srª. do Rosário, erecta na igreja do extinto Convento de S. Domingos, analisada em sessão de 9 de Abril de 1855.

As obras públicas

No Portugal regenerador a questão das obras públicas assume uma posição fulcral, seja em termos financeiros como fonte necessária à concretização de outras actividades, seja como questão económica, potenciadora do aumento da produção assente numa mais fácil troca de produtos e na facilidade de transporte que dinamiza.⁶⁷

Ao colocar-se o ênfase na criação de infra-estruturas que permitissem desenvolver

⁶⁴ A.v. 6/8/1851.

⁶⁵ A.v. 28/12/1853, decidindo a Câmara pagar-lhe o serviço prestado em sessão de vereação de 18 de Maio de 1861, depois de apresentado o inventário da Biblioteca.

⁶⁶ Cf. A.v.19/12/1857; 21/8/1858 e 21/5/1859.

⁶⁷ (RIBEIRO, 1993).

o mercado interno, apostava na construção de estradas e caminhos-de-ferro e no fomento dos transportes, numa tentativa de abrir o campo à cidade.⁶⁸

Um dos grandes incrementadores da política desenvolvimentista, Fontes Pereira de Melo, apostava «...em diminuir as assimetrias regionais e... facilitar a integração europeia de Portugal, estabelecendo uma rede viária de estradas e de caminhos-de-ferro»,⁶⁹ a fim de mudar a face de um país «...de povoações que se não comunicam, de habitantes que não convivem, de produtos que não circulam, de manufacturas que se não transportam, e até de riquezas e de maravilhas que se não conhecem».⁷⁰

Entre 1856 e 1890 foram lançados 1689 km de linha férrea — a maioria sob os governos de Fontes —, as estradas macadamizadas passaram de 218 km em 1852 para 8696 km em 1890, foi construído o porto de Leixões e aumentado o de Lisboa, feitas obras de engenharia fantásticas como a ponte ferroviária D. Maria Pia e a linha da Beira-Alta. Portugal instala uma rede de telégrafo eléctrico, cabos submarinos ligam o país à Inglaterra e ao Brasil e, em 1882 os primeiros telefones avançam na capital, num país que se afirmava mais cultivado e mais próspero.⁷¹

A análise das obras públicas que foram alvo da preocupação da vereação vilarealense, no período entre 1850 e 1862⁷² (Anexo), pretendia encontrar na gestão autárquica as mesmas preocupações desenvolvimentistas que eram propaladas pelo poder político, ao nível do governo do reino.

Ao analisarmos as obras públicas que mereceram deliberação por parte da vereação, consideramos a diferença entre o que são obras comuns por parte de um município, mesmo sem o espírito da regeneração, e aquelas que podem ser consideradas claramente animadas pelo “espírito fontista”.

As obras que no município de Vila Real, entre 1850 e 1862, consideramos comuns em vários momentos históricos, e que são a vastíssima maioria das obras públicas levantadas, são relacionadas com a construção e obras em aquedutos, chafarizes, minas, fontes públicas e encanamento de água pública; construção e obras na via pública e estradas vicinais; construção e obras em pontes e pontões sobre estradas; obras de construção, reconstrução, demolição e melhoramento de edifícios públicos e obras referentes à iluminação pública.

Este tipo de obra mais comum em todas as épocas é descortinável em praticamente todos os anos do período de análise considerado, muito embora exija ainda um estudo aprofundado do período alargado entre 1850 e 1890, no que respeita à gestão municipal vilarealense.

⁶⁸ (REIS, 1990).

⁶⁹ (RIBEIRO, 1993).

⁷⁰ Introdução de Fontes ao decreto de 30 de Agosto de 1852, cit. RAMOS, SOUSA e MONTEIRO, 2010).

⁷¹ *idem*.

⁷² Avançámos um ano na intenção cronológica deste estudo, tendo em consideração apenas este ponto das obras públicas, pelas razões a seu tempo explicadas.

No que concerne às obras animadas por um espírito reformador, daremos conta daquela que, pelas próprias palavras da vereação, será a grande obra regeneradora vivida no período em análise, neste caso alterado até 1862, altura em que a Direcção de Obras Públicas do Distrito de Vila Real solicita às Câmaras Municipais a expropriação dos terrenos necessários à construção do primeiro lanço da estrada Vila Real – Amarante,⁷³ que faria a tão ansiada ligação de Trás-os-Montes ao Litoral e à Província do Minho, necessária para o desenvolvimento económico do interior norte.

Oiçamos a este propósito as palavras do presidente da Câmara Municipal de Vila Real, proferidas na sessão de 19 de Novembro de 1860: «Direi apenas que é só exclusivamente desta obra que depende o futuro bem-estar deste município, e talvez até de toda a província». E ainda «É hoje uma verdade axiomática serem as vias de comunicação a vida das nações. As artes e as ciências progredem de uma maneira espantosa, a maneira que essas comunicações vão pondo em contacto povos que a natureza parecia ter condenado a nunca se aproximarem. Podemos afoitamente dizer que dentro em poucos anos, estarão mais próximos de nós os nossos irmãos do novo mundo, do que há bem pouco estávamos da nossa própria capital. Onde iremos nós procurar a causa eficiente destas maravilhas, se não nas estradas e caminhos-de-ferro?» E ainda: «A Câmara Municipal deste Concelho não tem sido alheia e indiferente a esta cruzada de regeneração que por toda a parte se desenvolve em grande escala, antes tem feito quanto lhe tem sido possível para ver se consegue desenvolver no seu município esta fonte de riqueza e prosperidade». Foi aceite a proposta feita no dia 17 e também a criação de uma comissão para o acompanhamento da questão.

Poderemos ver na preocupação com a higiene e saúde pública e com a educação, sinais da política regeneradora que se propagava pelo país, mas será a questão da estrada de Vila Real a Amarante, também algumas vezes denominada de Vila Real / Porto, enquanto abertura ao litoral e à Província do Minho, aquela que será o grande cartão-de-visita do espírito regenerador durante o período compreendido entre 1850 e 1861.

A questão da saúde pública

O Séc. XIX conviverá de forma devastadora com as epidemias de peste negra, febre-amarela, varíola, tuberculose, sífilis, tifo, febre tifóide, sarampo, difteria, tosse convulsa, meningite, gripes, gastrites, disenterias, raiva e cólera.

De todas elas, as doenças do foro intestinal, como a cólera, terão sido as que mais vezes se terão repetido,⁷⁴ transmitindo-se essencialmente através das águas e alimentos contaminados.

A primeira vaga de cólera chegou a Portugal em 1832, através do Porto,

⁷³ A.v. 28/5/1862.

⁷⁴ (ALMEIDA, 2011).

espalhando-se pelo país e causando mais de quarenta mil mortos. A segunda chegou em Dezembro de 1853 pela fronteira norte e em maio de 1854 começava a fazer as primeiras vítimas, coabitando com outras doenças como a raiva, o sarampo e o tifo.⁷⁵

Internacionalmente, no que respeita às medidas de prevenção, começavam a colocar-se frente-a-frente as opiniões dos cientistas que defendiam a necessidade absoluta da quarentena como única medida válida para controlar as epidemias, e aqueles que defendiam medidas higienistas de controlo sanitário do abastecimento público de água, das vias públicas e dos edifícios públicos e mesmo, em alguns casos, das habitações.

Em Vila Real, antes ainda das preocupações com a cólera que já entrara pela fronteira norte em 1853, havia de ser motivo de deliberação da vereação na sessão de 18 de Março de 1854, o arrendamento de uma sala maior para a transferência de presos que se encontravam no hospital com tifo, sujeitos a provocarem uma epidemia, já que se tratava de uma «...doença contagiosa e sensível a uma epidemia». Será esta, aliás, a razão porque na sessão de 23 do mesmo mês a autarquia solicitará ao governador civil que tome providências preventivas «Ponderado o estado sanitário bastante assustador, visto que no Hospital Civil se tem desenvolvido a febre tifo, achando-se doentes os enfermeiros e mordomo do mês, e também vai aparecendo em algumas povoações...».⁷⁶

Em 5 de Maio de 1855 a vereação Vila-realense analisará pela primeira vez a questão da segunda epidemia de cólera oitocentista, quando pede a «Adopção de medidas preventivas da epidemia de Cólera Morbus que já vinha em São João da Pesqueira, tendo decidido criar um hospital suplementar na casa que tem servido de hospital militar na Rua das Flores».⁷⁷

Será apenas a 24 de Outubro de 1857 que a Câmara voltará a analisar a questão epidémica, preocupada que estava a vereação em repetir as «...medidas ou providências sanitárias que se haviam de tomar para que a epidemia existente na capital do reino não chegue a Vila Real».⁷⁸

Seria provavelmente a epidemia de febre-amarela que, nesse ano de 1857 alastrou a quase 10% da população da capital, tendo morrido cerca de cinco mil pessoas⁷⁹, facto que terá tido grande impacto a nível nacional e que levou a Câmara Municipal de Vila Real a propor posturas extraordinárias, de carácter higienista da maior relevância, como adiante transcrevemos livremente:

1º — Que durante a epidemia não houvesse enterramentos em cemitérios particulares.

⁷⁵ (ALMEIDA, 2011).

⁷⁶ A.v. 23/3/1854.

⁷⁷ A.v. 5/5/1855.

⁷⁸ A.v. 24/10/1857.

⁷⁹ (ALMEIDA, 2011).

2º — Que se proíba a divagação de gado suíno pelas ruas da vila assim como o uso que alguns têm de o alimentar à porta da rua.

3º — Ninguém poderá lançar nas ruas públicas, quelhos ou becos desta vila quaisquer águas, puras ou impuras e muito menos imundícies, nem de dia nem de noite, sob pena de oitocentos reis de multa por cada vez, além dos prejuízos que causarem e de fazerem a limpeza à sua custa.

4º — Ninguém pode carregar estrumes senão desde as onze horas da noite até às quatro horas da manhã, desde 1 de Abril até 30 de Setembro e desde as nove horas da noite até às cinco da manhã desde o 1º de Outubro até 30 de Março, com pena de 1600 reis.

5º — Fica proibido o depósito de couves e ferçuras das reses decepadas no matadouro público desta vila em qualquer das ruas da mesma, só sendo possível fazê-lo no local designado pela Câmara para o efeito, nos arrabaldes dela, sob pena de cinco mil reis de multa.

6º — Todos os moradores desta vila são obrigados a mandar varrer as suas testadas e a tê-las com a possível limpeza sob pena de pagarem duzentos reis de multa e se mandarem limpar à sua custa.

7º — Que não seja permitido a nenhum negociante de ferro cortá-lo em seco ou dentro de casa ou à porta da rua, pelos estragos que resultam às calçadas e pelo incómodo que causam aos vizinhos principalmente em estado de doença, assim como pelo abalo de que se ressentem as casas próximas, sob pena de 1200 reis de multa.

8º — Que não seja permitida a venda dos figos do Outono por serem nocivos e muito prejudiciais à saúde cuja proibição se estende tanto a esta vila como a todo o concelho sob pena de os vendedores pagarem duzentos reis por cada cesto ou canastra, além de ser inutilizado.

...E finalmente deliberaram que se convidassem os habitantes desta vila para que caiassem as suas casas por dentro e por fora por ser um meio higiénico que muito contribui para a salubridade.⁸⁰

As posturas propostas pela câmara municipal não seriam em vão, já que por ofício do governador-civil dar-se-ia conhecimento à edilidade, em Novembro de 1858, do aparecimento de casos de febre-amarela em Chaves, ao que o vereador Leitão informa que consta já que em Vila Real também já haveria casos da mesma doença.⁸¹ A partir desse momento os comerciantes só podem abater animais depois de serem examinados pelos facultativos da câmara e os contaminados serão marcados com a letra “r” para serem separados e tratados e os sãos com um “s” para poderem ir para o matadouro.

No início do ano de 1861, numa deslocação a S. Tomé do Castelo, a vereação

⁸⁰ A.v. 24/10/1857.

⁸¹ A.v. 20/11/1858.

deu conta de muitos doentes, principalmente pobres, com uma doença que ali se tinha disseminado e para a qual o governo-civil havia alertado, tendo deliberado destinar uma casa para serem transferidos todos os doentes, para serem tratados e alimentados, sendo os medicamentos pagos pelo cofre da câmara. Apesar de não ser referido o tipo de doença, parece manifesta a atitude de quarentena a que a autarquia submete os doentes, depois de, no passado, ter igualmente apostado nas situações de prevenção higienista.

A educação

O liberalismo reconheceu desde cedo a importância do ensino primário, baseado no princípio da transformação do súbdito em cidadão e no princípio constitucional do dever dos cidadãos serem «justos e bons»

Apesar de em Portugal, desde 1835, o ensino público se ter tornado obrigatório, até ao final do Séc. XIX assistiremos a grandes desequilíbrios da oferta ao longo do território nacional, seja entre meios urbanos e rurais seja entre regiões.⁸²

Se a alfabetização masculina subia de sul para norte e do interior para o litoral, a rede de escolas públicas expandiu-se de 1199 em 1854 para 3825 em 1888 e 4495 em 1899, passando a existir uma escola por 890 habitantes e 15 Km², principalmente masculinas, de alunos oriundos de meios essencialmente rurais.⁸³

Também no que respeita à educação, um dos grandes sinais de mudança surgiu em 1852, com o desmembramento do antigo Ministério dos Negócios do Reino e a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que será assumido por Fontes Pereira de Melo, que não esconderá a sua política de colocar as instituições de ensino a par do esforço de fomento industrial e agrícola em que pretendia lançar o país e de que será expressão maior a criação das escolas industriais.

Em Vila Real, durante o período em apreço, duas questões foram o alvo principal de análise pela vereação vilarealense, no que à educação diz respeito: o ensino primário e o Liceu de Vila Real.

No que respeita ao ensino primário, esteve no centro das preocupações autárquicas a criação de aulas em diversas freguesias rurais do concelho, seja através da nomeação de novos professores, como aconteceu em Vilarinho da Samardã em 10 de Abril de 1858⁸⁴ ou do aproveitamento dos recursos existentes, como aconteceu em Março de 1855 entre as freguesias de Mondrões e Lordelo, que acabaram a partilhar o professor, servindo duas comunidades e poupando no orçamento municipal.⁸⁵

Note-se que a autarquia foi sempre muito atenta à necessidade de criar novas cadeiras de instrução primária em freguesias de acesso particularmente difícil, como

⁸² (RAMOS, SOUSA e MONTEIRO, 2009).

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ A.v. 10/4/1858.

⁸⁵ A.v. 3/3/1855.

era a Freguesia de S. Miguel da Pena em 1861.⁸⁶

No que concerne ainda às escolas primárias, a Câmara Municipal de Vila Real mostrar-se-á igualmente sempre solícita com os pedidos de material necessários ao funcionamento das mesmas, como sejam o de «...bancos e outros utensílios», como os que foram necessários para a Escola Primária da Freguesia de Stº André da Campeã em Agosto de 1856.⁸⁷

Entre 1853 e 1854, as actas da vereação vila-realense mencionarão por duas vezes situações referentes a edificios onde se leccionariam aulas através do método de leitura repentina ou *Método Português* de António Feliciano de Castilho, situações relacionadas com o acesso e com a renda dos edificios, demonstrando a utilização deste método em Vila Real, apesar da sua não generalização a todo o país, talvez pela enorme polémica que gerou.

O Liceu Nacional de Vila Real resultou da aplicação do decreto régio de 17 de Novembro de 1836, e haverá registos de que estaria em funcionamento no ano lectivo de 1848/1849. No ano de 1851, então com três professores, reúne o seu Conselho e constitui-se definitivamente em “Liceu”, com data de 6 de Outubro desse ano.

No dia 30 de Outubro de 1858, Guilhermino Augusto de Barros, de Chaves, redige um projecto a apresentar à câmara legislativa, a fim de retribuir o professor de inglês e francês do Liceu Nacional de Vila Real, enquanto a autarquia delibera comprar ou edificar na vila uma casa para a instituição de ensino.⁸⁸

O percurso do Liceu Nacional de Vila Real, no entanto, conhecerá um enorme sobressalto antes de acabar o período que ora analisamos.

A 30 de Junho de 1860, era lido na sessão de vereação um officio do deputado pelo círculo de Vila Real, António Pinto Carneiro, acusando a recepção de uma representação que a câmara havia enviado ao corpo legislativo, contra a proposta de lei da reforma da instrução pública que fora apresentada pelo Ministério do Reino na sessão daquela câmara electiva de 22 daquele mesmo mês, propondo a supressão do Liceu Nacional de Vila Real, convertendo-o em simples colégio, o que privava toda a Província de Trás-os-Montes de uma instituição onde se leccionasse um curso completo de instrução secundária.

Esta reacção veemente da autarquia a tentativas de desqualificação do Liceu de Vila Real será uma constante durante um período próximo, até à solidificação da instituição de ensino no quadro do mapa educativo nacional ao nível do ensino secundário.

⁸⁶ A.v. 30/12/1861.

⁸⁷ A.v. 23/8/1856.

⁸⁸ A.v. 30/10/1858.

Conclusão

Procurávamos com este estudo encontrar influências regeneradoras na gestão municipal vila-realense entre 1850 e 1861.

Poderíamos ser impelidos a concluir por uma grande semelhança entre o que se passou neste período e no que lhe foi imediatamente anterior, principalmente após a institucionalização do liberalismo em Portugal com a Convenção de Évora-Monte.

Mas, a verdade, é que existem diferenças que nos permitem concluir estarmos perante uma gestão municipal efectivamente diferente, não só institucionalmente, fruto da legislação nacional que lhe seria imposta, mas igualmente fruto do espírito da lei e do tempo, que foi sendo absorvido pelos novos autarcas e pela dinâmica da sua gestão.

Estas diferenças vão sendo um esbater contínuo das práticas do antigo regime e um crescimento cada vez mais sólido da realidade institucional e política da monarquia constitucional, sem que os autores deixem por vezes de ser os mesmos, numa Vila Real que não deixou de fazer parte do Portugal ruralizado, analfabetizado e pobre.

A gestão municipal vila-realense não deixou de partilhar as dificuldades dos governos da nação, quando surgem as suas dificuldades orçamentais crónicas — dificuldades no pagamento a fornecedores, às amas dos expostos, aos funcionários, na manutenção das vias públicas e dos edifícios, etc... —, que obrigam a lançar as tão odiadas contribuições indirectas sobre os bens alimentares consumidos no concelho, que da promessa de extraordinárias passam a quase permanentes no quadro do Séc. XIX.

Mas a gestão municipal vila-realense experimentou igualmente a euforia desenvolvimentista regeneradora, anunciada aos quatro ventos por Fontes Pereira de Melo, quando consegue desbloquear junto do governo, e com a participação activa da autarquia, a construção da estrada Vila Real/ Amarante, a estrada que segundo as palavras do presidente da câmara em 1860, fazia depender o futuro do município e de toda a província de Trás-os-Montes e Alto Douro, segundo a verdade axiomática, afirmava, serem as vias de comunicação a vida das nações.

Se esta estrada chegava mesmo a trazer os irmãos do novo mundo até Vila Real, como afoitamente o presidente da câmara havia igualmente de afirmar, também os melhoramentos que se fizeram sentir nesta década ao nível da educação e da saúde pública, darão a Vila Real um impulso para um novo paradigma que demorará muitos anos a chegar, mas que, não podemos deixar de considerar, começará a construir um novo quadro de políticas públicas municipais mais centradas no bem comum e na cidadania.

Anexo

Obras públicas em Vila Real - 1850/1860

1850

10 Jan — Disponibilização de verba para as obras no extinto Convento de S. Francisco, a fim de aquartelar o Batalhão de Caçadores 3.

9 Fev — Entrega de materiais para as obras do extinto Convento de S. Francisco.

13 Abr — Reconstrução do pontão de Jorjais que ameaçava ruir.

07 Set — Concerto da Ponte do Prado sobre o rio de Ferreiros.

1851

15 Jan — Concerto da capela do lugar de Val.

07 Jun — Construção de uma praça fechada no terrado do extinto Convento de S. Domingos.

22 Nov — Concerto da Ponte de Ermida.

22 Nov — Concerto da Ponte sobre o rio Corgo em frente da povoação de Fortunho.

15 Dez — Concerto da ponte sobre o rio Corgo.

1852

7 Fev — No orçamento de 1852-1853 deliberaram sobre as obras de utilidade para esse ano...: obra do pontelhão e calçada sobre o rio em Ermida; continuação das minas nas fontes públicas do chafariz da Carreira; calçadas da Rua do Poço e Ferraria; construção do paredão do Calvário para melhor acomodação da feira; construção de três arcos junto à Casa do Peixe frente ao Campo do Tabolado para se arrendarem aos peixeiros em proveito dos rendimentos do município; aquisição da casa contígua aos Paços do Concelho para se construir uma nova Casa da Roda.

5 Jun — Decide-se o traçado e construção das estradas que de Vila Real se dirigem para Amarante e Mirandela.

7 Jun — Comemoração no dia 9 de Junho para dar começo à abertura da estrada desta vila a Amarante.

12 Jun — Voto de agradecimento ao deputado Guilhermino Augusto de Barros pelos serviços que ele prestou para a construção do primeiro lanço da estrada de Vila Real a Amarante pelo Marão bem como a Tiago Augusto Veloso de Horta pela coadjuvação que prestou a tão importante melhoramento.

1 Jul — Construção das calçadas da Rua do Poço e da Ferraria. Limpeza e encanamento das águas da fonte pública de Relvas, na freguesia de Parada de Cunhos.

10 Jul — Praça de vendas no extinto Convento de S. Domingos (repetição da representação ao governo). Ajuda à construção da estrada de Vila Real à Régua.

25 Jul — Ultimção da construção do paredão do Senhor Jesus do Calvário.

9 Set — Ruína da casa do matadouro público.

2 Out — Aprovação pelo Conselho de Distrito da arrematação para a continuação do paredão em volta da capela do Sr. Jesus do Calvário.

10 Out — Arrematação da construção da Calçada da Ferraria.

10 Nov — Arrematação da construção da calçada e pilares ou colunas para a Ponte de Ermida.

1853

23 Jan — Arrematação da construção da calçada da Rua do Poço nesta Vila.

5 Fev — Postura que alterasse as chapas das rodas dos carros na estrada que se está a construir Vila Real / Régua, a fim de a preservar. Arranjo da estrada pública desde a ponte da Ribeira até a

ponte de Parada e desta até ao princípio da mata de Miguel Vaz Guedes. Arranjo da estrada pública desta vila até ao lugar de Nogueira.

2 Abr — Finalização dos trabalhos de encanamento da fonte pública do lugar de Relvas.

10 Abr — Arrematação da construção da estrada pública desde a ponte de Parada até ao princípio da mata de Miguel Vaz Guedes.

7 Mai — Principais obras a orçamentar para 1854: terminar a obra da calceta da Rua do Poço, construção da Casa da Roda; as verbas possíveis para o encanamento das águas públicas, para a limpeza das pontes e minas e do passeio público, para terminar o paredão do Calvário e construção e reparo das estradas e caminhos vicinais do concelho, bem como uma verba para reparo dos Paços do Concelho.

14 Mai — No orçamento da receita e despesa para 1853/1854 prevê-se a despesa com as seguintes obras: reparo da estrada e calçada do Pombo; pontão de Paúlos; Fonte de Agó e outros sítios da Freguesia de Folhadela; calçada junto à ponte de Torneiros; concerto da estrada desde o Arcabuzado até a Cruz da Timpeira; construção do pontão de Benagouro; construção do pontão de S. Cipriano em Veçadãos; construção de estrada frente ao adro da capela de Almodena.

25 Jun — Ficou pronta a calçada desde a ponte de Parada até a mata de Miguel Vaz Guedes.

1854

14 Jan — Mau estado das ruas em Constantim com urgente intervenção.

25 Feb — Levantamento de um risco ou planta para a construção da Casa da Roda.

25 Feb — Sendo indispensável para conservação e limpeza das águas das minas públicas cobrirem-se os três respiros com empadreamento em dois deles, se mandasse desde já fazer esta obra.

26 Mai — Deliberado pedir ao governador civil para solicitar ao governo a concessão das ruínas do Espírito Santo e muralhas para se empregar a pedra em obras da cadeia pública.

15 Jun — Termo de arrematação da construção do aqueduto ou condutor das imundícies discorrentes das latrinas das cadeias públicas de que foi arrematante Miguel Malvar, mestre pedreiro, por 30\$000 rs.

30 Jun — Autorizam a Junta de Paróquia da Freguesia de Borbela a derramar a quantia de onze mil cento e quarenta reis no melhoramento da ponte do lugar de S. Mamede, depois de aprovado em Conselho de Distrito.

14 Jul — Deliberado que para prestígio da aclamação de Sua Majestade El Rei o Senhor Dom Pedro V se rogasse ao Padre José Justino de Carvalho para levantar o risco de um edifício que deve iluminar-se no cimo do Tabolado. Concerto das ruas desta Vila desde a entrada da Rua Direita até a ponte de St^a Margarida e outros sítios — 260\$000. Compra da casa contígua à da Câmara para construção da Casa da Roda. Continuação da construção da calçada da Rua do Poço.

1856

4 Ago — Deliberaram que se continuasse desde já com a mina do adro de São Pedro de que foi encarregado o vereador Melo durante o impedimento do vereador Miranda.

30 Ago — O Regedor da paróquia da freguesia da Ermida dá conta da necessidade de obras na ponte e não tendo a câmara dinheiro para tal cria uma comissão para ocorrer aos reparos através de donativos voluntários. Em 13/09/1856 a comissão refere que nenhum cidadão se dispõe a contribuir voluntariamente e a câmara manda a Junta de Paróquia arrematar as obras, fazer orçamento e lançar derrama.

13 Set — Ofício com data de 1/9 das Juntas de Paróquia de Abaças e Nogueira com a necessidade de reconstrução de uma ponte sobre o Rio Tanha. A câmara decide nomear uma comissão encarregada de solicitar donativos pelos povos vizinhos e interessados na passagem e se faltar alguma quantia a câmara ajuda.

- 13 Out — Deliberação para a arrematação do reparo do encanamento das águas públicas.
13 Nov — Arrematação da reparação dos canos de chafariz.

1857

7 Mar — Ofício do juiz eleito da freguesia de Mouços dando conhecimento de que se acha intransitável a estrada pública que vai desde a ponte de Piscais até à capela de Guadalupe dentro da freguesia e pedindo dois ou três pedreiros por trinta dias para com os habitantes dos povos a reparar. Foi acordado aceitar e ceder dois pedreiros por trinta dias.

7 Mar — Deliberaram que em razão do seu estado de ruína se pedisse ao governador civil a demolição da capela do Espírito Santo.

21 Jun — Termo de arrematação do rompimento da mina pública principiada no adro de S. Pedro desta vila de que foi arrematante Bento Rei, residente nesta vila, pela quantia de dezasseis mil e oitocentos reis cada braça.

22 Ago — Ofício do governador civil suscitando o cumprimento das instruções do governo no melhoramento e desobstrução dos caminhos vicinais. A câmara respondeu que terá em conta a instrução.

19 Dez — Alargamento da rampa feita junto da Fonte Nova para ligar a nova estrada com a estrada antiga que desce para a Senhora da Almodena e dá serventia para diversos povos do concelho.

1858

13 Mar — Ofício do governador civil com consulta dirigida pelo Director das Obras Públicas do Distrito de Viseu, pedindo esclarecimentos que o habilitem a informar o governo sobre a estrada que passa pela foz do rio Varosa, Tedo e Távora até Barca de Alva de cuja construção se está tratando é efectivamente aquela que se deverá construir com preferência. Depois de examinar no local a câmara confirma que se deve pugnar pela construção da estrada marginal pelo lado direito.

20 Mar — Deliberado pedir ao governo o melhoramento do telégrafo eléctrico.

20 Mar — Que a estrada marginal ao Douro se construa preferencialmente do lado direito porque para além de inúmeras razões de conveniência é menos dispendiosa.

21 Jul — Auto de arrendamento do concerto e reparos dos encanamentos das águas das fontes públicas desta vila durante o atual ano económico de 1858/59 de que foi arrematante José Joaquim Alves pela quantia de vinte e quatro mil reis.

4 Ago — Deliberaram terraplanar quanto possível seja o Campo do Pioledo com a precisa segurança de pedraria nos pontos onde convier para resguardo da terra e corrente das águas.

4 Dez — A Junta de Paróquia da freguesia de Ermida dá conta que foi levada pela cheia de 28 de Setembro último a ponte que dá passagem no rio próximo da igreja, ficando sem acesso a dita. Pede reedificação, respondendo a câmara que não tem meios, pelo que a Junta de Paróquia deve fazê-lo a suas expensas ou lançar derrama depois de um orçamento elaborado por peritos.

1859

23 Jan — Auto de arrematação da construção das calçadas da rua de St^a Margarida de que foi arrematante Joaquim Martins do lugar de Fornelos, pela quantia de 720 reis por cada braça quadrada medida superficialmente.

5 Mar — Acha-se em mau estado a estrada de Pescais, acima da ponte do mesmo nome, no limite da freguesia de Mouços e não sendo suficientes os donativos que a Junta de Paróquia e juiz eleito da dita freguesia obtiveram para ocorrer aos reparos deliberou a câmara que pelo cofre do município se atendesse ao pagamento dos jornais dos pedreiros empregados nos ditos concertos, que segundo informação do juiz eleito importam em onze mil quinhentos e trinta reis.

17 Mar — Auto de arrematação da construção das ruas das Vazes e St^a Margarida pela quantia

de mil oitocentos e trinta reis cada braça quadrada de dez palmos medida superficialmente por Manuel Gonçalves da Silva Samardã, desta Vila.

15 Out — Ponderou mais que, não tendo sido incluído no contrato que o governo acaba de estipular com Carlos Langlois, a estrada que atravessando a aba do Marão e entroncando a poente da povoação de Padornelo na que ali se acha construída deve ligar esta província com a do Minho e não satisfazendo a este fim a que se acha em construção desta Vila Real à Régua e daí a Amarante, porém sem a secção de estrada directa desta Vila a Amarante pela aba do Marão, atento que como se vê do dito contrato, teremos dentro em pouco o sul da província de Trás-os-Montes em comunicação com dois grandes centros de produção como os territórios de Chaves e Bragança de que esta vila colocada entre eles e os solos vinícolas do Sul, tem de ser no futuro o mercado entreposto destes e daqueles, e o depósito de géneros de importação e exportação, propunha por isso que esta câmara dirigisse uma representação ao corpo legislativo solicitando que a dita secção de estrada directa desta vila para Amarante pela aba do Marão seja incluída no dito contrato quando se torne definitivo pois só assim terão fácil e pronta saída os géneros, auferir as vantagens económicas que lhes são inerentes e satisfazer a missão de ligar esta província por este ponto com o Minho como já foi reconhecido em 1845 por quanto tendo de abrir-se a dita secção de estrada na sua totalidade em terreno baldio e de pronta execução e de menos largura por ser de segunda ordem tendo de longitude 32 Km e trezentos virão por ela mais cómoda e rapidamente a mala posta e passageiros conquanto que se está construindo desta vila para a Régua a Amarante destinada a levar as produções da província às margens do Douro faz de longitude 62 Km sendo ainda actualmente puxados a bois os veículos que transitam por uma parte dela e finalmente porque a sua despesa para se tornar viável é maior do que a que pode importar a secção da estrada directa para Amarante pela aba do Marão.

1860

15 Fev — Ponderado o estado em que se acha o arco das portas da antiga Vila Velha e o resto da muralha, concluiu-se pela necessidade da sua demolição, tendo-se enviado uma representação ao governo para tal e para que a pedra resultante fosse aplicada nas obras do concelho ou que fosse vendida em arrematação pública.

17 Nov — Foi dito pelo vereador Oliveira Guimarães que não tendo sido atendidas pelo governo as representações que se lhe têm dirigido para a factura da estrada desta vila para Amarante pelo Marão e tendo-se organizado na cidade do Porto uma companhia de utilidade pública que se propõem obter por acções a quantia de mil e quinhentos contos de reis por empréstimo ao governo com especial aplicação a viação pública conforme as bases contidas no exemplar que apresentava, propunha a câmara que se aproveitasse o ensejo, procurando obter subscrições até à quantia de sessenta contos de reis para fazerem parte do dito empréstimo, com a condição sem a qual não de incluir no contrato que a companhia tem a celebrar com o governo a factura daquela estrada. A câmara anuiu à proposta e decidiu ouvir alguns cidadãos em sessão extraordinária de 19 de Novembro.

19 Nov — Sessão extraordinária tendente à adopção dos meios a empregar para se conseguir a factura da estrada que caminhando pelas fraldas da Serra do Marão nos ligue pela vila de Amarante directamente com a cidade do Porto. O presidente afirma: «Direi apenas que é só exclusivamente desta obra que depende o futuro bem-estar deste município, e talvez até de toda a província». E ainda «É hoje uma verdade axiomática serem as vias de comunicação a vida das nações. As artes e as ciências progredem de uma maneira espantosa, a maneira que essas comunicações vão pondo em contacto povos que a natureza parecia ter condenado a nunca se aproximarem. Podemos afoitamente dizer que dentro em poucos anos, estarão mais próximos de nós os nossos irmãos do novo mundo, do que há bem pouco estávamos da nossa própria capital. Onde iremos nós procurar a causa eficiente destas maravilhas, se não as estradas e caminhos-de-ferro? E ainda: «A Câmara Municipal deste Concelho não tem sido alheia e indiferente a esta cruzada de regeneração que por toda a parte se desenvolve

em grande escala, antes tem feito quanto lhe tem sido possível para ver se consegue desenvolver no seu município esta fonte de riqueza e prosperidade». Foi aceite a proposta feita no dia 17 e também a criação de uma comissão para o acompanhamento da questão.

1861

1 Jun — Discussão de um orçamento suplementar para o corrente ano económico, devido a despesas que foram necessárias fazer com várias obras, como por exemplo as paredes da Casa do Matadouro, reparos, concertos e luzes na cadeia, festividade de Corpus Christi, despesas no quartel de S. Francisco (roupas, camas de oficiais e outros móveis...), construção da Rua do Cabo da Vila, construção da calçada ou cais das Ribeira de Tourinhas, despesa da demolição das paredes da Capela do Espírito Santo..., construção de parte do paredão do Campo do Calvário que havia desmoronado com o inverno...

15 Jul — Exame das contas do ano económico de 1860/1861, declarando-se conformes com o respectivo orçamento e tendo advertido o Conselho Distrital...que no futuro não aprovará nenhuma despesa com obras municipais superiores a 3000 rs já que as mesmas devem ser dadas de empreitada por arrematação, como dispõe a ordenação do Livro 1º, título 66, artºs 7 e 39 e os Alvarás de 16 de Setembro de 1814.

15 Jul — Estando intransitáveis as ruas da Piedade e Vila Velha, atentando o estado de ruína do pavimento e sendo as mesmas muito concorridas, deliberou a Câmara que se ladrilhassem as ditas ruas.

8 Ago — Achando-se intransitável a estrada da Ribeira de Machados deliberou a Câmara que se procedesse aos reparos necessários.

8 Set — Estando intransitável a estrada de Vilalva principalmente desde a casa de António Alves de Aguiar aos Três Lagares, até ao caminho que da mesma estrada atravessa para a Quinta de João Botelho de Lucena e bem assim o lanço de estrada em seguida à ponte de Stª Margarida, deliberaram tendo ouvido a consulta do Director das Obras Públicas mandar aterrar e desaterrar os pontos que na mesma estrada forem necessários para o nivelamento dela e empedrar a mesma.

7 Nov — Expropriação de escada de acesso a uma habitação necessária a construção da estrada que se anda a fazer a seguir à ponte de Stª Margarida.

10 Dez — O presidente informou que na próxima sessão entregará o orçamento suplementar ao orçamento ordinário do corrente ano pelas despesas indispensáveis que a câmara conhece como a pedra para a ultimação do pontilhão do rio verdadeiro e rompimento da estrada na entrada e saída do mesmo; calçada da Estrada dos Machados e guardas da ponte do Ribeiro do Cabril, empedrado das ruas da Vila Velha, e Piedade desta Vila, aterro e desaterro da Estrada de Vilalva, empedrados em diferentes pontos da mesma, aumento do marcha-pé e concertos do existente na entrada da estrada, construção da calçada em seguida à ponte de Stª Margarida até ao Largo do Cruzeiro de Santa Teresa e alguns reparos e concertos nas ruas da vila...

1862

8 Jan — Uma vez que a comissão criada em Novembro de 1860 para a promoção da factura de uma estrada que pelas fraldas do Marão ligasse, via Amarante, Vila Real ao Porto, viu frustrados todos os seus esforços, deliberaram criar uma nova comissão, constituída dos mesmos membros da anterior e de mais alguns, com o intento de promover a referida feitura da mesma estrada, apresentando um estudo sobre a melhor maneira de com mais facilidade se conseguir tão desejado intento, ou concorrendo a câmara desta vila com certo donativo pecuniário, ajudando deste modo o governo, ou quando a comissão não tenha isto por acertado apresentarão então outro alvitre que julguem mais proficuo.

22 Mai — Lido officio do director de obras públicas deste distrito, que acompanha as posturas régias que hão-de construir a primeira secção da estrada Vila Real-Amarante, no lanço compreendido

entre a Capela do Senhor dos Amparados de Parada e a Portela de Espinho no cumprimento de 3:682,80 metros, solicitando às câmaras municipais que lavrem os devidos termos de responsabilidade relativos aos donativos em que se comprometeram para a dita construção em dinheiro, jornais, terrenos e materiais, resolvendo a câmara unanimemente fornecer todos os terrenos que tiverem de ser expropriados para a construção deste primeiro lanço e oferecer a quantia de dois contos de reis, remetendo esta decisão para o Conselho de Distrito.

28 Maio — Sessão extraordinária para análise do ofício que lhe dirigiu o director de obras públicas deste distrito, solicitando as expropriações necessárias à construção do primeiro lanço da estrada Vila Real — Amarante. Foi ainda lido outro ofício do mesmo director comunicando que marcou para o dia 1 de Junho a concepção de tarefas relativas à construção.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2011) – A epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa. História, Ciências, Saúde. Rio de Janeiro. Vol. 18, n.4, out-dez., 1057-1071.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1986) – A Associação Comercial do Porto no contexto político-económico nortenho e nacional (segundo quartel do século XIX). Análise Social. Vol. XXII (91), 331-367.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2001) – História de um nado morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859). Análise Social. Vol. XXXV, 157, 1997, 989-1012.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2010) – A Monarquia Constitucional, 1807-1910. 3ª ed. Alfragide: Texto Editora.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1976) – Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo. Análise Social. Vol. XII (45), 106-126.
- CRUZ, Maria Antonieta (2006) – “Elite política local de Vila Real – da Regeneração ao Estado Novo”. O Douro Contemporâneo. Porto: GEHVID, 111 – 132.
- FERREIRA, Carla M. Sequeira (2010) – O Alto Douro entre o Livre-Cambismo e o Protecçãoismo: A «Questão Duriense» na Economia Nacional. Dissertação de Doutoramento em História. Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- GARNEL, Maria Rita Lino (2009) – Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de *Cholera-morbus*). Revista de História da Sociedade e da Cultura, nº 9. ISSN: 1645-2259, 229 – 251.
- LAINS, Pedro (2003) – Os Progressos do Atraso: Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992. Lisboa: Instituto Ciências Sociais.
- LAINS, Pedro (2004) – Vinho novo em garrafas velhas: crescimento agrário em Portugal, 1850-1950. Análise Social. Vol. XXXIX, (170), 63-93.
- LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro F. da (2005) – História Económica de Portugal, 1700- -2000: o Séc. XIX. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MARTINS, Conceição Andrade (2005) – A Agricultura. História Económica de Portugal, 1700-2000: o Séc. XIX. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MATA, Maria Eugénia (1991) – A actividade revolucionária no Portugal contemporâneo – uma perspectiva de longa duração. Análise Social. Vol. XXVI, 112-113, 755-769.
- MATTOSE, José, coord. (1993) – História de Portugal. Vol. V: O Liberalismo (1807- -1890). Lisboa: Círculo de Leitores.
- MARTINS, Conceição Andrade (1991) – A filoxera na viticultura nacional. Análise Social. Vol. XXVI (112-113), 653 – 688.
- MÓNICA, Maria Filomena (1997) – Um político, Fontes Pereira de Melo. Análise Social. Vol. XXXII, 143-144, 731-745.

- NETO, Vitor (1993) – Do Antigo Regime ao Liberalismo. História de Portugal. (Coord. José Mattoso). 5º vol.: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Círculo de Leitores, 265 – 283.
- NETO, Vitor (1998) – O Estado, A Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911). Lisboa: Imprensa Nacional (Colecção Análise Social).
- PEIXOTO, Pedro Abreu; GONÇALVES, Joaquim Barreira (2010) – Presidentes e Vereadores da Câmara Municipal de Vila Real: do liberalismo à república. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1996) – Concertação Económica Peninsular e União Aduaneira na Imprensa Portuense (Propostas e Resistências no 3º Quartel do Séc. XIX). Revista da Faculdade de Letras. Porto: Universidade do Porto, p. 423 – 462.
- RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo V; MONTEIRO, Nuno G. (2010) – História de Portugal. 2ªed. Lisboa: Esfera dos Livros.
- REIS, António do Carmo (1999) – Nova História de Portugal: das origens ao séc. XX. 2ª ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1993) – “A Regeneração e o seu significado”. História de Portugal. (Coord. José Mattoso). 5º vol.: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Círculo de Leitores, 121 – 129.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1980) – Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu. Análise Social. Vol. XVI, 61-62, 407-428.
- SARDICA, José Miguel (2001) – A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861. Lisboa: Instituto Ciências Sociais (Estudos e Investigações, 19).
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1993) – Revolução Liberal e Municipalismo. Revista de Guimarães. Vol. 103, 361-375.

Rui Pires Cabral — *Biblioteca dos Rapazes*¹

Pedro Moura

Numa carta que escreveu a Georges Charpentier (16 de Fevereiro de 1879), Flaubert reafirmava o seu despreço pela noção, para ele chã, de ilustração: “Gostaria de colocar no seguimento de *Saint Julien* o vitral da catedral de Rouen. Bastaria colorir a prancha que se encontra no livro de Langlois, nada mais. E esta ilustração agradava-me precisamente porque não era uma ilustração, mas um documento histórico. Ao comparar a imagem com o texto as pessoas diriam entre si: ‘Não compreendo nada. Como é que ele tirou isto daquilo?’”

Rui Pires Cabral já antes *tirara isto daquilo*, ou ajudara outros a fazer o mesmo. Em *Oráculos de Cabeceira*, afinal, parece-nos que um exercício aparentado às *sortes virgiliae* sobre uma série de livros faz com que deles se libertem novos poemas, possivelmente envoltos em acrescentos imaginativos (voltaremos a esta palavra) do autor. E no mais recente *Nós, os desconhecidos*, projecto que coordenou com Daniela Gomes, convidou mais de duas dezenas de escritores para tecerem novas tessituras de palavras em torno de fotografias encontradas, “anónimas” (melhor dizendo, que perderam o nome próprio). *Biblioteca de Rapazes* também permite, ainda que de uma forma bem diversa, a emergência de “ficções sensíveis, apazigua-/doras” (Diogo Vaz Pinto, na antologia citada) ministradas em torno de matéria friável do *Nachlass* da história.

As qualidades “baudelarianas” da poesia de Rui Pires Cabral já foram apontadas por poetas, críticos e ensaístas. No caso concreto de *Biblioteca de rapazes*, esse adjectivo deverá incluir igualmente todas aquelas facetas da atenção de Baudelaire

¹ Este texto, originariamente publicado no Blog *Cadeirão Voltaire*, em 17 de Fevereiro de 2013, reproduz-se aqui com a amável autorização do Autor.

para com o que ele entendia enquanto “modernidade”, a saber, pequenos fragmentos transitórios, objectos passageiros, belezas que não ocultam mas bem pelo contrário arvoram as suas qualidades momentâneas. É o que se depreende, por exemplo, da leitura do ensaio de Pedro Eiras num ensaio da *Textos & Pretextos* no. 14, mas mais potencialmente nas palavras de Manuel de Freitas, no prefácio à antologia *Poetas sem qualidades*, onde se confirma o “predomínio do temporal sobre o eterno” (pg. 11), que nos parece estar presidindo a este novo título.

Além dessa dimensão, também é em Baudelaire que podemos encontrar essa capacidade primitiva, infantil, sobrevivente, de ser capaz de identificar uma beleza “desvelada pelo acaso numa esquina/de arrabalde; a beleza de uma casa devoluta/ que foi toda a infância de alguém./.../a beleza condenada/que nos toma de repente” (in *Oráculos*). E fazê-la atravessar o espírito crítico da Imaginação, “Rainha das Faculdades” para Baudelaire, que nada tem a ver com o devaneio ou a fantasia. É esse o uso preciso que temos em mente neste livro.

Por outro lado, a associação ao poeta francês deverá contemplar todo um conjunto de referências que sublinhe a matéria, também patente neste livro, daquilo a que poderíamos chamar a “Terra da Infância” (fazendo Baudelaire irmanar assim com Pessoa, Benjamin, Schulz), uma paragem que se vai cristalizando na memória e à qual se deseja, ou pelo menos se expressa um desejo, regressar, tornando-se um espaço objectivo que influenciará os mecanismos poéticos da sua busca. Mais, os escritos de Baudelaire que versam os livros, as ilustrações, os brinquedos, destilam um vocabulário ou um ambiente que parece ser reempregue em *Biblioteca dos Rapazes*, que remete mais para uma modernidade antiga e nostálgica, do que para a nossa contemporaneidade, por hipótese através da exploração de mecanismos ou materialidades digitais ou outras. A colagem, o álbum de figurinhas, as próprias fontes dos materiais (indicados no fim do livro) sublinham um contexto histórico específico mas que tem sido sublinhado, ao longo do século XX, como “intemporal”. Talvez porque essa Terra da Infância, estando sempre num passado mediado pela nostalgia e um qualquer grau de conforto e segurança, nunca revelados traços da (sua) História.

Poderemos descrever este como um conjunto de poemas ilustrados? Ou ilustrações transformadas em poemas? Ou antes uma exploração da materialidade de livros anteriores para a moldagem de novos poemas? A ideia de materialidade, associada ao acto literário, que deve incluir a parte da sua recepção, poderá desdobrar-se em três momentos: o da produção, o do texto, o da fruição. O autor explica brevemente o primeiro, de como se munuiu de tesoura (não é inocente que seja essa a imagem do cólofon) e cola para proceder às colagens de ilustrações tiradas de uma série de títulos de obras associadas a esse universo social das “Bibliotecas de Rapazes”, e que atravessam um período longo compreendido entre o século XIX e a primeira metade do século XX, mas cujos elos são relativamente coesos nesse imaginário (Stevenson, Verne,

Salgari, Jean Ray). Obras que, se num momento pertenciam a uma certa marginalidade do campo literário, vão, aos poucos, sendo negociadas para o interior mesmo da ideia sobrevivente de cânone, como foi discutido em *Antes das playstations*, volume colectivo da Biblioteca Nacional. E não será alheio a esse movimento integrante a capacidade dos autores reformularem as suas linhas de toque, como sucede no livro de Cabral.

Mas para além desses livros, foram também alvo do seu trabalho de colheita postais, enciclopédias, fotografias anónimas, como se as recuperasse a todas de um único espaço que comungasse com aquela Terra indicada acima. As fontes não são somente literárias, mas estão subsumidas a uma comunidade que as partilha. De certa forma, esse acto de arrancar algo às páginas, aos postais, às estampas, de violentar as suas formas originais e forçá-las a novos elos, esse acto de recuperação e transformação recordam algumas das palavras que Walter Benjamin reservava aos colecionadores: “A paixão verdadeira, profundamente incompreendida, do colecionador é sempre anárquica, destrutiva. Pois esta é a sua dialéctica: combinar com a lealdade para com um objecto, com itens individuais, com coisas protegidas pelo seu cuidado, um protesto subversivo e teimoso contra o típico e o classificável” (*Lob der Puppe*). *Biblioteca de Rapazes* ergue o princípio do paradoxo nesse trabalho a um só tempo destrutivo mas por isso mesmo recuperador, leal, refundador. Ainda regressando a Baudelaire, e sobretudo ao poema “Le joujou du pauvre”, parece que encontramos nestes objectos de Rui Pires Cabral um encontro, nada fortuito, mas escavado, ponderado, ainda que materialmente tenha sinais de acaso, entre o brinquedo do menino rico desse poema, “verni, doré, vêtu d’une robe pourpre, et couvert de plumets et de verroteries”, e o do pobre, um rato vivo “arrancado à própria vida”.

Uma descrição minimal falaria de um ciclo de poemas, aparentemente escritos à máquina ou até fruto de *cut-ups* dos próprios livros, montados sobre tiras re-organizando os fragmentos colados. Contudo, as imagens que subjazem literalmente a esses poemas não são um seu complemento ou substrato, são a sua voz de fundo, o seu baixo contínuo, o acesso ao território indiscernível do qual partiram, e ao qual vivem constantemente no perigo de retornar. “Deixou-nos um feixe/ de sombras//e um livro de versos/onde ninguém/se sente em casa” (pg. 27; mas estes sinais diacríficos são tolos exercícios de retranscrição). Talvez por essa casa ser espaço de transição, de um fluxo contínuo, mas não por isso de menos intenso e permanente convite a entrar.

A materialidade da fruição ostentar-se-á pela obrigatoriedade em manipular um livro com aspecto de pequeno álbum de figuras, pequeno objecto privado de colecção irrepetível, de sentidos apenas fornecidos por aquele mesmo que o constituiu. São como que os “tímidos animais/imaginários” (29) pelos quais passam os exploradores destes poemas, e que manifestam a largura da paisagem desvendada: “o Domínio/é o poema// que souberes/encontrar.” (11). Estes objectos, estas ilustrações, livros, fragmentos, reencenam-se numa nova vida, como as próprias bibliotecas permitem aos seus livros,

a cada novo leitor, a cada nova leitura. Mas mais do que essa indeterminação de ideias ou impressionismo genérico da nossa parte, Pires Cabral recupera estas matérias da sua circulação enquanto bem comercial (a “comodificação”) para as propor como “traços mnésicos” – como veremos mais à frente – capazes de voltarem a exercer o seu papel de experiência com o leitor.

Não sendo o primeiro exercício em que um autor insufla nova vida sobre textos verbais e/ou imagéticos anteriores, construindo uma nova tessitura dos mesmos elementos – relembremos o Ernst dos *roman-collage*, mas igualmente *A Humument* de Tom Philips ou a obra de Graham Rawle (sobretudo *Woman’s World*) – não nos parece que Rui Pires Cabral pretenda que nos atreitemos ao fascínio de uma virtuosidade visual, secundarizando ou perdendo a convicção nas palavras, mas tampouco que as vejamos como totalmente independentes (por hipótese, declamáveis, analisáveis, reeditáveis fora deste seu objecto sem as suas particularidades materiais). Talvez queira que atendamos ao seu corpo completo (à maçã com a casca, como diria Benjamin), que não joguemos fora o seu “fundo/circunstancial”, para citar um outro seu poema, de outro livro.

Formalmente, ao nível da construção e composição visual, da materialidade textual, que se corrobora na matéria plástica dos textos e no próprio nível da diegese, como veremos, encontramos uma exploração por ritmos certos, harmonias e simetrias. É preciso fazer uma abordagem analítica (quase) exaustiva da sua estrutura, esperando que ela vá revelando alguns dos seus princípios.

Cada ciclo ou corpo de poemas (“Enigmas”, “Viagens” e “Sobressaltos”) tem cinco textos, quase seguramente independentes entre si, sendo cada um deles formado por aquilo que poderíamos chamar de três estrofes visuais verticais, três conjuntos de tiras compostas pelas ilustrações recuperadas. Cada uma dessas tiras apresenta linhas no seu interior, transformando-as em três tiras menores no interior da “estrofe”, como se se tratassem de versos (se bem que o papel dos sulcos esteja a ser preenchido, com mais propriedade, por esses espaços em branco, que poderão fazer-nos recordar o espaço intervinhetal, mas não por isso menos construtor de significado, da banda desenhada, que também atravessa esta *Biblioteca*). Essas tiras internas têm espessuras diferentes, e a sua distribuição não é sempre idêntica. Se atribuirmos o valor 1 às tiras mais finas e 2 às mais grossas (as primeiras ca. 1 cm, as segundas 1.5 cm), temos as seguintes distribuições (cada poema tem estrofes visuais idênticas no seu interior): 1-2-1, 1-2-1, 2-1-1, 1-1-2, 2-1-1; 2-1-2, 1-1-2, 2-1-1, 2-1-2, 2-1-1; 1-1-2, 2-1-1, 1-1-2, 2-1-1 e 2-1-1. Este cômputo poderá dar, logo à partida, uma ideia de repetições ou concentrações, mas é importante notar também como são “preenchidas”. Nalguns casos as imagens atravessam horizontalmente as três tiras (em quase todos os casos 2-1-2), sendo possível discernir uma cena nessas colunas, mas na maioria dos casos, cada “metade” superior e inferior (sempre 2-1-1 e 1-1-2) é ocupada por uma cena diferente,

havendo portanto duas verticalmente. Quase sempre, todas as colunas apresentam porém duas cenas verticalmente, sendo as metades unidas pelo que parece ser um padrão típico de rasgadura, e não de corte linear de tesoura, alertando para uma outra modalidade material de produção (já para não falar da “colagem” dos cartuchos com os textos). Quase sempre, pois há exceções: imagens verticalmente ininterruptas, três cenas, “metades” ininterruptas e outras “metades” com duas cenas, permitindo uma série de permutações e combinações. Nalguns casos, apercebemo-nos de que as cenas horizontais são colhidas da mesma fonte, mas sofreram uma recombinação não-linear, refazendo a imagem num breve puzzle. Poderíamos ainda continuar este exercício, que alcançaria outro nível se tivéssemos atenção para com os aspectos cromáticos ou outros (“Enigmas” tem mais fotografias, parece-nos, “Sobressaltos” apresenta uma maior intensidade de cores, “Viagens” parece tirar maior partido de ilustrações de cromolitografias e gravuras – adivinhamos as imagens de Riou e Neuville, das *20000 léguas submarinas?*).

As imagens em si estabelecem diálogos muito próprios. Que relação se estabelece entre um mostruário de borboletas, a fotografia de uma multidão e uma paisagem urbana nocturna? Seria uma forma de procurar os rasgos de Deus, citado? Ou entre uma paisagem nevada, o vasto oceano e um menino a tentar saltar de um balão (para mais, com as imagens remontadas a criarem efeitos estroboscópicos)? Tratar-se-á de uma ilustração quase chã da “digressão/pelo círculo solar” de que o irmão padecia, como se fosse uma morte?

Chegámos já às palavras? A relação entre elas e as imagens não nos parece ser, de todo, linear, referencial, ou “ilustrativa” (num sentido pejorativo em que a palavra é por vezes empregue, como no caso de Flaubert, uso que não partilhamos). A relação das imagens com os textos não é a de os secundar, e estaremos antes próximos daquelas palavras de Tsviéaieva sobre Goncharova, quando falava de uma tradução de uma matéria em outra, um “revelar outra vez, pela primeira vez”; neste caso particular, é como se Pires Cabral moldasse duas matérias a um só tempo. Seria tentador ler nas imagens referências concretíssimas, ancoradas, atoladas, às palavras que atravessam a matéria verbal dos poemas: o “Capitão” (Ned?), o “homem [que] entretinha/a nostalgia”, a “cidade concreta”, “os assaltos/do tempo e/da má sorte”... Mas o poeta admoesta-nos contra o perigo desta interpretação (e de outras igualmente formais): “Leitor, // se tiveres/ocasião, // erra/o caminho”. E é bem possível que estes caminhos por nós tentados sejam cartografados em demasia e, por isso, falhos.

Os textos – se isolarmos analiticamente a matéria verbal – não seguem as regras das estrofes visuais, apresentando-se em núcleos bem diversos. Se há casos (dois?) em que há orações – Rui Pires Cabral utiliza a pontuação, aqui, de uma maneira escrupulosa, não procurando desvios nessa dimensão – fechadas em cada estrofe, a esmagadora maioria dos poemas fã-las atravessarem essas fronteiras subtis sem pejo. Além disso,

se há uns poucos poemas mais lacónicos (“Os sonhos são...”), outros apresentam uma mancha verbal mais cerrada (os de “Viagens”): seria tentador encontrar nos primeiros as pistas diegéticas para se sublinharem os sentidos das imagens, paisagens urbanas nocturnas, fotografias meio-desfocadas, e nos segundos a confirmação dos actores e dos espaços indicados, mas atentemos aos perigos.

Estamos em crer que a repetição de um termo como *diegese, narrativa* ou outros poderá surgir como temerário, e até mesmo como uma espécie de espartilho policial sobre a matéria poética, que se revela menos conducente a formas pré-feitas. Acima explicamos como não nos parece que este livro esteja próximo das experiências de encontro entre a poesia e certas novas tecnologias da comunicação, multimédia, mas ainda assim há uma leve possibilidade de que a ponderação de um conceito como o de *database*, de Lev Manovich, se poderia revelar producente. O modo como a *database* desobriga à hierarquia e/ou lógica linear, acumulativa da narrativa, permitiria um outro entendimento da re-articulação dos elementos, e, pela sua constituição, potencialização e promessa futura. Mas a forma como ela também se assume como uma espécie de “fundo informe”, existente à partida, a partir do qual se forma as suas várias instâncias, então é como se a *Biblioteca de rapazes* nos desse um breve e mágico acesso a esse mesmo fundo, através da forma imposta pelo autor. Pois este oferece-nos e convida-nos activamente a percorrê-la.

Os poemas, através de várias técnicas de interpelação directa ao narratário/leitor, exortam à participação (“Leitor...erra”, “Escuta.”, “Caminhemos.”), mas muitos deles, nascendo de obras de prosa – se aceitarmos as transformações das fontes como que mantendo uma qualquer marca sobrevivente nos novos textos -, e remetendo às “aventuras”, quer da acção quer do conhecimento, apresentam-se como breves contos, quiçá morais, com uma mão-cheia de personagens identificáveis na sua brevidade: os marinheiros que se dirigem ao Capitão e se perdem “no fundo do mar”, os homens da “primeira/expedição”, os “degredados”, o morto que conheceu os homens na cidade, os que viajavam juntos...

De facto, o resultado destas manipulações e recombinações de uma matéria primeira (ilustrações, postais, etc.) e a sua combinação com o verbo obriga toda a matéria a novas acções, imprevistas no seu momento original. Há algo que delas *resta*, sem dúvida, há algo que delas *sobrevive* (palavra que repetimos, que é empregue por Diogo Vaz Pinto no poema já citado, e ainda termo operativo de Warburg, como se sabe). Neste caso em particular, portanto, parece-nos estar em curso um uso do que se pode chamar de *palimpsesto* num seu sentido muito específico. Estamos a pensar na forma em que esse conceito, entendido como uma “técnica de ler histórica, intertextual, construtiva e desconstrutivamente”, é empregue por um autor como Andreas Huyssen, dando conta da acumulação de traços mnésicos num mesmo corpo: “As fortes marcas do espaço presente amalgamam-se com o imaginário com traços do passado, de

apagamentos, de perdas e de heterotopias”(in *Present Pasts*).

Biblioteca de rapazes obriga desde logo a uma leitura multimodal, na qual se combina uma matéria grossa, espessa e lenta com estas forças mnésicas, que permitem escapar de um modo desencantado de olhar para a modernidade – “Medíocre aparência/tinha/a realidade” – para adoptar outra visão, mais complexa, e irresolúvel, atenta ao encontro entre memórias pessoais, o trabalho específico do autor, a poética, a fabricação do mundo, e todos aqueles objectos ou acontecimentos dos textos e ilustrações originais, levando ao que se poderia chamar de “excesso de significado”. Aproximar-nos-íamos de Sebald, porventura, que em *Campo Santo* fala do seu fortuito e “relutante” encontro com uma edição de *Saint Julien*, e cuja obra abre espaços interrogativos sobre o papel da imagem, da página “auto-reflexiva” de que Louis Lühti fala na sua obrinha do mesmo nome. Isto é, não tanto espaços reservados a imagens no seio de uma obra entendida maioritariamente como literária (por oposição semântica e social a “visual”) para a criação de ilhas de descanso ou distracção cognitiva e ontológica, como muitas vezes a ilustração é entendida, mas como contrapontos ou mecanismos que nos obrigam a considerar, de novo, a materialidade tangível das páginas do livro que temos nas mãos. Enfim, é um entendimento mais desenvolvido do que pode ser a ideia da ilustração, da imagem, aquela frase já citada de Tsviétaieva.

A sua qualidade plástica – portanto, sempiternamente moldável – de fragmentação, de fiapos combinados, não nos permite uma nítida apreciação do “esplendor” (etimologicamente, o “brilho”) da matéria original, mas força esses troços a transformarem-se em interpelantes objectos, a *istos* de onde tiramos *aquilos*, que não cessam de nos interrogar. Como, num outro poema de Rui Pires Cabral em *Oráculos*, aquelas “Sombras e fantasmas,/ coisas que não chegam a durar um verão/e falam connosco o resto da vida”.

(Pedro Moura. Texto inicialmente publicado no blogue *Cadeirão Voltaire*, em 17 de Fevereiro de 2013.)

Bonamis e Acompaniado: uma génese do teatro português no Douro

Ricardo Ferreira de Almeida, Sociólogo

Falar da origem do teatro português pode assemelhar-se à eterna discussão do ovo e da galinha. Esta surge porque ao tempo histórico muitas vezes faltam as referências escritas, o material empírico fundamental que credita hipóteses, conjecturas e afirmações. Similarmente, defender uma tese sem a sustentar com dados credíveis e objectivos não é correcto. Importa visitar documentos essenciais no sentido de descrever os pensamentos e vivências características de uma época, ou seja, os seus padrões culturais, operando alterações nas metodologias de recolha empírica, considerando a problematização dos materiais e, por fim, recusando a ideia que estes são o espelho fiel da época a que se reportam. Desta forma, a analítica deve dirigir-se ao estudo das práticas e das representações, com o fito de captar as convenções culturais subjectivas e que só o conhecimento do contexto histórico-cultural concede.

O teatro medieval em Portugal

O assunto da paternidade do teatro português, atribuída a Gil Vicente, continua a ser objecto de acesa disputa. Se para autores como Teófilo Braga ele foi o responsável directo pela sua emergência, quando a 8 de Junho de 1502 “*na segunda noite depois do nascimento do príncipe D. João que Gil Vicente iniciou o teatro nacional e a literatura dramática portuguesa*” (Braga, 2005a: 43), para outros esta afirmação carece de fundamentação. Luiz Francisco Rebelo e Duarte Ivo Cruz reconhecem-nos nos seus escritos e assinalam outras origens em “*O Primitivo Teatro Português*” (1984: 13) e na “*Introdução à Historia do Teatro Português*” (1983: 17), respectivamente.

Keates (1988), num outro horizonte, apresenta-nos uma heterogeneidade de fontes que discutem o tema com ampla profundidade. Em relação a este tópico, Rebelo cita António José Saraiva, que considera Gil Vicente o “*representante mais eloquente do velho teatro moribundo de Portugal*” e Mário Martins, que o aponta como “*a crista triunfante de uma vaga até então de pouca altura que já vinha de longe, do coração da Idade Média*” (1984: 18), e conclui que com ele “*o teatro português abandona o seu estado larvar, embrionário, em que desde a fundação da nacionalidade ate aos fins do século XV vegetava*” (idem: 20), confirmando a existência de modelos teatrais preliminares ao seu advento. Quais seriam elas?

Sabemos que o teatro medieval em Portugal possuía duas formas: uma litúrgico-religiosa, popular e jogralesca, e outra de origem cortesã. No primeiro caso, predominava uma prática dramática elementar, o *arremedilho*, espectáculo breve inventado pelos jograis, onde a declamação e a mímica imperavam enquanto configuração expressiva com alguma centralidade na Idade Média, como aponta Mário Martins (1986), e à qual assistia uma cadeia heterogénea de público. Aos indivíduos que participavam neste género de espectáculo era-lhes atribuído o nome de *remedadores* e a sua função consistia em imitar trejeitos de outrem, num complexo em que “*o actor se confundia com o autor*” (Rebelo, 1984: 26) e aproveitava para propagar um aglomerado de informações de cunho diverso mas de escassa circulação na Idade Média a partir desta incipiente forma de fazer teatro, contudo com o estatuto de “*célula originária do teatro português.*” (idem: 25). Crabée Rocha iguala esta proposição chamando para tal o “*Cancioneiro Geral*” de Garcia de Resende¹, obra que, além de incluir fragmentos dramáticos na recolha como “*a «Cantiga do Anjo», do Conde de Vimioso, letreiro dum entremês alegórico (...) e o vilancete de Pero de Sousa, cantado diante do «entremês e carro em que ia a Santiago» (...) documentos comprovativos da existência de certas formas primitivas de representação.*” (1979: 54), avisa para a presença de diálogos dramáticos provenientes das beligerantes formas poéticas que exigiam pergunta e resposta, além das “*momices*” que trataremos a seguir, competições poéticas e trovas que chegavam ao insulto e à obscenidade, trovas de toda a sorte, sobre as quais reinava a sátira e o riso. Era esta a segunda forma, a do teatro que se fazia na corte, contagiado porém pelo que se executava nas ruas, que Ruy de Pina e Damião de Góis referem do mesmo modo nas suas crónicas. De igual forma, vemos que estes perfis pré-teatrais atravessam a sociedade no seu todo, sendo, por um

¹ Garcia de Resende compilou poesia de perto de trezentos escritores anteriores a si em “*um período inferior a setenta anos*” revela Rocha (1979: 12), com uma “*abundância de dados linguísticos, etnográficos, históricos ou sociológicos que (os tornam) consulta imprescindível a quem queira estudar o período em causa (onde pontificam) queixumes amorosos, chalaças a personagens ou situações anedóticas, composições obrigadas a mote que repisam insistentemente conceitos ou enunciados já conhecidos, e, finalmente, debates organizados em termos processuais, como o célebre «Cuidar e Sospirar», de tão fastidiosa leitura.*” (idem: 12)

lado, objecto de jogo entre reis² e povo e, por outro, assunto de contenda entre o povo e a igreja. A propósito, Luiz Francisco Rebelo (1984) conta-nos da promulgação de D. Frei Telo, arcebispo de Braga, que advertia os clérigos, em 1281, para o contacto com jograis, mimos e histriões, fala-nos de D. João da Azambuja, que entre 1402 e 1414 determinava que “*não cantassem, nem dançassem, nem bailassem, nem trebelhassem nos mosteiros e igrejas cantos, danças e trebelhos desonestos*”, e do Rei D. Duarte, que estabelecia a proibição de “*jogos³, tangeres, cantigas e autos*” nos locais sagrados. Na mesma direcção, Keates (1988) reporta-nos às Constituições dos Sínodos de Lamego, Braga e Guarda, diligentes a proibir a saída dos clérigos depois do toque dos sinos e sua presença em algumas festas do calendário em que “*ordenam e fazem imperadores e reis e rainhas e vão-se com eles as igrejas levando consigo jograis, os quais mandam por no púlpito da igreja de onde dizem muitas desonestidades e abominações.*” (1988: 37)

Não obstante, Rebelo contesta a tese da paternidade atribuída a Gil Vicente, propondo que a origem do teatro em Portugal possa ser atribuída a um breve diálogo acerca da natividade de Cristo, procedente de um breviário do século XIV de Santa Cruz de Coimbra cuja finalidade seria animar a cerimónia litúrgica ao estabelecer uma contracena entre duas gamas de personagens. De acordo com este argumento, “*a personificação dos pastores, implícita no texto (...) e o esboço de diálogo travado, anunciam já o teatro e constituem o primeiro elo conhecido de uma tradição que dois séculos depois irá culminar nos autos vicentinos*” (1984: 36). Já Mário Martins (1969) sugere que a procissão do *Corpus Christi* não anda muito longe de uma representação dramática, citando D. Estêvão de Aguiar, abade de Alcobaça, que em 1435 mandou

² Ver a Crónica de D. João I de Fernão Lopes, que assinala que as festas nupciais do rei são acompanhadas por formas pré-teatrais, envolvendo cenografia e alguma acção dramática onde eram empregados actores, e o capítulo 7 do livro de Luiz Francisco Rebelo “O Primitivo Teatro Português”, citado na bibliografia, que aponta variados exemplos passados em Portugal e no estrangeiro, sobre o assunto.

³ É importante a referência ao “jogo”, relativa aos jogos medievais aparentados aos *ludi* romanos. No campo da comédia, possuía algumas versões. Vejamos apenas algumas. Uma primeira, a comédia *palliata*, era interpretada por actores “*sem máscara, que usa(m) apenas gestos, movimento e expressões faciais exageradas para contar uma história*” (Osnes, 2001: 13), vestidos como os seus vizinhos gregos. Apareciam integrados numa estrutura de peças mais sérias e complexas, geralmente durante o intervalo, e focavam temas do agrado popular, como o adultério. A segunda reporta-se aos jogos teatrais feitos por guerreiros romanos, recitando versos licenciosos congruentes com a sua proveniência rural e memória social. As *saturas*, como eram conhecidas, opunham dois indivíduos que digladiavam pela melhor gargalhada, empregando linguagem ofensiva de ataque pessoal. A baixa comédia, a terceira, de acção rápida, era conhecida como *exodium*. Utilizava sempre o mesmo aparato cénico, uma linha narrativa e um desfecho. As comédias rústicas improvisadas também foram conhecidas pelo nome de *atellanes*, derivação do nome de uma pequena aldeia chamada Atella. Comum a todas estas formas teatrais, existência de uma multiplicidade de personagens típicas como Maccus, o agricultor rústico e ignorante; Pappus, o velho avarento e libidinoso; Dossenus, o parasita que parece ser o prenunciador de Polichinello da *commedia del'arte*, entre outros.

comprar “*todos os jogos destinados à procissão*”, deles constando figurinos para os participantes (1969: 24). Presumivelmente, existiriam diálogos e contracenias muito básicas no contexto processional. Por sua vez, Keates assevera que Gil Vicente foi influenciado pelos “mistérios” e “moralidades” e que, antes do seu aparecimento, os já citados sínodos proscravam malogradamente os “*jogos e autos seculares nas igrejas*” (1988: 55), salvo tratar-se de “*mistérios santos e de matérias devotas*” (idem: 55). Como tal, diligenciava-se o impedimento à participação de clérigos em farsas, comédias e autos como bobos ou dançarinos.

Assim, as formas teatrais conhecidas na altura eram essencialmente performativas, já que as manifestações litúrgicas envolviam a presença de figuras caracterizadas e com indumentária apropriada, representando alegoricamente os santos, situação comum ao drama litúrgico dos séculos XI e XII. Tal é constatado por Garcia de Resende (2007) que, durante o reinado de D. João II, narra os “*singulares e excelentes momos reais, tantos, tão ricos e galantes com tanta novidade e diferença de entremezes que creio que nunca outros tais foram vistos*”, feitos numa enorme sala de madeira por altura de um torneio medieval, a que Keates (1988) filia nas mascaradas mas recusa timbrar com qualquer componente dramática.

Retomando Gil Vicente, e presumindo exactidão nas opiniões de Teófilo Braga (2005a, 2005b), apesar de viver na corte da altura, bebe a sua inspiração no povo, certificada num conjunto de personagens dessa lavra: o parvo Joane, do “*Auto da Barca do Inferno*”, deriva directamente da observação dos histriões populares assim como a forma de entrada das personagens em cena nos seus autos provém das procissões ou momos e dramas litúrgicos que poderá ter assistido, afirma Keates (1988: 57). Todavia, e embora dono de uma formação intelectual de cuja solidez Keates duvide (idem: 35), precisando a sua maior proximidade com a literatura, espírito e cultura medievais do que renascentistas, possui uma inegável inspiração popular do estilo laudatório e alegórico bem próximo das formas populares como as “lapinhas”, em estilo vilânico, mas obedeceu a uma série de cânones da altura que, segundo Crabée Rocha (1979), seriam “*formas estróficas curtas (tais como o vilancete, constituído por um mote de dois ou três versos e uma volta de sete, a cantiga, com um mote de quatro ou cinco versos e uma glosa de oito ou dez, a esparsa, estrofe única de oito a dez versos, e a trova, nome genérico da estrofe curta, que assume, no Cancioneiro (de Garcia Resende), uma conotação de maledicência ou de escárnio). O próprio metro preferido é o redondilho maior (heptassilábico), menor (pentassilábico) e, em menos casos, quebrado (trissilábico), estes dois últimos sempre em alternância com o heptassílabo*” (1979: 20). Quer dizer, Gil Vicente vivia próximo da corte e tinha consciência da dramaturgia praticada na Europa e, mesmo que o seu poliglottismo e educação sejam espúrios, empregues somente para provocar efeito cómico nas suas peças de teatro, por ordem da rainha D. Leonor escreveu o “*Auto Pastoril*” em

castelhano e a imitar as comédias do conhecido Juan del Encina, que viria mais tarde a superar em qualidade e estilo, sujeitando mesmo Erasmo de Roterdão a aprender português para poder ler as suas comédias, incluindo personagens bíblicas nessa obra e satisfazendo assim uma estética palaciana apreciada na corte de D. Manuel e do próprio ambiente sociocultural da altura que ditava as regras. Portanto, a tese de Teófilo Braga, influenciada pelo pensamento liberal e proto-republicano do século XIX, é cerceada.

Bonamis e Acompaniado

Chegamos à discussão capital. Segundo Duarte Ivo Cruz (1983), citando Teófilo Braga que por sua vez cita o famoso “*Elucidário*” de Joaquim Santa Rosa de Viterbo, no ano de 1193, o Rei D. Sancho I fez uma doação de um casal dos quatro que a coroa tinha em Canelas de Poiares do Douro ao histrião Bonamis e ao seu irmão Acompaniado, para eles e seus descendentes. Segundo consta da *Carta de Doação*, “*para remissão dos nossos pecados e pelo serviço que nos fizestes*”. Como quitação, diz, obrigaram-se a oferecer ao rei um *arremedilho* para efeito de compensação. O mesmo autor, citado em notícia do jornal *Notícias do Douro* de 16 de Maio de 2008, aponta o seguinte:

(...) O teatro português não nasceu pela mão de Gil Vicente, uma vez que já existiam manifestações teatrais antes de 7 de Junho de 1502, data da primeira representação do “Auto do Vaqueiro” ou “Auto da Visitação”. A origem do teatro popular português remonta ao século XII, mais precisamente ao reinado de Sancho I, onde em Canelas de Poiares do Douro (actualmente Canelas, concelho do Peso da Régua), os dois actores mais antigos portugueses, Bonamis e Acompaniado, realizaram um espectáculo de “arremedilho”, tendo sido pagos pelo Rei com uma doação de terras. Canelas compreendia na época oito casais, sendo metade pertença dos homens do Rei e outra metade de herdadores. Terá sido dos quatro casais que possuía que D. Sancho terá dado a recompensa aos dois jograis.

Actualmente, a freguesia de Canelas, do concelho de Peso da Régua, possui na sua heráldica oito parras que representam a agricultura vinhateira do Douro e os dois jograis. Antes de mais, importa perceber como se vivia no tempo de Sancho I.

O “*Povoador*” reinou entre 1185 e 1211, prosseguindo a tarefa iniciada por seu pai de conquista do território aos mouros, a Sul, sem esquecer as tensões fronteiriças com o reino de Leão, a Ocidente. Fazendo jus ao seu cognome, concedeu forais e procurou atrair ordens religiosas e a nobreza para povoar cada vez mais locais, doando terras e fazendo concessões. Em 1189, tinha conquistado grande parte do actual território de Portugal, restando uma pequena faixa raiana entre a zona de Portalegre e Castro Marim.

Façamos um exercício e imaginemos os dois histriões a cumprirem o que foi acordado, em galaico-português, perante o monarca, no ano de 1193. O rei estaria certamente preocupado com o sucessivo sobressalto das batalhas, com as alterações constantes das fronteiras do território, com as querelas permanentes com o clero e a

nobreza. A sua atenção seria escassa e o seu tempo seria provavelmente curto, tão curto com o da duração do *arremedilho* feito por dois pobres bufões, desconsiderados face aos trovadores, escritores de canções para serem bailadas e cantadas por jograis, colocados estes num patamar de consideração social mais elevado. Esta forma teatral era simples, profana e rústica. Talvez, pouco atractiva para quem foi precursor da vacilante lírica portuguesa e a quem é atribuída uma *Carta de Amor* dedicada à sua amante, Dona Maria Pais de Ribeira. Também é pouco provável que o dito espectáculo tenha acontecido, embora Maria José Bigotte Chorão (Valle de Figueiredo, 2011) o situe em Coimbra, na Corte.

Como se apreende, a actividade poética neste tempo é apoiada pelo monarca, assim com existia uma estratégia de recrutamento de jograis e segréis para os espaços da nobreza, que sucedia desde os monarcas até aos cavaleiros-vilãos. Também se conhece a disseminação de oratória dramática neste período, comprovado pela existência de bufões, histriões e saltimbancos agora mencionados. Mas há que dispensar um pouco mais de atenção à *Carta de Doação do Casal* e entender o regime de atribuição de terras praticado na altura.

A Bonamis e Acompaniado foi oferecido um casal que pertencia a herdadores, nomeadamente, a Pedro Mendes, segundo reza a mesma. Em 1193, D. Sancho I estava a 18 anos da sua morte, que chegaria aos 57 anos de idade. Teria então, 39 anos. A partir de 1185, ano da morte de seu pai e início do seu reinado, opta pela consolidação do território que os dois haviam conquistado em nome de Portugal, mau grado o episódio da conquista de Silves aos muçulmanos, grande erro estratégico que custou muitas vidas. Em 1187 visita o Norte do país, penetrando em domínios senhoriais adversos à autoridade do sucessor e iniciando um percurso de itinerância activa, talvez movido pela necessidade de afirmar o seu poder face aos critérios de imunidade previamente concedidos por seu pai aos nobres e à igreja. O regime senhorial impunha vassalagem ao rei, mas qual era o que se vivia na Idade Média em Canelas do Douro?

As questões relativas ao povoamento do Douro dividem opiniões entre historiadores portugueses e espanhóis, cada qual reivindicando autoridade sobre o assunto. Comum a ambos, é a ratificação que o povoamento desta região sempre manteve a sua vitalidade, registando movimentos migratórios de populações do norte de Espanha para sul e de moçárabes para Norte, mesmo antes da nacionalidade. Relativamente à matéria da posse de terras, Mattoso (1985, 2001, 2009) diferencia “senhores” de “dependentes”. Os primeiros, distintos por razões de “sangue nobre”, em articulação com a função de auxílio ao poder militar do monarca e reprodução do seu poder regional por via das sucessivas conquistas territoriais, recebiam terras e administravam-nas sob directrizes pessoais. Acumulavam a legislação, a administração e o exercício da justiça. Nesta categoria incluíam-se os ricos homens, infanções e cavaleiros. Já os segundos dividiam-se em herdadores, colonos, servos, intermediários

e assalariados. Mas os herdeiros não eram livres. Embora não obedecessem a um senhor colocado numa ordem superior, atendiam apenas ao rei e respondiam perante ele, pagando-lhe tributo designado *fossadeira* e *voz e coima*, que os libertava de compromissos militares. Este regime reporta-se ao povoamento mais antigo, por isso carregado de privilégios dificilmente reformáveis.

Como tal, o que levaria D. Sancho I a doar terras a dois histriões, sabendo que era uma actividade mal vista e deveras perseguida? Quanto a nós, coube uma forte componente de prestígio social e ostentação perante a corte de um país em formação, revelando o carácter nobre necessário a um rei que acompanhou seu pai em guerras constantes pela reconquista e que precisava de creditação pública. Esta tese requer alguma minúcia no seu desdobramento argumentativo. Vejamos por partes.

O prestígio social decorre da designação e reconhecimento social dos atributos valorizados pelo colectivo. Estes relacionam-se com um determinado estatuto social e, concomitantemente, com uma hierarquia. As ciências sociais foram profusas a mostrar como este processo é atravessado por competição permanente com propósitos de ocupação de lugares relativos. D. Sancho I, segundo defende Duarte (2009), sentiu uma forte necessidade de impor a sua marca enquanto monarca. Sabe-se que reinou em conjunto com seu pai a partir do momento em que este sofre danos físicos resultantes de uma incursão mal sucedida a Badajoz, reduto do reino oponente de Leão. Impossibilitado pelos ferimentos, é carregado em batalhas e deixa de ser tão interventivo no teatro de guerra. Mas estava presente. Seu filho, sequioso de construir uma imagem política forte e de gravar a sua autoridade entre os seus pares, promove um conjunto de incursões nas hostes inimigas como prova da sua bravura. Neste âmbito, fala-se mais de um suposto ataque suicidário a Sevilha, romantizada pelos cronistas coevos, e menos dos falhanços contra as tropas de Fernando II de Leão. E o mapa político de então? Na Península existiam os reinos cristãos de Portugal, Leão, Navarra, Castela e Aragão, competindo entre si e, simultaneamente, contra os muçulmanos. Portugal une-se preferencialmente com Aragão, casando D. Sancho I com Dulce de Aragão.

Além das questões estratégicas relacionadas com as alianças preferenciais e reprodução de poder, na altura era prestigiante a união com ordens religiosas, registando-se inclusivamente a presença de certo número de membros familiares em mosteiros para seguirem o curso monástico. As ordens de Cluny, borgonhesa, e de Cister⁴ inscrevem as presenças mais antigas no nosso país e promoviam a educação e o conhecimento, gratificante e distintivo em alturas em que a alfabetização era rara. Diz-se que D. Sancho I não sabia ler nem escrever. Simultaneamente, a rivalidade com a nobreza estava presente desde seu pai Afonso Henriques, que lutou contra a sua mãe assim que esta se tornou partidária da unificação com a Galiza, e só a partir do reinado

⁴ A presença da Ordem assinala-se em São João de Tarouca, em 1143, e Alcobaca, em 1153. No Douro, são conhecidas ainda Salzedas, São Pedro das Águias e Santa Maria de Aguiar.

de Afonso II se inicia uma política de afirmação do poder público da monarquia, como defende José Mattoso (Mattoso, 2009: 299), eclodindo posteriormente em revoltas senhoriais que a história pode mostrar. A própria sucessão de D. Sancho I foi polémica, pois na altura ainda não estava definido que a linha sucessória devia ser assegurada pelo primogénito. D. Pedro e D. Fernando, irmãos do futuro rei Afonso II, reivindicam o trono para si. O monarca resolveu o assunto nos seus dois testamentos. Uma cláusula destaca que seria Afonso II o seu herdeiro no trono e as sucessões passaram a reger-se, preferencialmente, segunda esta determinação. A tese da necessidade de afirmação do monarca sobre os súbditos entronca ainda na afirmação de Mattoso e Daveau (2010), para quem Portugal tem origem numa realidade administrativa e só mais tarde se credita como nação, por força da sucessiva agregação territorial, desvinculada entre si e sem unidade cultural, que a política firme e centralizadora do rei veio impor. O que aconteceu durante a dinastia borgonhesa?

Afonso II inicia uma política de centralização burocrática, convocando as Cortes de Coimbra em 1211. Delas saíram a imposição da supremacia do rei face ao clero e nobreza, extensível a todo o território, sempre a braços com resistências locais face ao domínio administrativo do monarca, e a Lei da Desamortização, que decretava o impedimento das ordens religiosas adquirirem bens fundiários. Promoveu também as Confirmações, que ratificam as concessões de seus antecessores, e as Inquirições, que cadastraram todos os bens da coroa. Obviamente teve oposição da nobreza e do clero sendo, inclusivamente, excomungado em 1212. Sancho II herda os conflitos gerados por seu pai contra nobres e clero e apenas Afonso III, seu irmão, vem contrabalançar a sua menor experiência reflectida no incremento da autoridade, pela promulgação de um conjunto de leis propícias à coroa, e pela inclusão da burguesia rural e urbana nas Cortes de Guimarães. Procede a novas Inquirições Gerais, em 1258 com o objectivo de organizar administrativamente o reino e limitar o poder da nobreza e do clero. O mesmo fez D. Dinis, seu sucessor, através de novas Inquirições realizadas durante o seu reinado. Apesar de ter assinado a paz com o clero, pela ratificação da Concordata, não se livra das lutas internas contra pretendentes ao trono. Porque defendemos a tese do prestígio social?

A imagem política do rei e a construção do prestígio

Para estudar os sistemas políticos, Balandier (1975) preconiza a descrição e análise das estruturas, processos e representações subjacentes às diversas instituições e práticas que asseguram o governo dos homens, na tentativa de discernir as diversas expressões da realidade política e suas propriedades comuns. É da sistematização do universo constituído pelo poder que é necessário tratar agora. Como tal, vamo-nos socorrer do processo de ritualização do espaço político enquanto agente de evocação de

um sistema de representações vinculativas que podem ser observadas sob dois pontos de vista: enquanto expressão da realidade política, pois veicula ideias e símbolos que demandam legitimação concreta, e enquanto actividade simbólica, já que transmite um agregado de símbolos compreendidos e reconhecidos pelos observadores com o intuito de perpetuar determinada ordem política. Lisón-Tolosana (1992) ajuda-nos na tarefa compreensiva da edificação da imagem pública do rei.

A construção de um discurso legitimador da sua autoridade, presente no ritual protocolar examinado no livro que fazemos referência na bibliografia, liga-se à tentativa perpetrada pela dinastia de Habsburgo (reinaram em Espanha entre 1516-1700 e foram também conhecidos como Casa da Áustria) de unificação dos reinos peninsulares. Ou seja, o processo homogeneizador e centralizador do poder real, que buscou excluir a diversidade e fomentar a homogeneização através de acções incisivas sobre os focos divergentes, geradora de tensões e fracturas entre os reinos peninsulares, é acompanhado por manifestações públicas de adesão. Estas significam submissão política.

Uma parte da estratégia passou pela acção concertada de legitimação da autoridade real e de unificação dos reinos peninsulares; a outra passou pela promoção do matrimónio entre nobres de reinos e províncias distantes e pelo apertado controlo político assente na acção da Inquisição, aparelho especializado de repressão. Assim, uma extensa legião de nobres submeteu-se ao domínio real, esvaziando de força simbólica as representações minoritárias. A dominação e legitimação vingaram, mediante a criação de uma cultura de grupo participada por todos e com referentes simbólicos extensíveis ao espaço peninsular. Em suma, o recurso a mecanismos ideológicos, de repressão e coerção legítima operada por um aparelho especializado, erige o universo da política, a que Bourdieu (1991) muito pertinentemente atribui as finalidades de racionalizar, legitimar e erigir, e Althusser aloca a sua eficácia ideológica (2011).

É neste plano ideológico que os Áustrias continuaram o processo de sacralização iniciado pelos reis católicos, apoiando-se na Inquisição, independente da autoridade papal e sob tutela do rei, que, entre outras coisas, lhe permitia desobedecer às directivas papais romanas, arrogando-se como principal defensor da fé cristã ao defender a resposta directa perante Deus. Tal postura resultou em um apertado controlo político-religioso sobre a população e na glorificação dos atributos corporais da sua dimensão sagrada: a postura invariavelmente grave, “*gravitas*”, desligada da materialidade e das paixões físicas, e a sua “*dignitas*”, aspecto ligado à própria faceta governativa real, “*apresenta o rei como paradigma, ou seja, como ideia moral e figura ideal, como uma inesgotável e permanente alegoria*” (Lisón-Tolosana, 1992: 88), colocando-o fora do tempo. E chegamos ao protocolo.

Segundo Rivière (1993) os rituais políticos têm como função legitimar uma hierarquia de poderes e valores e orientar moralmente as pessoas para a responsabilidade

da adesão. Deste modo, os ritos, que acima de tudo expressam uma crença na “tradição”, possuem uma carga cognitiva, orientando para certos significados, uma carga afectiva, que estimula os sentimentos e, por fim, uma carga que incita à acção. Esta espécie de religião política, dimensão sagrada da vida política que se manifesta pela exposição de símbolos de expressão colectiva nas ritualizações com o mesmo carácter, exige militância e participação nas cerimónias evocativas dos valores do grupo, continuamente repetidas com finalidade coesivas das alianças sociais. Isto é, o ritual celebra a ordem estrutural, afirma uma força. A produção de ideias sobre o mundo social, de percepções, encontra no protocolo a expressão da cultura política, vista como um conjunto ou padrão de crenças, explicações, valores, atitudes e esquemas de acção referidos à política. O protocolo é, justamente, o reconhecimento da divindade real e concomitante submissão a este poder.

Durante o reinado dos Áustrias, todos aqueles que morassem debaixo do tecto real teriam de prestar homenagem, praticando-o obedientemente. Este era um ritual rigidamente estruturado, exigido como forma de reconhecer a hierarquia, processo quotidiano de deificação que *“através (...) desses soberbos, esplendorosos e rígidos espectáculos, reafirma o príncipe o seu direito de reger e mandar; revalida a monarquia, sacraliza a sua autoridade. O protocolo ritual mostra na sua melhor perspectiva teofânica o mais poderoso soberano do mundo, ou talvez, e só para o observador; descobre o último véu que cobre algo mais prosaico: a exaltação do poder do estado”* (Lisón-Tolosana, 1992: 131).

Em suma, a execução do ritual prende-se a factores hierarquizadores da ordem política, que o rei controla mediante a exibição encenada e a que os súbditos devem aderir, seguindo os propósitos de legitimação da monarquia e divinização do rei. Do protocolo, onde o estatuto de cada um define a sua participação e posição na grandiosa encenação colectiva, decorre a submissão dos indivíduos ao rei, ao poder político centralizado expresso na instituição.

Conclusão

Tal como entre os Áustrias, a monarquia que floresce em Portugal a partir do século XI necessitou de se impor ao conjunto de pares que consigo tomaram conta do território. Afonso Henriques e Sancho I foram herdeiros do Condado atribuído a Dom Henrique por Afonso VI em 1096 e amplificaram-no. No entanto a antiga rivalidade senhorial não estava resolvida e aos sucessivos monarcas foi determinante assumir uma postura de proximidade com os colonos. Neste sentido, a construção de uma imagem prestigiante e magnânima foi importante, pelo menos no caso de Bonamis e Acompaniado, para garantir compromissos com os novéis “portugueses”, movimentando, num outro nível, a demarcação política dos nobres por via da distinção

estatutária conferida pelos recursos administrativos aplicados ao conjunto territorial. Tal como durante o reinado dos Áustrias a encenação protocolar foi útil para afirmar o poder do rei entre os súbditos, a concessão de terras a indivíduos socialmente desqualificados foi importante para a construção de uma imagem auspiciosa do rei.

BIBLIOGRAFIA

- ABÉLES, Marc (1990) *Anthropologie de l'état*, Paris, Armand Colin
- ALTHUSSER, Louis (2011) *Ideologia y aparatos ideológicos do Estado*, Buenos Aires, Ediciones Nova Vision
- BALANDIER, Georges (1975) *Antropologia Política*, Lisboa, Edições Presença
- BAKHTINE, Mikhail (1970) *L'Ouvre de François Rabelais et la Culture populaire au Moyen Age et sous la Renaissance*, Paris, Gallimard
- BOURDIEU, Pierre (1991) *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel
- BRAGA, Teófilo (2005a) *História da Literatura Portuguesa (Renascença)* Vol. II, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda
- BRAGA, Teófilo (2005b) *História da Literatura Portuguesa (Os Seiscentistas)* Vol. III, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda
- BURKE, Peter (2010) *La Cultura Popular en la Europa Moderna*, Madrid, Alianza Universidad
- CIDADE, Hernâni (1973) *Portugal Histórico-Cultural*, Lisboa, Edições Círculo de Leitores.
- DEGAINE, André (2011) *Histoire du Theatre Dessiné*, Saint Genouph, Nizet
- DUARTE, Luís Miguel (2009) *D. Sancho I, O Povoador*, Matosinhos, Quid Novi
- ELIAS, Norbert (1993b) *O Processo Civilizacional*, Lisboa, Dom Quixote.
- FRANCISCO REBELLO, Luiz (1984) *O Primitivo Teatro Português*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Coleção Biblioteca Breve, Volume 5
- FRANCISCO REBELLO, Luiz (2000) *Breve História do Teatro Português*, Lisboa, Publicações Europa- América.
- HENRIQUEZ, Eugene (1993) “Fascination, séduction et pouvoir” in GOSSELIN, G.(dir), *Les Nouveaux Enjeux de l'Anthropologie*, Paris, L'Harmattan
- HUIZINGA, Johan (1992) *Men and Ideas: History, the Middle Ages, the Renaissance*, Princeton University Press
- HUIZINGA, Johan (2003) *Homo Ludens*, Lisboa, Edições 70.
- IVO CRUZ, Duarte (1983) *Introdução à História do Teatro Português*, Lisboa, Guimarães Editores.
- KEATES, Laurence (1988) *O Teatro de Gil Vicente na Corte*, Lisboa, Editorial Teorema
- LISÓN-TOLOSANA, Carmelo (1992) *La Imagen Del Rey: Monarquía, Realeza y Poder ritual en la casa de los Austrias*, Espasa Calpe, Coléccion Austral 249
- MARTINS, Mário (1969) *Estudos de Cultura Medieval*, Lisboa, Editorial Verbo.
- MARTINS, Mário (1986) *A Sátira na Literatura Medieval Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Coleção Biblioteca Breve, Volume 8
- MARTINS, Mário (1987) *O Riso, o Sorriso e a Paródia na Literatura Portuguesa de Quatrocentos*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Coleção Biblioteca Breve, Volume 15.
- MATTOSO, José (1985) *Identificação de um País: Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325) Volume I – Oposição*, Lisboa, Editorial Estampa
- MATTOSO, José (2001) *História de Portugal, Volume 6 – A Segunda Fundação* (coordenação de Rui Ramos), Lisboa, Editorial Estampa
- MATTOSO, José (2009) *Naquele Tempo*, Lisboa, Temas e Debates

- MATTOSO, José (2010) *Portugal – O Sabor da Terra*, Lisboa, Temas e Debates
- OSNES, Beth (2001) *Acting: an international encyclopedia*, Santa Barbara/California, Library of Congress
- RESENDE, Garcia de (2007) *Vida e Feitos de El Rei D. João II - Texto da edição crítica preparado por Evelina Verdelho*, CELGA, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- RIVIÈRE, Claude (1993) “La ritualisation du politique” in Gosselin, G.(dir), *Les Nouveaux Enjeux de l’Anthropologie*, Paris, L’Harmattan
- ROCHA, Andrée Crabée (1979) *Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Coleção Biblioteca Breve, Volume 31
- RUSSEL BROWN, John (1995) *The Oxford Illustrated History of The Theatre*, Oxford, Oxford University Press.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar (2010) *História da Literatura Portuguesa*; Porto, Porto Editora
- SEPET, Marius (1903) *Le drame religieux au Moyen Âge*, Paris, Librairie Bloud & C^a
- TIXIER, P.E (1988) “Legitimité et modes de domination dans les organisations”, in SOCIOLOGIE DU TRAVAIL, nº4, 1988
- VALLE DE FIGUEIREDO, José (2001) *Carta de Doação de um casal na Vila de Canelas, feita por D. Sancho I a Bonamis e Acompaniado*, Peso da Régua, Associação Artística Portus Cale.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, O.F.M. 1744-1822, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam / Publicado em Benefício da Litteratura Portugueza* 2^a ed. revista, correcta e copiosamente adicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo. - Lisboa : A. J. Fernandes Lopes 1865. - 1 v.; 28 cm

Duas genealogias para a Casa de Tuizendes

Vítor Nogueira

«E no dito lugar de Tuizendes há huma caza nobre da familia dos Cabraes.»
Rellação de Villa Real e seo termo, 1721.

1 – **Pedro Dinis** (n. c. 1590), de Tuizendes, freguesia de Torgueda, concelho de Vila Real, falecido em 20 de Novembro de 1658¹, casou com Maria Martins, também de Tuizendes, falecida em 28 de Outubro de 1649², de quem teve, pelo menos:

Filhos:

2 – António Dinis do Vale, baptizado em Torgueda a 6 de Abril de 1619³, padre, falecido em Tuizendes a 19 de Junho de 1700⁴.

2 – Maria, baptizada em Torgueda a 6 de Março de 1622⁵.

2 – Catarina, baptizada em Torgueda a 19 de Fevereiro de 1626⁶.

2 – Pedro Dinis, nascido em Tuizendes a 28 de Junho de 1629⁷, com geração.

2 – Alexandre Dinis do Vale, nascido em Tuizendes, a 14 de Abril de 1637⁸, e

¹ Cf. *Miscelânea de baptismos, óbitos e casamentos de Torgueda (1617-1705)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Torgueda, óbitos, fl. 118v.

² Cf. *ibid.*, fl. 104.

³ Cf. *ibid.*, baptismos, fl. 5.

⁴ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1696-1853)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Torgueda, fl. 20.

⁵ Cf. *Miscelânea de baptismos, óbitos e casamentos de Torgueda (1617-1705)*, *op. cit.*, baptismos, fl. 12v.

⁶ Cf. *ibid.*, fl. 27.

⁷ Cf. *ibid.*, fl. 36.

⁸ Cf. *ibid.*, fl. 55.

falecido em 7 de Junho de 1693⁹, que segue.

2 – Jerónima Dinis do Vale, nascida em Tuizendes a 8 de Junho de 1638¹⁰, que casou em Torgueda, a 15 de Maio de 1677¹¹, com Manuel Cabral, de Mondrões, concelho de Vila Real, falecido em 27 de Setembro de 1735¹² (filho de Domingos Pereira Cabral, da Casa de Mondrões – ou Casa do Fundo da Aldeia –, falecido em 22 de Julho de 1666¹³, e de sua mulher, Catarina Leal, falecida em 7 de Fevereiro de 1703¹⁴). Jerónima Dinis do Vale faleceu em Mondrões, a 12 de Outubro de 1680¹⁵.

2 – Francisca Dinis do Vale, que nasceu em Tuizendes a 16 de Agosto de 1642¹⁶.

2 – **Alexandre Dinis do Vale** (n. 1637) casou com Mariana Cabral Leal, de Mondrões, falecida em Tuizendes a 15 de Março de 1734¹⁷, de quem teve:

Filhos:

3 – Teodósia, que nasceu em Tuizendes, a 12 de Março de 1678¹⁸, e faleceu solteira, a 9 de Setembro de 1720¹⁹.

3 – Arcângela, que nasceu em Tuizendes a 24 de Outubro de 1679²⁰.

3 – Rosária, que nasceu em Tuizendes a 24 de Março de 1681²¹.

3 – José Cabral de Moraes, nascido em Tuizendes, a 22 de Novembro de 1682²², e falecido a 28 de Abril de 1731²³, tendo casado em Lordelo, concelho de Vila Real, em 2 de Dezembro de 1722²⁴, com Francisca Teresa Mourão (filha de Pedro Mourão e de sua mulher, Maria da Figueira; neta paterna de Pedro Mourão, de Lordelo, e de sua mulher, Catarina Ferreira; e neta materna de Diogo Gaspar e

⁹ Cf. *ibid.*, óbitos, fls. 44v-45.

¹⁰ Cf. *ibid.*, baptismos, fl. 12.

¹¹ Cf. *ibid.*, casamentos, fl. 55v.

¹² Cf. *Livro de registo de óbitos de Mondrões (1715-1749)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Mondrões, fl. 78.

¹³ Cf. *Livro de registo de óbitos de Mondrões (1663-1713)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Mondrões, fl. 7.

¹⁴ Cf. *ibid.*, fl. 46.

¹⁵ Cf. *ibid.*, fl. 20v.

¹⁶ Cf. *Miscelânea de baptismos, óbitos e casamentos de Torgueda (1617-1705)*, *op. cit.*, baptismos, fl. 25v.

¹⁷ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1696-1853)*, *op. cit.*, fl. 200v.

¹⁸ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1649-1747)*, *op. cit.*, fl. 98v.

¹⁹ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1696-1853)*, *op. cit.*, fl. 169.

²⁰ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1649-1747)*, *op. cit.*, fl. 102.

²¹ Cf. *ibid.*, fl. 110.

²² Cf. *ibid.*, fl. 114.

²³ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1696-1853)*, *op. cit.*, fl. 197v.

²⁴ Cf. *Livro de registo de casamentos de Lordelo (1713-1766)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Lordelo, fls. 16v-17.

de sua mulher, Catarina de Figueiredo)²⁵, de quem teve, pelo menos:

4 – Fernando, nascido em Tuizendes a 28 de Novembro de 1723²⁶, afilhado e sobrinho de Fernando Pires Mourão, conselheiro do Rei, desembargador do Paço, lente da Universidade de Coimbra, «sujeito dos mais eminentes que na sua profissão conheceu o presente século»²⁷.

3 – António Cabral, nascido em Tuizendes a 21 de Fevereiro de 1684²⁸, soldado em Penamacor, falecido em Julho de 1704²⁹.

3 – Caetana, baptizada em Torgueda a 6 de Janeiro de 1686³⁰.

3 – Fernando Cabral de Moraes, nascido em Tuizendes a 5 de Fevereiro de 1688³¹, que segue.

3 – Daniel Cabral Leal, nascido em Tuizendes a 9 de Abril de 1693³², padre³³.

3 – **Fernando Cabral de Moraes** (n. 1688) casou em Vila Marim, concelho de Vila Real, em 19 de Julho de 1745³⁴, com Luísa Caetana Peixoto Mourão, nascida em 14 de Outubro de 1725³⁵, no lugar de Pombal, freguesia de Vila Marim, filha de Manuel Mourão Campelo e de Maria Peixoto de Pinho.

Filhos:

4 – José António, nascido em Tuizendes a 17 de Novembro de 1746³⁶.

4 – Fernando José, nascido em Tuizendes a 21 de Março de 1748, afilhado de José António de Sousa e Faria, juiz de fora de Vila Real³⁷.

4 – Joana Perpétua Cabral, nascida em Tuizendes a 6 de Abril de 1751³⁸.

4 – Manoel Joaquim Cabral, nascido em Tuizendes a 22 de Novembro de

²⁵ Cf. Júlio Teixeira, *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo*, vol. III (1951), reedição de J. A. Telles da Sylva, Lisboa, 1990, p. 22.

²⁶ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1649-1747)*, op. cit., 2.ª parte, fl. 170v.

²⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 42, Lisboa, 18 de Outubro de 1753, p. 336.

²⁸ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1649-1747)*, op. cit., fl. 120.

²⁹ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1696-1853)*, op. cit., fl. 35.

³⁰ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1649-1747)*, op. cit., fl. 137v.

³¹ Cf. *ibid.*, 2.ª parte, fl. 4.

³² Cf. *ibid.*, 2.ª parte, fl. 20v.

³³ Cf., por exemplo, *Livro de registo de casamentos de Lordelo (1713-1766)*, op. cit., fl. 17, onde o Padre Daniel Cabral aparece como procurador do seu irmão José, ou, também por exemplo, o assento de casamento referido na nota seguinte.

³⁴ Cf. *Livro de registo de casamentos de Vila Marim (1711-1748)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Vila Marim, fls. 83v-84.

³⁵ Cf. *Livro de registo de baptismos de Vila Marim (1710-1736)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Vila Marim, fl. 118.

³⁶ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1649-1747)*, op. cit., 2.ª parte, fl. 292v.

³⁷ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1747-1796)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Torgueda, fls. 9-9v.

³⁸ Cf. *ibid.*, fls. 37-37v.

1754³⁹, padre.

4 – António José, nascido em Tuizendes a 3 de Fevereiro de 1759⁴⁰.

4 – Daniel Cabral de Moraes, nascido em Tuizendes, a 10 de Dezembro de 1766⁴¹, e falecido em 16 de Setembro de 1845⁴², que segue.

4 – **Daniel Cabral de Moraes** (n. 1766) casou em Torgueda, a 12 de Setembro de 1814⁴³, com Joana Máxima da Silveira Mourão e Vasconcelos, que viria a falecer em 29 de Dezembro de 1825⁴⁴, filha de Francisco Mourão de Miranda Homem e de sua mulher, Joaquina da Silveira Ataíde e Vasconcelos, de Mós, na altura pertencente ao antigo concelho de Lalim, bispado de Lamego.

Filhos:

5 – Luiza Joaquina, nascida em Tuizendes a 17 de Agosto de 1815⁴⁵.

5 – António Cabral da Silveira, nascido em Tuizendes a 18 de Dezembro de 1816⁴⁶.

5 – Clara, nascida em Tuizendes a 29 de Janeiro de 1819⁴⁷.

5 – José Cabral da Silveira, nascido em Tuizendes, a 2 de Abril de 1820⁴⁸, e falecido em 14 de Novembro de 1902⁴⁹, que segue.

5 – Joaquim da Silveira Cabral, nascido em Tuizendes a 15 de Maio 1821⁵⁰, vereador da Câmara Municipal de Vila Real⁵¹, que casou em Torgueda, a 10 de Junho de 1846, com sua prima Felícia Felismina de Melo Pita, filha de Luiz de Melo Pita Osório e de sua mulher Felícia Felisberta de Sá Taveira Mourão, com geração⁵².

³⁹ Cf. *ibid.*, fls. 69-69v.

⁴⁰ Cf. *ibid.*, fl. 107.

⁴¹ Cf. *ibid.*, fls. 183-183v. Júlio Teixeira considera erradamente Daniel Cabral de Moraes irmão (mas é sobrinho) de José Cabral de Moraes, talvez por confusão com o seu tio Daniel Cabral Leal (cf. *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo*, *op. cit.*, vol. III, p. 22).

⁴² Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1696-1853)*, *op. cit.*, última parte, fl. 137v.

⁴³ Cf. *Livro de registo de casamentos de Torgueda (1705-1870)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Paroquial de Torgueda, 2.ª parte, fl. 11.

⁴⁴ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1696-1853)*, *op. cit.*, última parte, fl. 33v.

⁴⁵ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1796-1856)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Paroquial de Torgueda, 1.ª parte, fls. 165-165v.

⁴⁶ Cf. *ibid.*, 2.ª parte, fl. 7v.

⁴⁷ Cf. *ibid.*, fl. 21.

⁴⁸ Cf. *ibid.*, fl. 30.

⁴⁹ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1882-1905)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Torgueda, fl. 172.

⁵⁰ Cf. *ibid.*, fl. 37v.

⁵¹ Cf. Pedro Abreu Peixoto e Joaquim Barreira Gonçalves, *Presidentes e vereadores da Câmara Municipal de Vila Real: do Liberalismo à República*, Câmara Municipal de Vila Real, 2010, p. 88.

⁵² Cf. *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo*, *op. cit.*, vol. III, p. 23.

5 – Duarte, nascido em Tuizendes a 18 de Outubro de 1823⁵³.

5 – Joana, nascida em Tuizendes a 18 de Dezembro de 1825⁵⁴.

5 – **José Cabral da Silveira** (n. 1820) casou com Maria Joaquina Martins Pereira, natural da freguesia da Campeã, que viria a falecer em Tuizendes a 8 de Maio de 1850⁵⁵, de quem teve:

Filhos:

6 – Manuel Joaquim da Silveira Cabral, nascido em 1838, professor do ensino primário da freguesia de Torgueda⁵⁶, falecido em Tuizendes a 23 de Março de 1894⁵⁷, que segue.

6 – Rita Cândida da Silveira Cabral, de Tuizendes.

6 – António Cabral da Silveira, nascido em Tuizendes, juiz de paz da freguesia de Torgueda⁵⁸, que casou em Parada de Cunhos, em 19 de Novembro de 1876, com sua prima Adelaide Malheiro Cabral de Vasconcelos (nascida em 1832), filha de António Cabral de Vasconcelos, fidalgo da Casa Real, senhor da Casa da Granja, e de sua mulher, Ana Augusta Rita Malheiro, de Aveleda (Penafiel), e neta paterna de António Bernardo de Sampaio Cabral (nascido em 25 de Novembro de 1753, fidalgo da Casa Real, senhor da Casa da Granja) e de sua mulher, Maria Josefa Rola da Silva (natural de Margaride, Felgueiras); com geração⁵⁹.

6 – **Manuel Joaquim da Silveira Cabral** (n. 1838) casou com Ana Máxima Nogueira (nascida em Tuizendes, em 1 de Setembro de 1838⁶⁰), filha de António Pereira de Carvalho (nascido em Tuizendes, em 26 de Agosto de 1797) e de Ana Maria Pinto Nogueira, neta paterna de José Pereira de Carvalho e de Rosa Arcângela Ferreira, e neta materna de Manuel Pinto de Sousa e de Maria Gertrudes Nogueira.

Filhos:

7 – Porcina de Jesus da Silveira Cabral, nascida em 1863 e falecida em Tuizendes, a 27 de Janeiro de 1889⁶¹, com geração.

⁵³ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1796-1856)*, op. cit., 2.^a parte, fl. 68.

⁵⁴ Cf. *ibid.*, fl. 88.

⁵⁵ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1696-1853)*, op. cit., última parte, fl. 147.

⁵⁶ Veja-se o respectivo alvará no *Livro de registo de diplomas e outros documentos (1870-1908)*, fl. 12v., Arquivo Municipal de Vila Real, Fundo Documental da Câmara Municipal de Vila Real.

⁵⁷ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1882-1905)*, op. cit., fls. 107-107v.

⁵⁸ Cf. acta da Câmara Municipal de Vila Real, sessão de 24/11/1871, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

⁵⁹ Cf. *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo*, vol. III, pp. 19, 22-23. Na página 19, Júlio Teixeira apresenta erradamente António Joaquim Cabral da Silveira como filho de Joaquim Cabral da Silveira. Correctamente, apresenta-o como filho de José Cabral da Silveira nas páginas 22-23.

⁶⁰ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1796-1856)*, op. cit., 3.^a parte, fl. 18.

⁶¹ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1882-1905)*, op. cit., fl. 58.

- 7 – Maria Vitorina Cabral, nascida em Tuizendes, em 8 de Fevereiro de 1876⁶².
- 7 – Eugénio Cabral, nascido em Tuizendes, em 7 de Maio de 1879, e falecido no mesmo ano⁶³.
- 7 – António Augusto Cabral, nascido em Tuizendes, em 18 de Outubro de 1880⁶⁴, que segue.

7 – **António Augusto Cabral** (n. 1880) casou com Emília Alves Pereira (nascida na freguesia de S. Miguel da Pena, em 7 de Fevereiro de 1881⁶⁵), filha de Joaquim Alves Pereira, do lugar da Pena, e de Margarida Mendes, de Quintela, freguesia de Vila Marim, neta paterna de António Alves Pereira e de Maria Eufrásia, e neta materna de António Lopes Mendes e de Ana Emília:

Filhos:

- 8 – Maria das Dores Cabral, nascida em Tuizendes a 30 de Março de 1905, com geração.
- 8 – Luís Cabral, nascido em Tuizendes a 2 de Janeiro de 1911, com geração.
- 8 – Ana Cabral, nascida em Tuizendes a 9 de Abril de 1915, com geração.
- 8 – José Augusto Cabral, nascido em Tuizendes a 1 de Abril de 1918, com geração.
- 8 – Margarida Cabral
- 8 – Manuel Joaquim Cabral
- 8 – Maria da Piedade Cabral
- 8 – Maria dos Prazeres Cabral

OUTRA ASCENDÊNCIA

1 – **Afonso Henriques**, primeiro rei de Portugal (n. 1109), casou com Mafalda de Sabóia, nascida em 1125, de quem teve:

Filhos:

- 2 – Henrique, infante de Portugal, nascido em 1147.
- 2 – Mafalda, infanta de Portugal, nascida em 1149.
- 2 – Urraca, infanta de Portugal, nascida c. 1150 e falecida em 1188, que segue.
- 2 – Sancho I, rei de Portugal, nascido em 1154.
- 2 – Teresa, infanta de Portugal, nascida em 1157.
- 2 – João, infante de Portugal, nascido c. 1160.

⁶² Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1872-1880)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Torgueda, fls. 83-83v.

⁶³ Cf. *ibid.*, fl. 153v.

⁶⁴ Cf. *ibid.*, fls. 184v-185.

⁶⁵ Cf. *Livro de registo de baptismos de S. Miguel da Pena (1878-1888)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Paroquial de S. Miguel da Pena, fl. 32.

2 – Sancha, infanta de Portugal, nascida c. 1160.

2 – **Urraca de Portugal** (n. c. 1150) casou com Fernando II, rei de Leão, nascido em 1137, de quem teve:

Filho:

3 – Afonso IX, rei de Leão e Castela, nascido em 1171 e falecido em 1230, que segue.

3 – **Afonso IX**, rei de Leão e Castela (n. 1171), teve de Teresa Gil de Soverosa, nascida c. 1170 (filha de Gil Vasques de Soverosa – rico-homem nas cortes de D. Sancho I e de D. Afonso II, tenente de Basto, de Sousa e do Barroso – e de Maria Aires de Fornelos)⁶⁶:

Filhos:

4 – Maria Afonso de Leão, nascida c. 1190, que segue.

4 – Martim Afonso de Leão, nascido c. 1210.

4 – Sancha de Leão, nascida c. 1210.

4 – Urraca Afonso de Leão, nascida c. 1210.

4 – **Maria Afonso de Leão** (n. c. 1190) foi a segunda esposa de Soeiro Aires de Valadares, tenente de Riba Minho (filho de Aires Nunes de Valadares e de Ximena Nunes)⁶⁷, de quem teve:

Filhos:

5 – Pedro Soares Sarraza, nascido c. 1210, que segue.

5 – Afonso Soares Sarraza, nascido c. 1210, com geração.

5 – João Soares de Valadares, trovador.

5 – **Pedro Soares Sarraza** (n. c. 1210) casou com Elvira Nunes Maldonado, nascida c. 1210 (filha de Nuno Fernandes Maldonado e de Aldarra Torrichão)⁶⁸, de quem teve, entre outros:

Filhos:

6 – Maria Peres Sarraza, nascida c. 1230, que segue.

6 – Vasco Peres Sarraza, nascido c. 1230, com geração.

6 – Gomes Peres Sarraza, nascido c. 1230, com geração.

⁶⁶ Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas*, Universidade Moderna, Porto, 1999, vol. I, p. 168, e vol. II, p. 209. Veja-se também Felgueiras Gayo, *Nobiliário das famílias de Portugal*, 2.^a ed., Braga, 1989, vol. IX, p. 438. Refira-se que Maria Aires de Fornelos também teve filhos do rei D. Sancho I.

⁶⁷ Cf. *Linhagens medievais portuguesas, op. cit.*, vol. II, pp. 190-192. Veja-se também *Nobiliário das famílias de Portugal, op. cit.*, vol. VI, p. 243, e vol. IX, p. 439. Felgueiras Gayo designa Soeiro Aires de Valadares por Soeiro Arias Sarraza.

⁶⁸ Cf. *Linhagens medievais portuguesas, op. cit.*, vol. II, p. 191. Veja-se também *Nobiliário das famílias de Portugal, op. cit.*, vol. IX, p. 439.

6 – **Maria Peres Sarraza** (n. c. 1230) casou com João Fernandes Varela⁶⁹, nascido c. 1230, de quem teve, entre outros:

Filhos:

7 – Paio Varela, nascido c. 1250, com geração.

7 – Fernão Varela, nascido c. 1260, que segue.

7 – **Fernão Varela** (n. c. 1260) casou com Maria Martins Marinho⁷⁰, nascida c. 1270, de quem teve:

Filha:

8 – Urraca Fernandes Varela, nascida c. 1290, que segue.

8 – **Urraca Fernandes Varela** (n. c. 1290) casou com Pedro Fernandes Palha⁷¹, nascido c. 1290, alcaide dos castelos de Trancoso, Marialva e Sabugal, de quem teve, entre outros:

Filhos:

9 – Lopo Pires Varela, nascido c. 1310, com geração.

9 – Gonçalo Pires Varela, abade de Sabroso (hoje pertencente ao concelho de Tabuaço).

9 – Teresa Pires Varela, nascida c. 1320, que segue.

9 – Maior Pires Varela, nascida c. 1320, com geração.

9 – **Teresa Pires Varela** (n. c. 1320) casou com Fernão Martins da Fonseca Coutinho, nascido c. 1310, 5.º senhor do Couto de Leomil, o primeiro a adoptar o apelido Coutinho (filho de Estêvão Martins de Leomil, senhor do Couto de Leomil, e de Urraca Rodrigues da Fonseca)⁷², de quem teve:

Filho:

10 – Vasco Fernandes Coutinho, nascido c. 1340, que segue.

10 – **Vasco Fernandes Coutinho** (n. c. 1340), senhor do Couto de Leomil, meirinho-mor do Reino na comarca da Beira, que nas lutas com Castela conquistou para o rei D. João I os castelos de Marialva, Moreira e Sabugal, casou com Beatriz Gonçalves de Moura, camareira-mor da rainha D. Filipa de Lencastre, nascida c. 1340 (filha de Gonçalves Vasques de Moura, alcaide-mor de Moura, e de Inês Gonçalves de Sequeira)⁷³, de quem teve:

⁶⁹ Cf. *Nobiliário das famílias de Portugal, op. cit.*, vol. X, p. 31.

⁷⁰ Cf. *ibid.*

⁷¹ Cf. *ibid.*, vol. IV, p. 10, e vol. X, p. 31.

⁷² Cf. *ibid.*, vol. IV, p. 10.

⁷³ Cf. Revista *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, 1974, p. 35. Veja-se também *Nobiliário das famílias de Portugal, op. cit.*, vol. IV, p. 10, e vol. VII, pp. 537 e 544. Veja-se ainda Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, vol. I, p. 55.

Filhos:

11 – Gonçalo Vasques Coutinho, segundo marechal de Portugal, senhor do Couto de Leomil, copeiro-mor da rainha D. Filipa de Lencastre, nascido c. 1360, com geração (pai de, entre outros, Álvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço).

11 – Mécia Vasques Coutinho, nascida c. 1360, com geração.

11 – Afonso Vasques da Fonseca, nascido c. 1370, que segue.

11 – Rui Vaz Coutinho, senhor de Ferreira de Aves, meirinho-mor do Reino, nascido c. 1370, com geração.

11 – Fernando Martins Coutinho, senhor de Castelo Rodrigo, nascido c. 1370, com geração.

11 – Joana Mendes da Fonseca, nascida c. 1370, com geração.

11 – Vasco Fernandes Coutinho, nascido c. 1370, com geração.

11 – Teresa Vasques Coutinho, camareira-mor da rainha D. Filipa de Lencastre, nascida c. 1380, com geração.

11 – Leonor Vasques Coutinho, nascida c. 1380, com geração na Casa de Bragança.

11 – Álvaro Gonçalves de Moura, senhor do Couto de Fornelos, nascido c. 1390.

11 – **Afonso Vasques da Fonseca** (n. c. 1370), alcaide-mor de Marialva, de Sabugal e de Moreira de Rei, cujo castelo conquistou, casou com Mécia Lopes Pacheco, também descendente por outra via do rei D. Afonso Henriques, nascida c. 1375, filha de Lopo Mendes Pacheco e neta de Lopo Fernandes Pacheco (senhor de Ferreira de Aves, embaixador a Roma e Castela, mordomo-mor do príncipe herdeiro, D. Pedro) e de Maria Rodriguez de Vilalobos⁷⁴. Tiveram, pelo menos:

Filhos:

12 – Afonso Vaz da Fonseca, nascido c. 1395, com geração.

12 – Constança da Fonseca, nascida c. 1395, com geração.

12 – Gonçalo da Fonseca Coutinho, alcaide-mor de Marialva, nascido c. 1395, com geração.

12 – Isabel da Fonseca, nascida c. 1400, com geração.

12 – Teresa da Fonseca, nascida c. 1400.

⁷⁴ Cf. *Nobiliário das famílias de Portugal, op. cit.*, vol. IV, p. 24, vol. VIII, pp. 11-12, e vol. X, p. 43. Veja-se também Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura lusitana*, 2.^a ed., Edições Carvalhos de Basto, Ponte de Lima, 1997, vol. III, p. 174, e vol. V, p. 68. Veja-se ainda Pedro Augusto Ferreira, Abade de Miragaia, “São Nicolau”, *Portugal antigo e moderno*, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1875, vol. VI, p. 56. Saliente-se, para evitar equívocos, que Pinho Leal atesta na página 96 deste sexto volume a autoria específica do artigo referente à freguesia de S. Nicolau (pp. 41-96), que para aqui interessa, atribuindo-a ao Abade de Miragaia, que de resto, e como é sabido, viria a continuar a obra a partir do décimo volume, depois da morte daquele. Note-se ainda que o Abade de Miragaia designa Afonso Vasques da Fonseca por Afonso Vaz da Fonseca; e sua mulher, Mécia Lopes Pacheco, por Maria Lopes Pacheco.

- 12 – Brites da Fonseca, nascida c. 1410, que segue.
- 12 – Leonor Vaz da Fonseca, nascida c. 1410, com geração.

12 – **Brites da Fonseca** (n. c. 1410) casou com Osório Dias, alcaide-mor de Trancoso, nascido c. 1400 (filho de Diego Osoros)⁷⁵, de quem teve, pelo menos:

Filhos:

- 13 – Osório Dias da Fonseca, nascido c. 1430, com geração.
- 13 – Álvaro Osoros da Fonseca, senhor de Figueiró da Granja, nascido c. 1440, com geração.
- 13 – Diogo da Fonseca Coutinho, nascido c. 1440, que segue.
- 13 – Beringeira Nunes da Fonseca, nascida c. 1450, com geração.
- 13 – Gonçalo da Fonseca, nascido c. 1450, com geração.
- 13 – Luís da Fonseca, alcaide-mor da Guarda, nascido c. 1450, com geração.

13 – **Diogo da Fonseca Coutinho** (n. c. 1440), alcaide-mor de Almeida, embaixador do rei Afonso V em Castela, casou com Joana Martins Gadelha, dama da rainha D. Leonor, nascida c. 1450 (filha de João Tavares, esmoler-mor do rei D. Afonso V, e de Brites Martins Gadelha)⁷⁶, de quem teve, pelo menos:

Filhos:

- 14 – Isabel da Fonseca, nascida c. 1470.
- 14 – Joana da Fonseca, nascida c. 1470.
- 14 – Beatriz da Fonseca, nascida c. 1480, com geração.
- 14 – Cristóvão da Fonseca, comendador de Santa Luzia de Trancoso, nascido c. 1480, com geração.
- 14 – Diogo da Fonseca Coutinho, nascido c. 1480, que segue.

14 – **Diogo da Fonseca Coutinho** (n. c. 1480), escrivão da Alfândega de Almeida, casou com Maria Pinto Ribeiro (filha de João Alves Ribeiro e de Brites Pinto, da cidade do Porto)⁷⁷, de quem teve, entre outros:

⁷⁵ Cf. *Nobiliário das famílias de Portugal, op. cit.*, vol. IV, pp. 34-54, e vol. VII, p. 641. Veja-se também *Pedatura lusitana, op. cit.*, vol. II, p. 242. Veja-se ainda *Portugal antigo e moderno, op. cit.*, vol. VI, p. 56. Note-se que o Abade de Miragaia designa Brites da Fonseca por Beatriz da Fonseca; e seu marido, Osório Dias, por Izuro Dinis.

⁷⁶ Cf. *Nobiliário das famílias de Portugal, op. cit.*, vol. IV, pp. 39-55 e vol. VIII, p. 316. Veja-se também *Portugal antigo e moderno, op. cit.*, vol. VI, p. 56. Veja-se ainda Domingos de Araújo Affonso e Ruy Dique Travassos Valdez, *Livro de oiro da nobreza*, 2.^a ed., J. A. Telles da Sylva, Lisboa, 1988, vol. III, p. 698.

⁷⁷ Cf. *Livro de oiro da nobreza, op. cit.*, vol. III, p. 698. Veja-se também *Nobiliário das famílias de Portugal, op. cit.*, vol. I, p. 153, vol. IV, pp. 39-52, e vol. VIII, pp. 315-316. Veja-se ainda *Pedatura lusitana, op. cit.*, vol. II, p. 248-251. Note-se que, no *Portugal antigo e moderno*, o Abade de Miragaia saltou esta geração, lapso que certamente se deve ao facto de filho e pai serem homónimos.

Filhos:

15 – Aires da Fonseca Coutinho, nascido c. 1510, com geração.

15 – Joana da Fonseca, nascida c. 1510, com geração.

15 – Osório da Fonseca, escrivão da Alfândega de Almeida, nascido c. 1510, com geração.

15 – João Álvares Ribeiro, nascido c. 1515, com geração.

15 – Guiomar da Fonseca, nascida c. 1525.

15 – Álvaro da Fonseca Osório, nascido c. 1530, que segue.

15 – **Álvaro da Fonseca Osório**, (n. c. 1530) capitão-geral da Beira, casou em terceiras núpcias com Violante Garcês (filha de António Garcês e de Genebra Barreto)⁷⁸, de quem teve, pelo menos:

Filhos:

16 – António Garcês, abade de Atalaia.

16 – Filipa Fonseca, freira.

16 – Jorge Garcês da Fonseca, nascido c. 1590, que segue.

16 – **Jorge Garcês da Fonseca** (n. c. 1590) casou com Maria da Cunha Falcão⁷⁹, de quem teve, pelo menos:

17 – António Garcês da Fonseca, nascido c. 1620, que segue.

17 – **António Garcês da Fonseca** (n. c. 1620), capitão de cavalos na Guerra da Restauração, casou com Catarina de Gouveia Aguilar⁸⁰, de quem teve, pelo menos:

Filha:

18 – Violante Garcês da Fonseca Coutinho, da vila de Castelo Rodrigo, nascida c. 1665, que segue.

18 – **Violante Garcês da Fonseca Coutinho** (n. c. 1665) casou com Luís da Silveira de Carvalho (filho de Pantaleão Rebelo, capitão de mar e guerra, governador da Fortaleza de Ambaca, no Reino de Luanda, e de Mariana da Silveira, neto pela via paterna de Amador Gonçalves Aranha, natural do Porto, e de sua mulher, Brites de Azevedo, neto pela via materna de Luís da Silva Carvalho, de Armamar, mestre de campo na Guerra da Restauração, e de Luísa da Silveira Ataíde, por seu turno filha do capitão de infantaria Francisco da Silveira)⁸¹, de quem teve:

⁷⁸ Cf. *Portugal antigo e moderno, op. cit.*, vol. VI, p. 56. Veja-se também *Nobiliário das famílias de Portugal, op. cit.*, vol. IV, p. 49. Veja-se ainda *Pedatura lusitana, op. cit.*, vol. II, p. 250.

⁷⁹ Cf. *Portugal antigo e moderno, op. cit.*, vol. VI, p. 56.

⁸⁰ Cf. *ibid.*

⁸¹ Cf. *ibid.*, pp. 56-57.

Filho:

19 – Carlos Manuel da Silveira e Vasconcelos, nascido c. 1700, que segue.

19 – **Carlos Manuel da Silveira e Vasconcelos** (n. c. 1700) casou em Angores, freguesia de Samodães, concelho de Lamego, com Maria Josefa⁸², de quem teve:

Filhos:

20 – Francisco da Silveira Ataíde e Vasconcelos, padre.

20 – Carlos da Silveira e Vasconcelos, padre.

20 – Pedro da Silveira Ataíde e Vasconcelos, major do Regimento de Infantaria n.º 12, de Chaves⁸³, e provador da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que faleceu viúvo, em Relvas, freguesia de Parada de Cunhos, concelho de Vila Real, no dia 6 de Janeiro de 1845⁸⁴, sem geração⁸⁵.

20 – Joaquina da Silveira Ataíde e Vasconcelos, nascida c. 1750, que segue.

20 – **Joaquina da Silveira Ataíde e Vasconcelos** (n. c. 1750) casou na vila de Lalim, hoje pertencente ao concelho de Lamego, com Francisco Mourão de Miranda Homem (filho de Francisco Mourão Homem, morgado de Nossa Senhora da Assunção, em Britiande, e de Vicência de Miranda, neto paterno de outro Francisco Mourão Homem e de Maria de Sá Taveira, por seu turno filha única de Jerónimo de Sá Taveira, anterior morgado de Nossa Senhora da Assunção; este Francisco Mourão Homem era filho de Martim Mourão, natural de Lordelo, hoje pertencente ao concelho de Vila Real)⁸⁶. E do casamento de Joaquina da Silveira Ataíde e Vasconcelos com Francisco Mourão de Miranda Homem nasceram, pelo menos:

Filhos:

21 – Francisco da Piedade Silveira Mourão, abade da freguesia de São Nicolau, na cidade do Porto, escritor, professor de filosofia, teologia e grego na diocese portuguesa, nascido na vila de Lalim a 27 de Março de 1788, falecido no Porto em 4 de Agosto de 1859⁸⁷.

21 – Maria Cândida da Silveira Mourão e Vasconcelos, que faleceu solteira,

⁸² Cf. *ibid.*, pp. 54-57.

⁸³ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 289, 7 de Dezembro de 1829, pp. 1185-1186.

⁸⁴ Cf. *Livro de registo de óbitos de Parada de Cunhos (1838-1855)*, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental da Paróquia de Parada de Cunhos, fl. 22v.

⁸⁵ Pedro da Silveira Ataíde e Vasconcelos foi também padrinho de Pedro Augusto Ferreira, Abade de Miragaia, conforme este mesmo diz noutra obra sua: *Tentativa etimologico-toponymica*, Typographia Pereira, Porto, 1907, vol. I, p. 356, e vol. II (Typographia Mendonça, Porto, 1915), p. 393.

⁸⁶ Cf. *Portugal antigo e moderno*, *op. cit.*, vol. VI, pp. 54-57.

⁸⁷ Cf. *Livro de registo de óbitos de São Nicolau, Porto (1858-1859)*, Arquivo Distrital do Porto, Fundo Documental da Paróquia de São Nicolau, fl. 7v.

em Relvas, na casa de seu tio Pedro da Silveira Ataíde e Vasconcelos, em 17 de Fevereiro de 1843⁸⁸.

21 – Felícia Felisberta de Sá Taveira Mourão, que casou com Luís de Melo Pita Osório Freire, de quem teve, entre outros:

Filhos:

22 – Luís de Melo Pita, major do Regimento de Infantaria n.º 14, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, de Vila Viçosa.

22 – Felícia Felismina de Melo Pita da Silveira, que casou com seu primo Joaquim da Silveira Cabral, da Casa de Tuizendes, vereador da Câmara Municipal de Vila Real⁸⁹, com geração.

21 – Joana Máxima da Silveira Mourão e Vasconcelos, nascida c. 1790 e falecida em Tuizendes a 29 de Dezembro de 1825⁹⁰, que segue.

21 – **Joana Máxima da Silveira Mourão e Vasconcelos** (n. c. 1790) casou em Torgueda, concelho de Vila Real, a 12 de Setembro de 1814⁹¹, com Daniel Cabral de Moraes, da Casa de Tuizendes, nascido a 10 de Dezembro de 1766⁹² e falecido em 16 de Setembro de 1845⁹³ (filho de Fernando Cabral de Moraes e de Luísa Caetana Peixoto Mourão⁹⁴), de quem teve, entre outros:

Filhos:

22 – **Joaquim da Silveira Cabral**, nascido em Tuizendes a 15 de Maio 1821⁹⁵, vereador da Câmara Municipal de Vila Real, que, como acima se disse, casou com sua prima Felícia Felismina de Melo Pita, em Torgueda, a 10 de Junho de 1846⁹⁶, com geração.

22 – **José Cabral da Silveira**, nascido em Tuizendes a 2 de Abril de 1820⁹⁷, que casou com Maria Joaquina Martins Pereira, com geração (veja-se a genealogia anterior).

⁸⁸ Cf. *Livro de registo de óbitos de Parada de Cunhos (1838-1855)*, *op. cit.*, fl. 16.

⁸⁹ Cf. *Presidentes e vereadores da Câmara Municipal de Vila Real: do Liberalismo à República*, *op. cit.*, p. 88.

⁹⁰ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1696-1853)*, *op. cit.*, última parte, fl. 33v.

⁹¹ Cf. *Livro de registo de casamentos de Torgueda (1705-1870)*, *op. cit.*, 2.ª parte, fl. 11. Veja-se também *Portugal antigo e moderno*, *op. cit.*, vol. VI, p. 56.

⁹² Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1747-1796)*, *op. cit.*, fls. 183-183v.

⁹³ Cf. *Livro de registo de óbitos de Torgueda (1696-1853)*, *op. cit.*, última parte, fl. 137v.

⁹⁴ Veja-se a genealogia anterior.

⁹⁵ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1796-1856)*, *op. cit.*, 2.ª parte, fl. 37v.

⁹⁶ Cf. *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo*, *op. cit.*, vol. III, p. 23.

⁹⁷ Cf. *Livro de registo de baptismos de Torgueda (1796-1856)*, *op. cit.*, 2.ª parte, fl. 30.

COSTADOS

I	1. Maria das Dores Cabral 1. Ana Cabral 1. Margarida Cabral 1. Manuel Joaquim Cabral 1. Maria da Piedade Cabral 1. Luís Cabral 1. José Augusto Cabral 1. Maria dos Prazeres Cabral	
II	2. António Augusto Cabral	3. Emília Alves Pereira
III	4. Manuel Joaquim da Silveira Cabral 6. Joaquim Alves Pereira	5. Ana Máxima Nogueira 7. Margarida Mendes
IV	8. José Cabral da Silveira 10. António Pereira de Carvalho 12. António Alves Pereira 14. António Lopes Mendes	9. Maria Joaquina Martins Pereira 11. Ana Maria Pinto Nogueira 13. Maria Eufrásia 15. Ana Emília
V	16. Daniel Cabral de Moraes 18. José Pereira de Carvalho 20. Manuel Pinto de Sousa	17. Joana Máxima da Silveira Mourão e Vasconcelos 19. Rosa Arcângela Ferreira 21. Maria Gertrudes Nogueira
VI	32. Fernando Cabral de Moraes 34. Francisco Mourão de Miranda Homem	33. Luísa Caetana Peixoto Mourão 35. Joaquina da Silveira Ataíde e Vasconcelos
VII	64. Alexandre Dinis do Vale 66. Manuel Mourão Campelo 68. Francisco Mourão Homem 70. Carlos da Silveira Ataíde e Vasconcelos	65. Mariana Cabral Leal 67. Maria Peixoto de Pinho 69. Vicência de Miranda 71. Maria Josefa
VIII	128. Pedro Dinis 136. Francisco Mourão Homem 140. Luís da Silveira de Carvalho	129. Maria Martins 137. Maria de Sá Taveira 141. Violante Garcês da Fonseca Coutinho
IX	272. Martim Mourão 274. Jerónimo de Sá Taveira 280. Pantaleão Rebelo 282. António Garcês da Fonseca	273. Brites Nunes Homem de Albuquerque 275. 281. Mariana da Silveira 283. Catarina de Gouveia Aguilar
X	544. João Martins Mourão 560. Amador Aranha de Vasconcelos 562. Luís da Silva Carvalho 564. Jorge Garcês da Fonseca	545. 561. Brites de Azevedo 563. Luísa da Silveira Ataíde 565. Maria da Cunha Falcão

XI	1126. Francisco da Silveira 1128. Álvaro da Fonseca	1127. Teresa de Ataíde 1129. Violante Garcês
XII	2254. Diogo de Ataíde 2256. Diogo da Fonseca (Coutinho)	2255. 2257. Joana Martins Guedelha (ou Gadelha)
XIII	4512. Izuro Dinis (ou Osório Dias) 4514. João Tavares	4513. Beatriz da Fonseca (ou Brites da Fonseca) 4515. Brites Martins Gadelha
XIV	9024. Diego Osorez 9026. Afonso Vaz (ou Vasques) da Fonseca	9025. 9027. Maria (ou Mécia) Lopes Pacheco
XV	18048. Ouroano (ou Erio) Martins 18052. Vasco Fernandes Coutinho 18054. Lopo Mendes Pacheco	18049. Elvira Dias 18053. Beatriz Gonçalves de Moura 18055.
XVI	36096. Martim Osorez 36104. Fernão Martins da Fonseca Coutinho 36106. Gonçalo Vasques de Moura 36108. Lopo Fernandes Pacheco	36097. 36105. Teresa Pires Varela 36107. Inês Gonçalves de Sequeira 36109. Maria Rodriguez de Vilalobos
XVII	72210. Pedro Fernandes Palha 72212. Gonçalo Vasques de Moura 72216. João Fernandes Pacheco 72218. Rui Gil de Vilalobos	72211. Urraca Fernandes Varela 72213. Maria Anes de Brito 72217. Estevainha Lopes 72219. Teresa Sanchez
XVIII	144422. Fernão Varela 144424. Vasco Álvares Serrão de Moura 144436. Rui Gil de Vilalobos	144423. Maria Martins Marinho 144425. Teresa Pires 144437. Maria Diaz de Haro
XIX	288844. João Fernandes Varela 288850. Pedro Salvadores 288874. Lope López de Haro	288845. Maria Peres Sarraza 288851. Maria Nunes 288875. Berenguela González de Girón
XX	577690. Pedro Soares Sarraza 577700. Salvador Gonçalves 577748. Lope Díaz II de Haro	577691. Elvira Nunes Maldonado 577701. Maria Mendes 577749. Urraca Afonso de Leão (filha de Afonso IX)
XXI	1155380. Soeiro Aires de Valadares 1155382. Nuno Fernandes Maldonado 1155400. Gonçalo Dias de Goes 1155496. Diego López II de Haro	1155381. Maria Afonso de Leão (filha de Afonso IX) 1155383. Aldarra Torrichão 1155401. Elvira Forjaz 1155497. María Manrique de Lara
XXII	2310762. Afonso IX, rei de Leão e Castela	2310763. Teresa Gil de Soverosa
XXIII	4621524. Fernando II, rei de Leão	4621525. Urraca, infanta de Portugal
XXIV	9243050. Afonso Henriques, rei de Portugal	9243051. Mafalda de Sabóia, rainha de Portugal

Recensões

Vitor Nogueira

Modo Fácil de Copiar Uma Cidade

& etc, 2011

Embora por vezes omitido em balanços e antologias, Vitor Nogueira é um nome central da poesia portuguesa escrita nos últimos dez anos. *Modo Fácil de Copiar Uma Cidade* talvez não seja o livro mais imediatamente apelativo deste singularíssimo poeta mas é, sem dúvida, aquele que mais engenho verbal revela na sua estrutura limpa e dialógica, insinuando-se como um “manual de pintura” (não por acaso, são evocados Francisco de Holanda e Cirilo Volkmar Machado), este livro acolhe na sua fina e trabalhada “malha” uma imagem da cidade que supera quer um mero estatuto alegórico quer um realismo instantâneo. E a esse título e não só, revela-se exemplar a capa de Luís Henriques. Pois depressa percebemos que a cidade é aqui um *locus* ameaçado(r) e crepuscular: “É um dia, Mademoiselle,/ não haverá cidades nem países. Apenas/ ganhos e perdas, eficiência e desperdício”. Ou não pairasse, sobre ela e sobre nós, o negrume da “última jornada”, desse “sprint final” que é, sem meias tintas, a morte. Daqui se infere uma poética específica: “Não sejam as cores alegres, mas antes tristes/ e graves, que por onde a sombra passa tudo cobre”. Ao pintor-poeta é exigido um compreensível recato, avesso à grandiloquência e a qualquer pletórica exaustividade: “E não pareça o pintor/ que quis mostrar por força tudo aquilo que sabia:/ pelo contrário, que deixe muitas coisas por pintar”. É em nome desta modesta sobriedade que se ergue, com incomum firmeza, este livro. O progressivo ocultamento do sujeito poético — como se a própria cidade adquirisse uma função coral semelhante à das tragédias gregas — não anula, porém, um conciso pendor melancólico: “Envelhecer, envelhecer. Não se importam/ que paremos, que façamos outra coisa?”

(Manuel de Freitas, in “Actual” – *Expresso*, 7 de Janeiro de 2012)

Alexandre Paráfitá

Antropologia da Comunicação, ritos, mitos, mitologias

Âncora Editora, 2012

O imaginário fabuloso do nordeste transmontano

O livro intitula-se “Antropologia da Comunicação, ritos, mitos, mitologias” (por Alexandre

Parafita, Âncora Editora, 2012). O autor adverte-nos à partida: “As formas como as sociedades humanas comunicam entre os seus pares e com os outros, incluindo aqueles que interpela nas megadimensões do sobrenatural, são matéria-prima para uma Antropologia da Comunicação. É disso que procura tratar este livro ao apresentar abordagens pluridisciplinares sobre os esforços da comunicação ao longo da vida do Homem, a realidade complexa dos mass media, os mitos e os seus ritos, os mistérios do mundo lendário, os rituais de iniciação e passagem, as festas, as iconologias, as expressões da literatura oral tradicional, etc.”.

Primeiro, há que entender a comunicação, a sua necessidade ontológica, como processo de socialização, como atuam os órgãos de comunicação social, como comunicar acaba sempre por nos influenciar e em que termos a comunicação apela e se embebe do fenómeno estético. É um resumo muito bem elaborado que não deixará indiferentes todos aqueles que estudam Ciências da Comunicação, História e Literaturas.

O que está em causa na arte da memória é conhecer a fala do povo, a expressões da literatura oral, daqui saltando para o lendário duriense, andando à volta do conto, da lenta e do mito. Porque a antropologia da comunicação preza a literatura oral tradicional, seja ela para divertir, caricaturar ou criticar, seja ela para instruir ou ter força integradora dos membros na comunidade. As lendas têm um peso simbólico que ultrapassa a força do próprio texto. É aqui que cabe interpretar a arte da memória. De há muito que o autor estuda a região duriense, que lhe merece a seguinte menção: “Representa um desses espaços míticos, carregados de espiritualidade, onde o homem, na sua relação com os fenómenos naturais e culturais da paisagem, e sempre dominado pelas inquietações do sobrenatural, preceitos da religiosidade e preocupações agrolaborais, vai criando e alimentado os contos, as lendas e os mitos”. E procura aproximar o leitor do significado destas narrações orais: “Se os contos estão geralmente associados a saberes e valores que as gerações procuram transmitir muito à medida dos seus perfis ou conveniências éticas e estéticas, as lendas e os mitos resultam, claramente, de uma hermenêutica popular respeitante a realidades físicas e históricas muito concretas”. E para que não haja ilusões da vastidão do estudo, insiste-se que a região duriense tem sinais profusos de povos antigos, de cultos pagãos, da religiosidade cristã, é um espaço onde se conjugam formações megalíticas, vales profundos e escarpas assombrosas, tudo moldado pela sinuosidade dos rios.

Chegámos ao objeto do estudo, o património imaterial que é aquele onde mora a alma do povo e que integra a literatura popular de tradição oral (lendas, mitos, contos populares, romanceiros, cançãoeiros, quadros, autos populares, adivinhas, rimas infantis, orações, rezas, fórmulas de superstições e de mezinhas...), bem como saberes e vivências da cosmogonia popular (tais como os falares regionais, os ritos e as festas, os jogos, as danças, os saberes do artesanato, da culinária e dos trabalhos rurais e marítimos...). Aqui estamos nesse universo com serões à lareira, encantos às maleitas, recitações, teatro popular, festividades, rituais religiosos e pagãos, jogos tradicionais. De uma forma profundamente didática, o autor aproxima-nos, faz-nos ingressar no folclore obscuro, com as suas rimas infantis, poesia popular, provérbios, adivinhas, orações com escárnio, mas também nos contos jocosos e divertidos. O autor observa o seu conteúdo: “O valor formativo destes textos reside na sua capacidade de promover o desenvolvimento psicossocial e cognitivo e, especialmente, a socialização da criança. A noção de pertença a um grupo é fundamental, e isso implica o conhecimento das regras e das tradições do grupo, o que passa pelo conhecimento dos seus contos, assim como dos seus jogos, das suas rimas maliciosas, orações com escárnio, etc.”; vamos depois até ao teatro popular, daqui seguimos para os contos de tradição oral e então o autor assenta arraiais nos ritos, nos mitos e nas mitologias. Dá-nos um fresco sobre o mito das mouras mortas, percorremos várias lendas até chegar os ícones sexuais e diabólicos, estão ali bem à vista as pouca vergonhas e até as tentações do diabo, salta-se depois para a “murra” do Natal (trata-se de um gigantesco canhoto de carvalho que arde noite fora no largo principal das aldeias mais puras do nordeste), daqui vamos até ao Menino Jesus da Cartolinha, saltamos para a tradição do entrudo onde pontificam os desfiles diabólicos de

“caretos”, “matrafonas”, assim como as leituras de “testamentos” e “julgamentos públicos” e “pulhas casamenteiras”, assim chegamos aos rituais cristãos e pagãos da Semana Santa em Trás-os-Montes.

“Antropologia da Comunicação” é um precioso manual de consulta para diferentes disciplinas, o autor soube reunir algumas joias da oralidade do povo do nordeste transmontano e remeteu-as a preceito para os territórios da Antropologia.

(Beja Santos, <http://movimento.vidasalternativas.eu/index.php/temas-beja-santos/5133-antropologia-da-comunicacao-ritos-mitos-mitologias.pdf>)

Antonio Manuel Pires Cabral,
Le illeggibili pagine dell'acqua,
Bibliopolis, 2012

Trenta liriche di un autore che, per la purezza, l'equilibrio e la linearità dei suoi versi, si distingue nell'attuale panorama letterario portoghese. Poesia che, organizzata in mirabile unità e semplicità, riflette il pudore rurale della propria terra, quella di Trás-os-Montes.

(Giancarlo Depretis, P. E.N. CLUB ITALIA *onlus* – Anno VI, n. 20 • luglio-settembre 2012)

Trinta poemas de um autor que, pela pureza, equilibrio e linearidade dos seus versos, se distingue no actual panorama literário português. Poesia que, organizada com admirável unidade e simplicidade, reflecte o pudor rural da própria terra, a de Trás-os-Montes.

A. M. Pires Cabral
Os anjos nus
Cotovia, 2012

Tirado do Natural

Em novo livro, A. M. Pires Cabral reúne narrativas anteriormente publicadas, de circulação restrita. São histórias da ruralidade trasmontana, fortes e agrestes.

Quase todos publicados anteriormente, em volumes de circulação restrita, estes oito contos ganham agora uma nova unidade e difusão. Baseados, segundo Pires Cabral, em episódios antigos, verídicos mas de fiabilidade discutível, e escritos com um apuro camiliano, os contos vivem de uma empatia campestre atenta a penumbras e ventanias, tanto das penedias como dos corações.

Há duas histórias fortíssimas que se inserem na tradição das tragédias rurais. Em “Para Além das Águas”, um casal de namorados promete que o seu amor, justamente, «durará para além das águas». Então, a construção de uma barragem obriga-os a abandonar a aldeia em que vivem. Mas um dia a barragem tem de ser reparada, e a aldeia submersa é parcialmente esvaziada. De imediato, os namorados regressam, querem casar-se no meio da água e do lodo, pertencem àquela aldeia fantasma, onde o seu amor será enfim consagrado. Acontece que a noiva se chama Ofélia, e em breve a atracção shakespeariana pela fatalidade engole estas bodas.

A questão de partir ou de ficar aparece noutro conto, “Vilar Frio”. Há quem diga que uma pessoa é da terra onde nasce, mas outros acham que só os velhos, os resignados e os cobardes é que

não emigram. E estes trasmontanos preferem matar saudades do que não matar a fome e abalam para as França e as Suíça. Entre os homens que partem, muitos deixam ‘viúvas precoces’, às vezes jovens e apetecíveis, e aqui uma dessas mulheres não consegue resistir aos impulsos carniais, aliás fortemente enfatizados em todos os contos, cheios de amantes «buliçosos como carriças». Neste caso, a esposa infiel fica logo sujeita a ameaças e chantagens, e os eventos caminham para uma vingança cruenta inspirada em *A Letra Escarlate*, de Hawthorne, seguida de um suicídio em *off*, com veneno dos escaravelhos.

Outras histórias, nem por isso mais amenas, ocupam-se de crendices e estudam a religiosidade nortenha. Tanto conhecemos mulheres loucas que passam por endemoninhadas como vemos a fabricação de videntes, raparigas humildes estigmatizadas com ácido sulfúrico, para proveito pecuniário de terceiros. Os falsos milagres e as superstições têm o seu quê de paródico, à Rodrigues Miguéis, mas Pires Cabral revela sempre uma certa indecisão, crítico das artimanhas católicas mas temente face ao sagrado. Dois contos falam mesmo do «castigo divino», incluindo aquele que dá título ao volume e no qual uma catequista armada em Judite bíblica decide arrancar as vergonhas aos santinhos de uma igreja; em ambos os textos, o narrador confessa-se perplexo com as manifestações ínvias da divindade e com os efeitos benéficos das convicções questionáveis. É também nesse sentido que surge a belíssima história da amizade entre um padre e um ateu, companheiros de caçadas e pescarias, e cuja fraternidade é alimentada a picardias, um cita Agostinho, o outro Junqueiro, construindo assim uma ligação quase sacramental que tem o seu último teste quando o padre visita o ateu moribundo e não sabe se lhe deve administrar a extrema-unção.

E depois vem o extenso “O Diário de C*”, brilhante exercício de ‘narratologia’ a partir de um texto supostamente encontrado numa “Agenda Grandella” do ano 1914. O autor situa sucintamente o mundo de há um século através dos anúncios e anedotas da agenda, que é mais um almanaque, e em seguida investiga a história banalíssima de um «D. Juan campesino», «desde os incertos preâmbulos do enamoramento à sedução e ao fastio». As anotações a lápis de C* são lacónicas, elípticas e escritas num português rude, «um discurso tirado do natural». Mas é isso que dá força ao texto: embora C* conte coisas triviais sobre carícias, amuos e ciúmes, o contista interroga-se, especula, explica os códigos amorosos e os costumes montesinhos, cita provérbios, regionalismos, plebeísmos. E descobre que aquele discurso singelo é o mais brutal e o mais comovente: «Oje 23 de Agosto estive com quem eu istimo mais neste mundo que é a A estive conversando com ella na cortinha abraçada pelas costas e dando-lhe b. e amimando-lhe o rosto a quem tanto eu quero.» Nostálgico, tristonho, Pires Cabral diz que não sabe o que aconteceu a C* e a A*, sumidos na poeira do tempo, mas que estas personagens, que parecem ninguém, são talvez toda a gente.

(Pedro Mexia, in “Actual” – *Expresso*, 4 de Agosto de 1012)

Sumário

• Evocação do P. ^e José Rafael Rodrigues <i>António Rodrigues</i>	5
• Aspectos da gestão municipal em Vila Real na primeira fase da regeneração (1851 – 1861) <i>Pedro Abreu Peixoto</i>	10
• Rui Pires Cabral – <i>Biblioteca dos Rapazes</i> <i>Pedro Moura</i>	42
• Bonamis e Acompaniado: uma génese do teatro português no Douro <i>Ricardo Ferreira de Almeida</i>	49
• Duas genealogias para a Casa de Tuizendes <i>Vítor Nogueira</i>	61
• Recensões	76